



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense


Helen Pereira Ferreira

Serviço de radiodifusão comunitária: metamorfose e singularidade

Duque de Caxias
2009

Helen Pereira Ferreira

Serviço de radiodifusão comunitária: metamorfose e singularidade



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação Cultura e Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Mauro José Sá Rego Costa

Duque de Caxias

2009

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA CEHC

F383 Ferreira, Helen Pereira.
Serviço de radiodifusão comunitária: metamorfoses e singularidades / Helen Pereira Ferreira - 2009.
115f.

Orientador: Mauro José Sá Rego Costa.
Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

1. Radiodifusão – Aspectos sociais – Brasil - Teses. I. Costa, Mauro José Sá Rego. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. III. Título.

CDU 654.19(81)(091)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Helen Pereira Ferreira

Serviço de radiodifusão comunitária: metamorfoses e singularidades

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação Cultura e Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovado em 17 de junho de 2009.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Mauro José Sá Rego Costa (Orientador)
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - UERJ

Prof. Dr. Mauricio de Albuquerque Rocha
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - UERJ

Profª Dra Lilian Zaremba
Escola de Comunicação - UFRJ

DEDICATORIA

Com especial afeto aos meus pais, Alício e Iracema, que me mostram a cada dia que o caos pode ser produtivo.

À lembrança de meu irmão, Harley, que não sobreviveu ao caos, mas que viveu as intensidades dos seus desejos.

Aos meus irmãos Heider e Herika, que me fazem lembrar que sou provida de afetos e desejos.

Aos meus sobrinhos, Thainá Cristhina, João Victor e Anna Beatriz, que entram no meu mundo de devaneios onde afetam e são afetados.

Ao meu companheiro, Maurício, que esteve do meu lado, mesmo quando as dificuldades pareciam insuperáveis.

À todos os amigos que fizeram parte desta produção.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Mauro José Sá Rego Costa, pessoa que admiro e exalto por todo seu potencial de (re) criação, por sua ousadia de colocar em prática suas idéias e pela gentileza de compartilhar seus conhecimentos na construção deste trabalho.

Ao professor Henrique Garcia Sobreira, sujeito crítico, prático, bravo lutador que me impulsiona a continuar no processo de formação e lutar pela educação pública e gratuita.

À professora Isabel Brasil, Sônia Mendes, Maurício Rocha, Monique Franco e Ricardo Freitas que sempre se prontificaram a me auxiliar nos meus incansáveis questionamentos.

Aos meus entrevistados, que foram dadivosos em comunicar suas experiências colaborando para a construção deste trabalho.

A presença do homem nas máquinas é uma invenção perpétua. O que existe nas máquinas é a realidade humana, o gesto humano fixo e cristalizado em estruturas que funcionam. Essas estruturas precisam de sustentação durante seu funcionamento. Quanto mais perfeitas, mais abertas, com mais liberdade de funcionamento.

Gilbert Simondon

RESUMO

FERREIRA, Helen Pereira. *Serviço de radiodifusão comunitária: metamorfoses e singularidade*. 2009. 115f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2009.

Este trabalho buscou compartilhar o debate sobre as metamorfoses e singularidades das rádios comunitárias e a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como linha de fuga capaz de desterritorializar a comunicação comunitária. Guattari, Deleuze e Negri foram os principais referenciais teóricos com que trabalhamos. Fizemos entrevistas com personagens vinculados ao serviço de radiodifusão comunitária no Rio de Janeiro. O cruzamento destes autores com as entrevistas e apreciação de outros materiais teóricos nos permitiu pensar as implicações do uso da *internet* como mais um meio para o serviço de radiodifusão ser transmitido. Sendo capaz de ampliar as idéias e experiências, podendo fazer parte da rede de produção colaborativa promovida pelo ciberespaço. O esboço deste estudo nos mostrou que a comunicação popular tende a ser encarada erradamente na esfera da ilegalidade, mas os benefícios e a aceitação da comunidade constituem a sua legitimidade. Os dados empíricos revelam que a Lei 9612/98 apesar de “legalizar” as rádios comunitárias tende exercer um papel castrador. Esta imagem nos leva a pensar o uso das ferramentas da *internet* como ação política capaz de contribuir para ser mais um espaço de atuação das rádios comunitárias, colaborando para democratização da comunicação.

Palavras-chaves: Radiodifusão. TICs. Singularidade. Comum.

ABSTRACT

This study aimed to share the discussion of singularities and metamorphoses of community radios and the use of Information and Communication Technologies (ICTs) as a leak to deterritorialize community communication. Guattari, Deleuze and Negri have been our main theoretical references. We also interviewed largely people linked to community broadcasting service in Rio de Janeiro. The intersection of these authors' theories with the interviews and other field work on community radios allowed us to consider the theoretical implications of using Internet as a medium for the broadcasting service. Being able to extend ideas and experiences is part of the network of collaborative production promoted by cyberspace. The outline of this study showed us that popular communication tends to be wrongly seen in the sphere of illegality, but the benefits and community acceptance are its legitimacy. Empirical data show that Law 9612/98 despite having given legalized community radio, plays a castrating role in its development. This image helps thinking the use of internet as a political action in the practice of community radio stations, thus contributing to democratize media in our society.

Keywords: Broadcasting. ICTs. Singularity. Common.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 RIZOMA, AGENCIAMENTO E LINHA DE FUGA NA PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE	22
1.1 Eu multiplicidade	22
1.2 Relação de poder: a micropolítica no espaço urbano	24
1.3 A periferia urbana: idéias, sentidos e comunicação	27
1.4 O ciberespaço a serviço da produção de subjetividade	30
2 COMUNICAÇÃO POPULAR	34
2.1 Radiodifusão: arte e ação política	34
2.2 Radiodifusão: do movimento livre ao controle normativo	36
2.3 Radiodifusão: educação e singularidades	44
2.4 Novos rumos para a comunicação popular	50
2.5 Um panorama de rádio	52
2.6 Rádio comunitária: local de aprendizado	55
2.7 Os pilares para a sustentação de uma rádio comunitária	56
2.8 Tribos mutáveis: da onda radiofônica ao universo do ciberespaço	59
3 DO PROCESSO ILEGAL À LEGALIDADE CONSTIOTUÍDA	60
3.1 O que é de Direito?	62
3.2 Livre, pirata e comunitária: o direito de comunicar	68
3.3 Recriando a legalidade: a necessidade proporciona ruídos na ordem estabelecida pelo estado	74
4 PENSANDO O FUTURO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA	82
4.1 Novas tecnologia, problemas antigos e constituição do comum	82

4.2	Ciberespaço e redes de conhecimento	92
5	CONCLUSÃO	96
	REFERÊNCIAS	100
	APENDICE A – Entrevista com Nelson Pinto produtor de rádio comunitária	105
	APENDICE B – Entrevista com Wallace Hermman – produtor de rádio comunitária	107
	APENDICE C – Entrevista com Joycemar Tejo – advogado	109
	APENDICE D – Roteiro de entrevista para Tião Santos – coordenador de comunicação do Viva Rio	112
	APENDICE E – Roteiro para entrevistas com Sandro Hilário – sociólogo ..	114

INTRODUÇÃO

O avanço tecnológico tem proporcionado diversas alternativas de comunicação. No entanto, este mesmo avanço, seguido da pluralidade dos meios, não tem proporcionado alternativas de resistência ao predomínio da indústria cultural de massa. Este trabalho propõe uma reflexão sobre o discurso de alguns personagens que fazem e pensam serviços de radiodifusão comunitária no Estado Rio de Janeiro, enfocando suas lutas frente à necessidade de democratização dos meios de comunicação. Nossa contribuição insere-se nos debates sobre comunicação popular e Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

No Brasil os meios de comunicação de massa estão nas mãos de grupos com grande poder econômico e político, o que torna o modelo de comunicação algo padronizado e controlado. Nosso escopo de pesquisa passa pela perspectiva de que os meios de comunicação social locais deveriam permitir a singularização na produção de subjetividade, onde seus usuários pensem e desenvolvam práticas para outra forma de viver em sociedade. Assim, este trabalho busca expor os processos metamórficos¹ que as rádios comunitárias vêm atravessando ao longo da última década, e debater formas de resistência que colaboram para a criação de ambientes diversos, proporcionando às camadas periféricas da sociedade o acesso, a produção e a propagação de criações culturais diversificadas.

O espectro eletromagnético do rádio pode ser envolto de discurso político como pode ser mero espaço de *dial* improdutivo. O serviço de radiodifusão comunitário está inserido numa política de gestos e práticas produtivas ou só de discurso?

O serviço de radiodifusão comunitária no Estado do Rio de Janeiro vem sendo construído como resistência ao modelo hegemônico da grande mídia, na luta pela democratização dos meios de comunicação. Veremos mais detalhadamente esta questão no capítulo III, tratando como a ilegalidade e a legalidade, na

¹ Quando uma rocha é levada para um ambiente distinto de onde ela foi formada, as condições físicas (pressão e temperatura), do novo ambiente vão produzir outro produto: rocha metamórfica. Esse outro produto permite aos estudiosos saber quais as condições físicas em que ocorreu o metamorfismo. O processo metamórfico que trabalharemos em relação á rádio comunitária, busca contextualizar com clareza epistemológica como a Lei, a tecnologia, o público etc.; colaboram com a rádio para criação de outro produto. Poderíamos dizer que a experimentação nas rádios comunitárias é um dos pontos principais para haver processo metamórfico.

comunicação alternativa caminham juntas. Buscamos compreender como os personagens entrevistados percebem o serviço de radiodifusão diante da Lei 9612/98 e das TICs e como a produção realizada nas rádios pode provocar no usuário dos meios de comunicação comunitária a capacidade de expandir seus horizontes reflexivos.

Ter uma legislação para rádios comunitárias foi um grande avanço, deu legalidade a um direito defendido pela Constituição de 1988, mas também restringiu a capacidade de alcance da mesma. A Lei 9612/98 estabeleceu o serviço de radiodifusão comunitária em frequência modulada, operando em baixa potência². No entanto, depois de dez anos de vigência da legislação, percebemos que o discurso sobre a concessão ainda é acompanhado por questões de apadrinhamento e clientelismo. A legislação não abrange as necessidades das rádios comunitárias; propostas como a de apoio cultural para conseguir verbas financeiras não satisfazem as obrigações do tipo: conta de luz, telefone, manutenção de equipamentos e outras. Algumas questões inibem a comunicação popular promovidas pelas rádios comunitárias, dentre elas, destacamos duas: perseguição política (alguns políticos perseguem a rádio comunitária quando não há parcerias com eles) e o outro fator é a responsabilidade criminal (caso a rádio esteja no ar sem concessão outorgada). Tais questões colaboram de forma negativa na luta por uma comunicação produzida pelas periferias.

O campo de estudos sobre o serviço de radiodifusão comunitária não é tão extenso, mas tem trabalhos de alguma relevância. O trabalho da Denise Cogo (1998), sobre emissoras comunitárias de alto-falantes nas favelas do Brasil e da América Latina e o da Maria Terezinha da Silva (2007), que faz um panorama das rádios comunitárias no Estado de Santa Catarina, assim como outros que serão mencionados neste trabalho, demonstram a carência das políticas públicas voltadas às rádios comunitárias. A concessão para o serviço de radiodifusão comunitária tem se tornado uma forma de barganha política, como pode ser observado nos estudos de Venício Lima e Cristiano Lopes (2007) sobre um “Coronelismo eletrônico de novo tipo”. Os estudos de Guattari sobre rádios livres, sua concepção de sociedade pós-midiática apontando as rádios como uma forma de revolução molecular, também compõe o referencial teórico desta pesquisa. Numa forma de refletir e ultrapassar os

² No § 1º do Art. 1º da Lei 9612/98 é estabelecido que a potência máxima de 25 watts ERP para o serviço de radiodifusão comunitária.

modelos hegemônicos estaremos recorrendo a Deleuze para levantar críticas ao poder midiático instituído.

O serviço de radiodifusão comunitária é um excelente mecanismo de resistência ao predomínio da informação feito pelas empresas comerciais. Ele é capaz de proporcionar aos membros da comunidade onde está inserida desde a simples informação local e imediata, como também pode contribuir para a difusão de conhecimentos gerais (notícias sobre política, economia, cultura etc.), podendo servir de campo de experimentação de novos modos de informar, comunicar e entreter, além de atuar na multiplicação de experiências coletivas (grupos musicais, grupos de estudo e outros serviços).

O rádio como veículo de comunicação sonora trabalha com a imaginação dos ouvintes. Em territórios pequenos o poder do rádio pode ser mensurado, em algumas localidades, por ser o único meio de comunicação com outros espaços territoriais. Assim, os limites do território são ultrapassados através das ondas sonoras; o rádio nestes locais distantes dos grandes centros e da ampla estrutura de comunicação das metrópoles é de grande relevância não podendo ser descartada sua força político-social, mas o rádio quando guiado pela indústria da cultura pode vir a ser um veículo de comunicação massificador.

A dificuldade de conseguir entrar numa rádio comunitária, a resistência dos seus membros no processo de colaboração, a guerra particular³ que as favelas do Rio de Janeiro atravessam, foram pontos decisivos no nosso trabalho de campo. Nosso método de trabalho foi se reorganizando, procurando sujeitos específicos que militavam, trabalhavam ou pensavam o serviço de radiodifusão comunitária e apesar da resistência conseguimos realizar o trabalho de pesquisa.

Conseguimos estabelecer contatos com diversos personagens que pensam e militam a favor do serviço de radiodifusão comunitária e também acompanhamos algumas atividades da Federação das Associações de Rádios Comunitárias (FARC) e da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço), além de participar do Fórum Mídia Livre e outros eventos relacionados a comunicação popular.

Esta pesquisa foi instigada pelo acompanhamento dos processos metamórficos da Rádio Comunitária Kaxinawá – uma rádio comunitária localizada dentro da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEFB), criada em 2002,

³ O termo guerra particular refere-se ao documentário: *Notícias de uma guerra particular* de João Moreira Salles e Kátia Lund, 1999. Brasil.

que começou como um projeto de laboratório de rádio e acabou dando origem ao Canal Interativo Kaxinawá que, além do rádio, faz transmissões de IPTV em tempo real, tem a interatividade permitida pelo ciberespaço⁴. Esse foi um dos pontos que nos fez pensar no ciberespaço como linha de fuga para as rádios comunitárias.

A pesquisa refletiu o serviço de radiodifusão comunitária como produção cultural e possível mecanismo de liberdade de expressão, liberdade artística e comunicação num circuito de resistência, livre das normas e interesses do mercado midiático, fora da idéia de espetáculo vivenciado na contemporaneidade. Um processo de produção que rompe com os padrões estéticos, seja da linguagem, dos modelos comerciais ou da venda de informação, reinventando modos de comunicar e informar. Por isso nossa pesquisa não define serviço de radiodifusão comunitária como rádios que atendam exclusivamente aos parâmetros da Lei 9612/98, mas sim como local de convívio social, onde um grupo ou grupos participam da gestão do veículo de comunicação visando à interação e a integração dos sujeitos, sem se limitar à esfera territorial de um dado espaço ou do *dial*, podendo atingir o mundo via *internet*.

Na contemporaneidade busca-se a singularidade como resposta a subjetividade maquínica da grande mídia. A experimentação e novas práticas de distribuição dos materiais da comunicação colaboram para a desmistificação daqueles que são chamados de bucaneiros⁵.

A forma mais rápida de democratização da comunicação é financiar mídias que exibam a produção cultural das redes sociais formadas pelo precariado da comunicação, caso contrário, vamos ficar reduzidos a forma-Estado ou a forma-Globo, que são a mesma coisa: submissão a um poder único (MALINI, 2007, p. 08).

⁴ Entendemos o ciberespaço não só como local de utilização das ferramentas da *internet*, mas como local de convívio e colaboração produtiva, onde os sujeitos não são meros usuários, mas habitantes dos espaços múltiplos promovidos pela rede. Pierre Lévy (1999) lembra que a palavra “ciberespaço” foi inventada em 1984 por William Gibson em seu romance de ficção científica *Neuromancer*, no romance a palavra servia para designar o “universo de redes digitais, que era descrito como campo de batalha entre as multinacionais, palco de conflitos mundiais, nova fronteira econômica e cultural.” O termo foi imediatamente retomado pelos criadores e usuários de redes digitais. Lévy define o termo como sendo espaço de comunicação aberta pela intercomunicação mundial dos computadores e das memórias dos computadores.

⁵ Chamavam de bucaneiros os piratas do séc. XVI e XVII. No Brasil e em outros países chamam de piratas (bucaneiros) aqueles que quebram o sistema de segurança de alguns produtos para fazer cópias, divulgação gratuita na internet etc.

Vemos surgir uma grande pressão para que o circuito midiático seja democrático, porém esta tomada do espaço só será relevante se a multidão⁶ se apropriar do produzir e de difundir suas diversas criações.

Rádios comunitárias apesar de trabalharem, também, com vendas de comerciais, são modelos de resistência por excelência, pois rompem com as imagens e os valores simbólicos de rádios comerciais, pois umas das diferenças entre uma rádio comunitária e uma comercial é que a rádio comunitária não foi criada para produzir lucro. Segundo Guilherme Gitahy de Figueiredo,

Rádios comerciais e estatais, que trabalham segundo padrões profissionais e técnicos estabelecidos de produção, com profissionais e equipamentos especializados, que reproduzem as formas hierárquicas de produção de mídia e as fórmulas tradicionais de programação. Os interesses comerciais e burocráticos e as condições de produção prendem esses meios aos padrões estabelecidos, havendo pouca margem à inovação e à experimentação (2004)⁷.

Nossas investigações apontam para várias singularidades desde a criação ao funcionamento das rádios mencionadas neste trabalho. Algumas rádios comunitárias são administradas por uma mesma família há anos, outras estão intimamente ligadas a alguma religião, há aquelas que funcionam sem a concessão outorgada, há outras que rompem com a legislação para o serviço de radiodifusão comunitária. Mesmo não seguindo rigorosamente a Lei 9612/98, essas rádios não deixam de manter o compromisso e prestar serviços aos moradores da localidade onde estão inseridas; dialogam com os mesmos, construindo e mantendo este espaço de convívio social (trabalhando na realização de programas, com auxílio de recursos financeiros, com participação na gestão e outros). O contexto social, político e cultural das rádios comunitárias no Estado do Rio de Janeiro não segue uma forma única. Cada rádio tem suas particularidades e sua atuação, independente das normas estabelecidas pela Lei 9612/98, muitas se recusam a fechar esperando a legalização e seguem atuantes, mesmo sabendo que pode acontecer uma incursão da policial federal e fechá-las.

Seja como rádio livre, comunitária ou pirata, seja com o nome que quiserem dar; o que importa é estar no ar, mesmo sem concessão. Inclusive tem rádios do Sul e outras da grande São Paulo, que não querem saber da legislação para o serviço de radiodifusão. Continuam funcionando, nunca entraram com pedido no Ministério da Comunicação e nem vão entrar. É uma decisão política deles e são rádios do cacete. Rádios politizadas com parcerias da galera do *Hip Hop*. Eu não vou citar os nomes, pois são muitas redes de rádios (Wallace Hermann Jr. – produtor de rádio).

⁶ Para Negri e Hardt (2005) o conceito de multidão refere-se à potência criativa dos indivíduos, à colaboração entre os mesmo e aos anseios que promovem a resistência e transformação.

⁷ Fonte: <http://guile1973.multiply.com/journal/item/7> Acesso: 11 novembro. 2008.

Outras rádios paralisam seus trabalhos, esperando a regulamentação, porém não deixam de estar atuantes nas representações de serviços de radiodifusão comunitária. Isto foi percebido nas plenárias organizado pela FARC, nos encontros e seminário sobre mídia livre e nas demais atividades e eventos que lutam pela democratização da comunicação em que participamos.

Este trabalho tem acompanhado narrativas sobre os impasses burocráticos para uma rádio comunitária conseguir a concessão, os grupos representativos, as ações que envolvem as rádios comunitárias aqui citadas, almejando mais clareza para o debate sobre o serviço de radiodifusão comunitária, seu futuro num mundo digital e seu papel no processo de subjetivação individual e coletiva.

O serviço de radiodifusão comunitário algumas vezes contraria a Lei 9612/98 para se manter no ar, fazendo alianças políticas, vendendo tempo de comerciais etc. para continuar atuante nas áreas periféricas sabendo de sua importância junto a comunidade. Algumas rádios gostariam de ter um cunho religioso, outras serem só musicais, porém como para este tipo de rádio só resta à concessão comercial, acolhem o perfil de comunitária para conquistar a concessão e ter seu direito de voz sem sofrer processos na justiça e não ter seus equipamentos confiscados.

Os personagens envolvidos com a comunicação popular esboçam linhas de fuga para resistir à indústria de comunicação de massa, à perseguição do governo federal, à falta de material humano e de equipamentos, ou seja, lançam mão do que possuem para tornar disponível a existência do serviço de radiodifusão comunitária.

Vemos surgir a necessidade de maiores estudos na inter-relação entre comunicação e educação para que haja utilização consciente da influência dos meios de comunicação no processo de subjetivação de seus ouvintes. As TICs devem ter aplicabilidade nos processos educacionais agenciando novos conhecimentos, contribuindo pela singularização para a produção de subjetividade.

Há dificuldade na apropriação e democratização das técnicas para produzir material midiático interessado em divulgar conteúdos diversificados, com qualidade e comprometidos com a formação política dos cidadãos, porém, romper com a indústria da cultura e formar novos comunicadores que fujam do padrão “Global” é tarefa imprescindível.

No capítulo I abordaremos questões teóricas buscando auxílio em Deleuze, Guattari e outros pensadores, contextualizando o rizoma, pensando a relação de poder e micropolítica urbana. No capítulo II vamos refletir sobre os meios de

comunicação nas periferias, a união que faz com que os moradores de periferias urbanas criem seus próprios meios de comunicação social.

Ao analisarmos a programação de rádios comunitárias no que tange ao discurso educativo/emancipatório, abordaremos a relação escola e rádio como um agenciamento podendo interferir no processo educacional. Ainda no capítulo II vamos confrontar/problematizar o funcionamento das programações alternativas diante dos programas agregados à perspectiva da mídia comercial.

No capítulo III faremos questionamentos em relação ao ilegal e a legalidade constituída no serviço de radiodifusão comunitária. Vamos expor um pouco da história de luta que deu origem a Lei 9612/98 através do material teórico e dos depoimentos de nossos entrevistados.

Concepções de rádio livre, de rádio pirata e rádio comunitária serão expostas no corpo do capítulo III para que possamos refletir sobre os pré-conceitos em relação a esses modelos de rádios. Faremos uma reflexão sobre como as rádios comunitárias atuam de forma colaborativa junto ao governo; como veículo de comunicação e de informação para questões de saúde pública, preservação do meio ambiente, entre outras parcerias.

No capítulo IV vamos pensar a composição dos espaços de resistência e os meios alternativos gerados pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como ponte para uma produção colaborativa. Pretendemos analisar a ocupação dos espaços formativos em ações cooperativas desenvolvidas pelo serviço de radiodifusão comunitária voltadas às necessidades locais e também sua funcionalidade ao atingir um espaço mais amplo, se estiver sendo transmitida, também via *internet*.

Ainda no capítulo IV veremos que o ciberespaço é uma linha de fuga para se pensar o futuro do serviço de radiodifusão comunitária diante do sistema rádio digital e as normas da Lei 9612/98, não como único meio, mas como mais uma ferramenta das rádios comunitárias e do direito de livre comunicação, que brota de forma dinâmica, favorecendo a liberdade de comunicação, atrelada há um novo modo de fazer e pensar rádio.

Sabendo que nosso objeto de estudo ainda não tem massa crítica suficiente, é um tema que levanta muito debate em questões como a legislação, a funcionalidade, adaptação diante das TICs e outros; optamos por utilizar métodos de pesquisa empírica, onde a experiência direta nos possibilita a elaboração de

conhecimento, abordando o objeto de pesquisa num formato participativo. Nossa pretensão com estes métodos (depoimento, observação participativa e outros) e as técnicas utilizadas na investigação (contato contínuo com nossos entrevistados, entrevistas semi-dirigidas, personalizar o roteiro dos entrevistados através de um estudo prévio sobre cada um deles, foi a de elucidar a realidade produzida pelas redes sociais do serviço de radiodifusão comunitária buscando aspectos que podem ser vistos não só nas rádios mencionadas neste trabalho.

No corpo deste trabalho textual e no material audiovisual fica explícito que nosso trabalho de campo trilhou diversos caminhos, algo parecido com um rizoma partido que retornou através não só de suas próprias linhas, mas de outras que foram sendo unidas, juntadas, misturadas no devir pesquisa.

Iniciamos com o estudo da base teórica e contatos nas comunidades (visitação aos espaços, abordagem das histórias e outros). Junto a isso incorporamos discursos, trabalhos, propostas em eventos ligados aos serviços de radiodifusão comunitária, democratização dos meios de comunicação, educação e mídia e tecnologias de comunicação.

As técnicas de investigação foram diversificadas, para que pudéssemos priorizar a singularidade de cada momento de investigação. Optamos pelo método de depoimento para coletar dados que dessem um corpo histórico ao trabalho, procuramos personagens/informantes que pudessem narrar suas experiências em relação ao tema proposto. Escolhemos personagens e rádios de localidades distintas e com histórias singulares sobre a construção de cada rádio (rádio que começa com um desejo familiar, rádio que nasce no seio da igreja, rádio que brota da luta política, rádio que surge com o intuito de denunciar questões ambientais e rádio que começou como um laboratório para ajudar na formação de professores).

Foi realizado um estudo prévio sobre cada um dos personagens envolvidos na pesquisa, além de contatos e conversas via telefone e *internet* facilitando a abordagem e aproximação com nossos entrevistados e deixando-os familiarizados com a proposta da pesquisa. Este processo foi de extrema importância para que esses personagens colaborassem com a proposta de trabalho e propiciassem entrevistas semi-dirigidas gravadas em vídeo. Essa forma de abordagem foi realizada através de roteiro personalizado (não-padronizada) para cada um dos entrevistados, privilegiando as singularidades dos personagens envolvidos e permitindo o livre direito de pensamento e opinião. Trechos destas entrevistas

fazem parte do documentário “Ondas Periféricas” que compõe esse trabalho de dissertação.

O depoimento é um “ponto de vista”, por isso também realizamos diário de observação (descrição de como ocorreu cada entrevista, descrição de visitas às rádios, descrição dos eventos etc.), filmagens de eventos e captura em áudio de plenárias para que todo material fosse utilizado na confecção do trabalho documental.

A transcrição das entrevistas foi realizada em três momentos: primeiro na íntegra, depois editadas para evitar redundâncias e, por último, com marcações realizadas pelos próprios entrevistados dos pontos que eles acreditavam ser de grande relevância para confecção desta produção. Com a organização de todo material demos início a este trabalho de análise do processo de pesquisa e produção textual.

1 RIZOMA, AGENCIAMENTO E LINHA DE FUGA NA PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE

Tudo o que é produzido pela subjetivação capitalística – tudo o que nos chega pela linguagem, pela família e pelos equipamentos que nos rodeiam – não é apenas uma questão de idéia, não é apenas uma transmissão de significações por meio de enunciados significantes. Tampouco se reduz a modelos de identidades, ou a identificações com pólos maternos, paternos, etc. Trata-se de sistemas de conexão direta entre as grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo (Félix Guattari e Rolnik).

1.1 EU multiplicidade

Quando o psicanalista (em rompimento com a psicanálise) Félix Guattari e o filósofo Gilles Deleuze começam a introdução ao rizoma em *Mil Platôs V.1* (1995), expressam que o EU não pode ser algo na esfera da identidade, pois não há uma essência unificada, o que há é uma multiplicidade que foi unindo, somando, incorporando, multiplicando, associando ou perdendo partes. O múltiplo não necessita de unidade, tampouco deve seguir a idéia de dicotomia binária, onde o Uno se transforma em dois e depois dois se transforma em quatro.

Um rizoma pode assumir muitas formas e contradiz a forma fixa da árvore e da raiz, um rizoma pode se conectar com qualquer outro ponto, não deve fixar-se ou seguir uma ordem. Como dizem Deleuze e Guattari, *o rizoma nele mesmo tem formas muito diversas, desde sua extensão superficial ramificada em todos os sentidos até suas concreções em bulbos e tubérculos.*

Num rizoma, (...) cada traço não remete necessariamente a um traço lingüístico: cadeias semióticas de toda natureza são aí conectadas a modos de codificação muito diversos, cadeias biológicas, políticas, econômicas, etc., colocando em jogo não somente regimes de signos diferentes, mas também estatutos de estados de coisas (1995, p. 14).

Guattari junto com Deleuze trabalha a expressão multiplicidade em todo seu trabalho conceitual de uma “filosofia prática”. Os dois nos propõem pensar as diferenças e singularidades numa perspectiva de multiplicidade rizomática.

As multiplicidades se definem pelo fora: pela linha abstrata, linha de fuga ou de desterritorialização segundo a qual elas mudam de natureza ao se conectarem às outras. O plano de consistência (grade) é o fora de todas as multiplicidades. A linha de fuga marca, ao mesmo tempo: a realidade de um número de dimensões finitas

que a multiplicidade preenche efetivamente; a impossibilidade de toda dimensão suplementar, sem que a multiplicidade se transforme segundo esta linha; a possibilidade e a necessidade de achatar todas estas multiplicidades sobre um mesmo plano de consistência ou de exterioridade, sejam quais forem suas dimensões (1995, p. 16).

O rizoma existe através de agenciamentos, “crescimento das dimensões numa multiplicidade que muda necessariamente de natureza à medida que ela aumenta suas conexões”. O rizoma tem linhas segmentárias, sendo territorializado, organizado, mas ao mesmo tempo o rizoma através de linhas de fuga⁸, é rompido e retorna através de suas próprias linhas ou de outras. É caracterizado pela sua possibilidade de conexão e heterogeneidade garantindo que qualquer parte de um rizoma pode e deve ser conectada a qualquer outro ponto de outra natureza, mesmo com regimes de signos diferenciados. É um misto de intensidades que atuam umas sobre as outras.

O que Guattari e eu chamamos rizoma é precisamente um caso de sistema aberto. Volto à questão: o que é filosofia? Porque a resposta a essa questão deveria ser muito simples. Todo mundo sabe que a filosofia se ocupa de conceitos. Um sistema é um conjunto de conceitos. Um sistema aberto é quando os conceitos são relacionados a circunstâncias e não mais a essências. Mas por um lado os conceitos não são dados prontos, eles não preexistem: é preciso inventar, criar os conceitos, e há aí tanta invenção e criação quanto na arte ou na ciência (DELEUZE, 1980)⁹.

É através da leitura do acontecimento e não pela essência que Gilles Deleuze e Félix Guattari utilizam o platô para traçar o mapa de circunstâncias onde a individuação não é mais do sujeito ou das coisas, mas sim singularidades que reagem a um fluxo de acontecimentos que pode ser bom ou ruim. Pensaríamos então numa filosofia com base nos acontecimentos, nas multiplicidades e não mais numa filosofia cuja base é o sujeito e consciência. Com a experimentação, a criação e a problematização das multiplicidades romperíamos com a idéia de identidade e dicotomia abrindo espaço a conexões (apreciando as dimensões e não mais os pontos ou posições), agenciamentos e o traçar de linhas, desconsiderando a centralização e hierarquia no múltiplo.

⁸Esse conceito muito utilizado na prática filosófica de Deleuze e Guattari é expresso como desterritorialização. Não implica necessariamente em uma fuga do lugar, mas sim pensar em linha como fuga e fugir como fazer fugir. Segundo Zourabichvili (p. 30: 2004), a fuga não consiste em ir embora, evadir-se ou mesmo mudar uma situação, trata-se de uma saída.

⁹Mil Platôs não formam uma montanha: eles abrem caminhos filosóficos. Publicado no Jornal “Libératinon” em 23 de outubro de 1980. Tradução do francês por Ivana Bentes. Extraído de Carlos Henrique de Escobar (org.) *Dossier Deleuze*. Rio: Hólon Editorial, 1991.

Fonte: <http://digao.bio.br/rizomas/rizoma/107-rizoma-e-um-sistema-aberto-deleuze-e-guattari.html> Acesso: 20 de março de 2009. Publicado: 11 de agosto de 2008.

É que o meio não é uma média; ao contrário, é o lugar onde as coisas adquirem velocidade. Entre as coisas não designa uma correlação localizável que vai de uma para outra e reciprocamente, mas uma direção perpendicular, movimento, um movimento transversal que as carrega uma e outra, riacho sem início nem fim, que rói suas duas margens e adquire velocidade no meio (p. 36: 1995).

Acreditamos que este conceito é de grande relevância para o debate entorno do serviço de radiodifusão comunitária e sua metamorfose diante das TICs, além de sua inserção no ciberespaço. Observamos esse agenciamento como um rizoma que une multiplicidades de signos, acontecimentos e experimentações construindo linhas diante de circunstâncias diversas para promover democratização dos meios de comunicação.

Uma das características mais importantes do rizoma talvez seja a de ter sempre múltiplas entradas; a toca, neste sentido, é um rizoma animal, e comporta às vezes uma nítida distinção entre linha de fuga como corredor de deslocamento e os estratos de reserva ou de habitação (cf. por exemplo, a lontra) (GUATTARI E DELEUZE, 1995, p.21).

Fazendo uma relação com as rádios comunitárias poderíamos ver sua vinculação também no ciberespaço não como um deslocamento de local, mas uma estratégia através de linha de fuga para produzir agenciamentos. Com base no pensamento de Deleuze e Guattari pensamos a rádio comunitária como um platô, uma multiplicidade capaz de se conectar com diversas linhas formando e se estendendo em rizomas.

1.2 Relação de poder: a micropolítica no espaço urbano

Ao pensarmos em espaço temos que abolir a idéia de desenho, de molde fechado e pensar na relação das coisas na infinidade de possibilidades dadas a cada momento. Essa relação é baseada em forças, forças que agem umas sobre as outras, uma relação de poder. Foucault em *Microfísica do Poder* (2007) coloca o poder mais como produtor do que como repressor. Guattari vai chamar de micropolítica as estruturas sociais, as verdades, as maneiras de viver de produzir realidade, logo, produtora de subjetividade. O lugar não é só um espaço, a cidade não é só um aglomerado de pessoas, de prédios, há toda uma relação de coisas, de pessoas, uma infinidade de dados que não podem ser tocados, um verdadeiro

conjunto de relações baseadas em regras e direitos que nos obrigam a “produzir a verdade para poder produzir riquezas”.

A conjuntura de forças é algo que torna o espaço mutável, sendo assim, um mesmo espaço pode ser visitado pela mesma pessoa várias vezes, mas nunca será o mesmo espaço. O clima, a sonoridade, as pessoas podem transformar o espaço segundo as relações de força que atuam nos lugares. O espaço não está pronto, mas é criado conforme as relações de forças lançadas em cada momento.

Um espaço é um infinito de possibilidades, pois sua existência está condicionada as relações que são abertas a cada momento. O espaço, o saber, as mídias, as estruturas do poder estão sempre em movimento num campo de forças.

[...] em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e (...) estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso (FOUCAULT, 2007, p.179).

O autor explica que para haver exercício do poder se faz necessário uma “economia dos discursos de verdade que funcione dentro e a partir desta dupla exigência.” Somos condicionados a produzir verdade e a verdade é a lei. É na busca desta verdade que o poder se instaura nos condicionando a viver subjugado aos discursos “verdadeiros”. Foucault remete a reativação do Direito Romano (século XII) para explicar que o grande problema da teoria do direito é o da soberania.

Afirmar que a soberania é o problema central do direito nas sociedades ocidentais implica, no fundo, dizer que o discurso e a técnica do direito tiveram basicamente a função de dissolver o fato da dominação dentro do poder para, em seu lugar, fazer aparecer duas coisas: por um lado, os direitos legítimos da soberania e, por outro, a obrigação legal da obediência. O sistema do direito é inteiramente centrado no rei e é, portanto, a eliminação da dominação e de suas conseqüências (FOUCAULT, 2007, p.181).

O autor dirigiu seus trabalhos em torno de inverter o caminho da análise do discurso do direito, mostrando o direito na esfera da dominação, não mais da soberania. Nas múltiplas formas de dominação que podem ser exercidas na sociedade. Não é mais o rei a figura central do poder, mas seus súditos numa relação mútua, não é o soberano edifício jurídico e sim as múltiplas rendições no interior do corpo social.

O poder não está somente nas corporações, nas macro-estruturas, ele atua em todos os *locus*, inclusive em áreas periféricas. O poder de afetar e ser afetado por diferentes forças faz com que a cada instante, numa nova relação, possamos ser

constituídos novamente. Como parte de um rizoma que foi rompido e se constituiu de sua própria linha ou de outra.

Sendo o poder manifestado em qualquer espaço, é capaz de afetar o corpo e sua relação com as coisas, a subjetividade é um processo constituindo-se a cada momento, variando conforme as circunstâncias numa relação mutável com a exterioridade.

Em 1980, Guattari escreve sobre o fenômeno das rádios livres no Brasil, lembrando das questões que deram a expectativa para o futuro deste movimento, fala da transformação do fenômeno rádios livres em movimento como novo modelo de luta que se contrapõe as formas de lutas tradicionais. A movimento das rádios livres se distancia das formas tradicionais de luta (partidos e sindicatos), trazendo um novo olhar sobre as formas de lutas sociais, desenvolvendo uma micropolítica.

Uma proposta de micropolítica não se afasta das relações de poder, ela pode criar linhas de fuga e constituir outra realidade, mas é feita a partir de relações de forças capazes de produzir afetos e desejos. A própria luta do movimento de rádios comunitárias para instituir uma lei própria para o serviço de radiodifusão foi uma micropolítica na qual a relação de forças tornou legal o que era de direito: comunicar.

Guattari (1989) quando expressa que é preciso “investir no próprio coração da subjetividade dominante” coloca a idéia de que é preciso participar do jogo, usar das ferramentas para no fim denunciá-la. O movimento de rádio comunitária saiu do território da “ilegalidade” e se legitimou através de ações políticas, foi uma linha que acarretou alguns ganhos, mas existem outras manobras necessárias para que a radiodifusão comunitária seja de fato um direito e para isso é preciso continuar a mexer nas estruturas da subjetividade capitalística. Ao invés de defender uma bandeira, uma ideologia ou uma dita liberdade faz-se necessário “retomar o espaço da farsa, produzindo, inventando subjetividades delirantes que, num embate com a subjetividade capitalística”, consiga fazê-la desmoronar.

1.3 A periferia urbana: idéias, sentidos e comunicação

Em pleno século XXI não cabe mais conceituar periferia de forma genérica, “tudo que está ao redor”, termo que ainda é usado para designar bairros e municípios afastados do grande centro com infra-estrutura precária e com baixo índice de desenvolvimento. Pensar a periferia urbana hoje é fazer uma releitura da rede urbanística e das relações sociais nas metrópoles. A periferia urbana constrói-se num processo de junção, fragmentos do espaço urbano sendo amontoados de forma complexa; espaços urbanos cuja arquitetura é uma linha de fuga dentro da estrutura urbanística da cidade. As periferias urbanas no Estado do Rio de Janeiro estão no centro, ao redor, na ponta e no topo; alargando o espaço desordenadamente e de forma precária. Fruto da lógica de acumulação de riqueza, das brechas que o Estado deixa nas questões básicas para a vida humana, moradia, por exemplo, as periferias criam uma “cidade” paralela com regras próprias e linhas de fugas para suas necessidades. Onde o Estado foi omissos a periferia trata de buscar saídas, procura sustentar-se.

A periferia não se situa mais como margem, tomou a produção de si mesma fazendo parte da cultura, cultura urbana, tem suas representações e cria visibilidade através de suas singularidades. Dita moda, faz arte, cria estilo, ameaça, incomoda, quebra barreiras, exige espaço, cria uma cultura própria (local) que se difunde globalmente, pois “periferia é periferia em qualquer lugar”.

Periferia urbana é favela, morro, conjunto habitacional, comunidade etc., são lugares onde o estereótipo da pobreza tem dado lugar a novas potências. A imagem da periferia de Gâmbia, de Calcutá ou do Rio de Janeiro, basicamente vai mostrar esgoto a céu aberto, cheio de ratos e outros vetores de doenças, barracos de madeira acomodando famílias numerosas, crianças descalças brincando nos becos sujos, mas a periferia é mais que isso, a periferia inova, inventa, produz, faz agenciamentos.

Na periferia de Calcutá crianças em risco produziram arte fotográfica que foi exposta em grandes galerias do mundo¹⁰, na Rocinha mulheres criaram uma cooperativa de costureiras (Coopa-Roca) que além de ser um sucesso é um projeto

¹⁰ Ver NASCIDOS em Bordéus. Produção de Zana Briski e Ross Kauffman. Calcutá, 2004. Documentário (86min), DVD, son., color.

de desenvolvimento sustentável¹¹. A organização e o trabalho cooperativo fazem parte da história dos membros das periferias, o contexto sociocultural alimenta as potências criativas, somando singularidades na construção de produtos de interesse coletivo.

Guattari (1993) no texto “Restauração da Cidade Subjetiva”, fala da importância de “reconstituir uma relação própria com o cosmo e com a vida”, algo em torno de retomar sua própria singularidade individual e coletiva. O que as periferias urbanas tem feito é justamente trabalhar estes parâmetros criando outra subjetividade.

Essa subjetividade em estado nascente – o que o psicanalista americano Daniel Stern denomina “o si mesmo emergente”-, cabe a nós reengendrará-la constantemente. Não se trata mais aqui de uma “Jerusalém celeste”, como a do Apocalipse, mas da restauração de uma “Cidade Subjetiva” que engaja tanto os níveis mais singulares da pessoa quanto os níveis mais coletivos. De fato, trata-se de todo o porvir do planeta e da biosfera (1993, p.170).

Podemos fazer uma ligação entre o crescimento das periferias urbanas do Rio de Janeiro e a falta de possibilidade dos homens restabelecerem relações com suas terras natais; como Guattari afirma. Os trabalhadores que vem para as metrópoles logo se desencantam, mas constroem seus universos, se reconstituem no seio dos espaços onde passam a residir e trabalhar, porque o lá e o aqui viraram um equivalente. Ao mesmo tempo em que tudo circula, criam-se espaços padronizados. A sociedade caminha para viver em grandes aglomerados urbanos e mesmo as pessoas que fogem das grandes cidades, estarão rendidas a elas através das Tecnologias de Informação e Comunicação. O fato é que as zonas urbanas estão se transformando em grandes aglomerados de pessoas e as periferias urbanas estão se alargando numa relação de força pela ocupação dos espaços, pela representação e pela visibilidade.

Essa mundialização da divisão das forças produtivas e dos poderes capitalísticos não é absolutamente sinônimo de uma homogeneização do mercado, muito pelo contrário. Suas diferenças desiguais não se localizam mais entre um centro e sua periferia, mas entre malhas urbanas superequipadas tecnologicamente, e, sobretudo informaticamente, e imensas zonas de habitat de classes médias e de habitat subdesenvolvido. É muito característico, por exemplo, em Nova Iorque, ver um dos grandes centros da finança internacional, no ponto extremo de Manhattan, coexistir com verdadeiras zonas de subdesenvolvimento, no Harlem e no South Bronx. Sem falar das ruas e dos parques públicos invadidos por mais de 300 mil *homeless* e cerca de um milhão de pessoas amontoadas em lugares superpovoados (GUATTARI, 1993, p. 171).

¹¹ A Coopa-Roca foi criada em 1989, na época eram cinco costureiras, hoje já contabiliza mais de cem. O que começou reciclagem das doações de retalhos hoje pode ser visto em vários eventos de moda do Rio de Janeiro, entre eles o Fashion Rio.

Pegando o exemplo da Zonal Sul do Rio de Janeiro podemos ver os contrastes parecidos com o que Guattari cita. Apartamentos luxuosos com esquema de segurança e automóveis blindados nas garagens se confrontam com barracos de madeira protegidos pelos fuzis do tráfico e a população de rua caminhando a esmo pelas ruas da Cidade Maravilhosa. Os contrastes sociais são vistos de forma nua e crua potencializando cada vez mais a violência urbana, mas também criando linhas de fugas capazes de reinventar realidades.

Guattari aponta a importância da colaboração, de uma “*transdisciplinaridade*” entre arquitetos, urbanistas e todas as outras disciplinas (das ciências sociais e humanas) para se pensar o “drama urbanístico” que o mundo atravessa. Segundo ele, esse drama põe em xeque o próprio futuro da espécie humana. Há mais de 10 anos tal pensamento poderia parecer um tanto radical, mas nos dias de hoje não só vemos as conseqüências do crescimento urbano desordenado como também já é notório que se busque saídas para a preservação do meio ambiente para que possamos minimizar o desequilíbrio causado na biosfera devido a industrialização desenfreada e outros fatores. No entanto, não será somente com medidas ambientais que iremos garantir o futuro da raça humana.

Não seria exagero enfatizar que a tomada de consciência ecológica futura não deverá se contentar com a preocupação com fatores ambientais, mas deverá também ter como objeto devastações ecológicas no campo social e no domínio mental. Sem transformação das mentalidades e dos hábitos coletivos haverá apenas medidas ilusórias reativas ao meio material (1993, p. 173).

Comungamos com o pensamento do autor que a cidade produz o destino, o caminho, o horizonte da humanidade atuando diretamente na produção de subjetividade. As transformações no meio urbano não são inatingíveis, é preciso mudar o rumo da vida, criar outras atividades, outros meios de produção e outros valores sociais podem ser a saída para um reencontro com o cosmo. Medidas que dependem de ação política, de desejo maquinado, de agenciamento coletivo de enunciação. Quando falamos de agenciamento coletivo estabelecemos que o indivíduo não se desenvolve, não se constitui sozinho.

A população das periferias urbanas tem caminhado para o desenvolvimento de medidas que buscam responder a seus desejos, suas necessidades. Dentro das várias linhas de fuga que existem em áreas de periferia urbana o serviço de

radiodifusão tem sido um caminho para ação política, exposição de pensamentos, divulgação de arte e outros benefícios para comunidade.

1.4 O ciberespaço a serviço da produção de subjetividade

A subjetividade é um combinado de componentes: inconsciente, corpo, etológico, produção do poder etc.. O aparato tecnológico de comunicação e informação na contemporaneidade tem servido a singularização subjetiva. A *internet* tem sido o meio para que as singularidades sejam associadas, agenciadas em diferentes níveis numa forma mais “liberal” de produção longe da forma “amassadora” da mídia de massa.

Para Pierre Lévy (1999), o ciberespaço é um combinado de vários modos de comunicação que geram aprendizagem e trabalho cooperativo e com a ampliação do mesmo, pode se tornar universal. Este universal não está configurando como totalizador, mas um meio de comunicação e informação que preze o sujeito não como série, não como massa, mas como um composto singular capaz de potencializar as informações seja na (re) distribuição, (re) criação ou na (re) significação.

O ciberespaço não permite centro, nem linha diretriz é um misto de agenciamentos, um rizoma. As comunidades dispersas podem se comunicar, compartilhar saberes, produzir materiais, fazer um trabalho cooperativo mesmo estando em espaços geográficos díspares. No ciberespaço o sujeito não só lê um livro, assiste um filme, escuta rádio, ouve músicas de qualquer região do globo terrestre, mas ao mesmo tempo em que recolhe, se apropria, se alimenta deste vasto banco de dados, também o alimenta.

Lévy (1999) fala de duas maneiras de navegação, de se servir do ciberespaço, que podem ser opostas, mas também se misturam. A primeira seria a “caçada”, onde o sujeito procura uma informação precisa e rápida sobre um determinado assunto e a segunda seria a “pilhagem”, onde o sujeito divaga sobre um assunto, no entanto, pode acaba desviando num dado momento, seguindo outros *links* e recolhendo informações do seu interesse. É uma terra estranha, nômade, onde a ferramenta para desvendar seus mistérios está nela mesma.

O melhor guia para web é a própria web. Ainda que seja preciso ter paciência de explorá-la. Ainda que seja preciso arriscar-se a ficar perdido, aceitar a “perda de tempo” para familiarizar-se com esta terra estranha. Talvez seja preciso ceder por um instante a seu aspecto lúdico para descobrir no desvio de um link ou de um *motor de pesquisa*, os sites que mais se aproximam de nossos interesses profissionais ou de nossas paixões e que poderão, portanto, alimentar de melhor maneira possível nossa jornada pessoal (LÉVY, 1999, p. 85).

O desenho da arquitetura do ciberespaço quebra as barreiras do espaço concreto, territorializado. Nesta *Land of Knowledge* (Terra do Saber) o espaço é essencialmente livre e desterritorializado, seus habitantes utilizam linhas de transformação e resistência reinventando formas de convivência, modos de interação, de produção e da própria organização de comunidades inseridas numa “megacomunidade”.

Através da utilização de ferramentas (programas e servidores) gratuitas a rede tem se desenvolvido fora da linha do mercado. Com trabalhos cooperativos e livre criação, as comunidades da rede tem se mostrado cada vez mais abertas e acessíveis na geração e distribuição de conhecimento. A profusão de sites com uma gama incalculável de informações e vastos serviços oferecidos gratuitamente fazem da *internet* o meio de informação e comunicação onde mais circula “pirataria”.

Os livros acadêmicos digitalizados sem autorização dos seus respectivos autores levantam debates acerca dos signos (afeto e mercadoria) sobre as publicações acadêmicas. Ora, sendo o ambiente acadêmico o *locus* do saber, onde se produz conhecimento, deveria ser a primeira instituição a estimular e propagar publicações eletrônicas aumentando a gama de leitores. Para um profissional ligado a educação, a formação do sujeito, o seu produto escrito (livro) deve ser um bem comum. Pode se colocar na balança o afeto do livro material que pode ser entocado em prateleiras empoeiradas de bibliotecas e o livro digitalizado podendo atingir uma gama maior de leitores? O que pesa mais para o autor acadêmico: seu compromisso em divulgar e propagar seu conhecimento ou preço da mercadoria produzida?

Não enfatizamos o fim das publicações materializadas em papel, mas defendemos a idéia de livre circulação dos materiais produzidos na academia, atingindo não só a um público seletivo com poder aquisitivo, mas podendo estar também na rede (de forma gratuita) fazendo parte do principal canal de comunicação e base de memória do mundo.

Quanto mais o mercado editorial e fonográfico investe em criar mecanismos complexos na tentativa de impedir a reprodução digital, mais os “piratas digitais”

trabalham de maneira coletiva para fazer *crack* dos códigos de segurança. A indústria mais atingida é a de entretenimento. Jogos, filmes e músicas não fazem parte da cesta básica da maioria da população brasileira, mas a população com poder aquisitivo baixo não quer só comer. A música cantada pelos rapazes dos Titãs já dizia um pouco da ânsia popular: “a gente não quer só comida, gente quer comida, diversão e arte”.

Guattari (1993) nos faz refletir sobre as transformações tecnológicas como uma tendência à homogeneização universalizante e reducionista da subjetividade, mas que também pode reforçar a heterogeneidade e a singularização.

Existe uma atitude anti-modernista que consiste em rejeitar maciçamente as inovações tecnológicas, em particular as que estão ligadas à revolução informática. Entretanto, tal evolução maquínica não pode ser julgada nem positiva nem negativamente; tudo depende de como for sua articulação com os agenciamentos coletivos de enunciação (1993, p.15).

Para Guattari (2001) o modo viver no mundo de “aceleração das mutações técnico-científicas” e de um considerável crescimento demográfico depende de uma revolução política, social e cultural em escala planetária. Se por um lado há o desenvolvimento ininterrupto de novos meios técnico-científicos capazes de resolver, por exemplo, problemas de ordem ecológica e decidir o reequilíbrio das prestações socialmente úteis, por outro lado, os movimentos sociais tem se mostrado incapazes de se apropriar desses meios para torná-los operativos. Não cabe mais ao pensamento social uma forma de luta tradicional, caduca, que não atende as novas necessidades de luta política.

O mundo mudou! As relações sociais, políticas, culturais e a produção do trabalho passam pela revolução informática e pela mundialização dos mercados. Seria tolice pensar no resgate da “terra natal”, querer reconstruir remotos modelos de vida. A produção humana e o modo de viver não voltarão a ser como antes diante da transformação oriunda do desenvolvimento das TICs.

A aceleração das velocidades de transporte e de comunicação, a interdependência dos centros urbanos, estudados por Paul Virilio, constituem igualmente um estado de fato irreversível que conviria antes de tudo reorientar. De certa maneira, temos que admitir que será preciso lidar com esse estado de fato. Mas esse lidar implica uma recomposição dos objetos e dos métodos do conjunto do movimento social nas condições de hoje. Para simbolizar essa problemática, que me seja suficiente evocar a experiência de Alain Bombard na televisão quando apresentou duas bacias de vidro: uma contendo água poluída, como a que podemos recolher no porto de Marselha e na qual evoluía um polvo bem vivo, como que animado por movimentos de dança; outra, contendo água do mar isenta de qualquer poluição. Quando ele mergulhou o polvo na água “normal”, após alguns segundos, vimos o animal se encarquilhar, se abater e morrer (GUATTARI, 2001, p.25).

Cada vez mais vemos um hiato entre as varias categorias da população, isso fica exposto maciçamente através das grandes mídias. Faz-se necessário uma reapropriação das mídias, dos meios de informar e comunicar através da multidão, tal medida não está longe da realidade que vivemos. Guattari (2001) lembra que o desenvolvimento tecnológico da mídia, principalmente sua “miniaturização”, a baixa no custo, torna possível sua utilização para fins não capitalísticos.

A rádio comunitária é um exemplo de oportunidade para que o sujeito passe de mero receptor para um potencial de emissão, tirando-o do espaço de somente se alimentar, e oferecendo um mecanismo para que possa, também, alimentar os outros ou simplesmente modificar a forma como a comida está colocada no prato. O que estamos querendo dizer é aquilo que Guattari buscou na obra de Walter Benjamin para retomar o pensamento sobre a narrativa. Informar consiste numa técnica de formular fatos, acontecimentos etc... A narrativa incorpora emoção, vida, afeto, a própria experiência de quem conta, “o narrador deixa nele o seu traço, como a mão do artesão no vaso de argila”.

A comunicação comunitária faz fugir dos padrões puramente técnicos, o compromisso gira em torno do bem comum e não de produzir mercadoria. Configura-se como outro modo de comunicar, onde as experiências de vida, levam a produção de singularização subjetiva.

O ciberespaço oferece um mecanismo democrático que não existia, não sendo preso por bases territoriais, não tendo um centro, muito menos sendo delineado pelo Estado. Por isso as causas de luta, mediadas pela *internet* vem tomando dimensão internacional. Podemos citar como exemplos as causas ambientais, o apoio as minorias e demais lutas no campo da política, cultural e social. Ativistas do mundo inteiro se interligam através do ciberespaço.

2 COMUNICAÇÃO POPULAR

O rádio do futuro – a árvore central de nossa consciência – inaugurará novas formas de competir em pé de igualdade com as nossas tarefas intermináveis e unirá toda a humanidade [sic]. A principal estação de rádio, aquela fortaleza de aço, onde nuvens de fios se amontoam como fios de cabelo, será com certeza protegida por um aviso, com dois ossos cruzados sob uma caveira e a palavra familiar “perigo”, pois o mínimo descuido nas operações da rádio produziria um blecaute mental no país inteiro, uma perda temporária de consciência (Velimir Khlebnikov).

2.1 Radiodifusão: arte e ação política

Comunicação é poder. O poeta Khlebnikov, ao escrever “O Rádio do Futuro” (1921), previa o rádio como um grande potencial de comando, podendo propagar informações, ser mecanismo de educação e unir o mundo, no entanto, o rádio, assim como outras tecnologias, é fruto da experimentação militar. A história nos mostra como estas tecnologias desenvolvidas por militares em certos contextos históricos são armas de destruição e de controle social, mas que por outra via podem ser um espaço de arte e ação política. Se a comunicação sempre teve um papel importante na sociedade e a radiodifusão esteve inserida como um grande potencial, por que há falta de materiais que retratem sua importância?

Dan Lander em seu texto “Radiodifusão: reflexões sobre o rádio e a arte” (1994)¹², aponta algumas das razões da descontinuidade histórica na radioarte. Mesmo o discurso teórico e artístico sobre radiodifusão sendo menos extenso que o que trata de outras artes/tecnologias, como a fotografia e o cinema, hoje vem ganhando mais espaço. Lander afirma que mesmo no início do rádio, muitos artistas viam nele mais que um mero mecanismo de distribuição. Isso pode ser percebido nos textos de Bertolt Brecht e outros.

O autor atribui às lacunas nos materiais artísticos e teóricos sobre radiodifusão a preponderância do visual sobre o auditivo.

¹² Publicado na coletânea *Radio rethink – art, sound and transmission*. Daina Augaitis & Dan Lander (ed.). p.1. Canadá: Walter Phillips Gallery, 1994.

[...] as imposições da indústria, a prática de transposição de outras mídias para o espaço radiofônico, a falta de uma teoria autônoma de som e, finalmente um descaso geral quanto às mudanças espaciais e temporais provocadas pelas novas tecnologias eletrônicas. Além disso, os radioartistas tiveram que se confrontar com a regulamentação dos conteúdos, políticos e conceituais, decorrentes da regulamentação estatal das ondas aéreas (1994, p. 03).

Para Mauro Costa, em seu texto “Rádio, política e arte”¹³ desde o início da história do rádio ele aparece como um aparelho de mobilização ou de ação da “multidão”, o que pode parecer difícil de entender diante de um quadro do rádio fascista na Itália e nazista na Alemanha - durante a 2ª Guerra Mundial, Hitler chamou Joseph Goebbels, Ministro da Propaganda, e propôs que o rádio fosse um veículo absoluto para promover as idéias nazistas -.). Por outro lado, o surgimento da radiodifusão libertária nos EUA se dá nas primeiras décadas do século XX, antes do rádio fascista. Como se repetirá no fenômeno das rádios livres, nos anos 70 e 80 na Europa.

Lander mostra que os artistas têm um desafio especial, que é buscar outras formas de se fazer rádio, limitando as influências das origens violentas (fruto de pesquisa militar) e o poder do Estado e dos interesses empresariais que vem controlando o rádio ao longo de sua história. Além das restrições sofridas pelo próprio meio,

[...] há pouco espaço para as formas de expressão complexas e idiossincráticas, que nós experimentamos nas transações culturais e sociais do dia-a-dia. Essas restrições fazem a radioarte diferir do que se considera normalmente uma realização artística autônoma, posicionando o radioartista numa relação quase industrial com o meio (1994, p. 34).

Apesar da legislação para o serviço de radiodifusão proibir a publicidade como forma de financiamento há pessoas que conseguem viver profissionalmente do trabalho com rádios comunitárias, isso porque buscam através de agenciamentos com o Estado ou com a iniciativa privada formas para conseguir verbas.

Minha experiência mostra que consigo viver profissionalmente de rádio comunitária. No Brasil são poucos, mas tem gente que consegue fazer projetos financiados em rádios comunitárias. Acho que o caminho para rádios comunitárias é primeiro tirar aquela proibição absurda sobre propaganda (...) nós vivemos numa economia de mercado, de livre concorrência. Por que as rádios comerciais podem anunciar e as rádios comunitárias, públicas e educativas não podem? (Wallace Hermann – produtor de rádio).

¹³ Fonte: http://www.polemica.uerj.br/pol17/oficinas/hibridos_2.htm Acesso: 27 de julho de 2008.

François Zourabichvili (2004), diz que a primeira aproximação que se tem com um agenciamento é quando podemos identificar e descrever o acoplamento das relações materiais e de um regime de signos correspondentes.

Cada indivíduo deve lidar com esses grandes agenciamentos sociais definidos por códigos específicos, que se caracterizam por uma forma relativamente estável e por um funcionamento reprodutor: tendem a reduzir o campo de experimentação de seu desejo a uma divisão preestabelecida. Esse é o pólo estrato dos agenciamentos (que são considerados “molares”). Mas, por outro lado, a maneira como o indivíduo investe e participa da reprodução desses agenciamentos sociais depende de agenciamentos locais, “moleculares”, nos quais ele próprio é apanhado, seja porque, limitando-se a efetuar as formas socialmente disponíveis, a modelar sua existência segundo os códigos em vigor, ele aí introduz sua pequena irregularidade, seja porque procede à elaboração involuntária e tateante de agenciamentos próprios que “decodificam” ou “fazem fugir” o agenciamento estratificado: esse é o pólo máquina abstrata (entre os quais é preciso incluir os agenciamentos artísticos). Todo agenciamento, uma vez que remete em última instância ao campo do desejo sobre o qual se constitui, é afetado por um certo desequilíbrio (2004, p.09).

Então a forma de se conseguir verba citada pelo nosso entrevistado Wallace é um tipo de de agenciamento de enunciação como este formulado por Zourabichvili.

Guattari (1986), afirma que rádio livre é um meio pós-midiático estabelecendo um rompimento com o modelo estabelecido da mídia. O rádio é um mecanismo de comunicação e não um mero aparelho de informação, dispositivo artístico e com enorme poder de ação política.

2.2 Radiodifusão: do movimento livre ao controle normativo

O movimento de rádios livres (década de 80) era voltado para expressão de conteúdo, para produção cultural e para crítica ao monopólio das comunicações. Apoiava-se na liberdade de expressão de um regime democrático; a singularidade de cada projeto de rádio livre era permeada pelo apoio a coletividade, a atividades regionais e a finalidade cultural. No entanto, este movimento ficou atrelado à crítica e não avançou em propostas. Na década de 90 o pensamento sobre esta ferramenta (rádio) começa a ser visto como algo que deve estar diretamente nas “mãos do povo”, os interesses e preocupação com uma rádio que tivesse administração, um lugar fixo e que estivesse dentro das normas das Leis de Comunicação aflorou de forma significativa, acarretando na luta por uma legislação específica para o serviço de radiodifusão comunitária.

Com um histórico de luta pela democratização das comunicações, por diversos movimentos sociais, chegou-se à promulgação da Lei 9612/98 em 19 de fevereiro de 1998.

A Lei 9612 de 1998, regulada pelo decreto 2615, trata do serviço de rádio difusão comunitária, ou seja, ela regula a questão das rádios comunitárias, que são aquelas de pequeno alcance, restritas a circunscrição de uma comunidade, de uma pequena localidade, não podendo ter fim lucrativo, nem podendo servir de esteio para divulgação de doutrinas ou ideologias. A rádio comunitária tem como finalidade suprir aquela região de informação, de lazer e de cultura dentro da necessidade peculiar daquela localidade, logo, ela tem esse diferencial daquelas chamadas de rádios comerciais (Joycemar Tejo – Advogado).

Existe um preconceito em torno das rádios que estão fora da legalidade e até mesmo em relação às legalizadas. Assim, a população ainda vê as rádios comunitárias como um perigo e as mesmas são atingidas com denúncias da própria comunidade. Mesmo com mais de 10 anos de vigência da Lei, inúmeras rádios ainda não conseguiram a concessão, outras só conseguiram a outorga quase depois de uma década, como no caso da Rádio Comunitária Novos Rumos (Queimados), que é reconhecida por ser uma das primeiras rádios comunitárias no Brasil, com um histórico de luta, de participação ativa junto a comunidade.

Depois da experiência da Rádio Comunitária Novos Rumos ter sido invadida e fechada pela polícia, começou a luta por uma legislação para rádios comunitárias no Brasil. Depois da primeira experiência de fechamento, ela ainda foi fechada mais duas vezes, com processo na Polícia Federal. Nossos companheiros sendo processados, felizmente nenhum deles foi condenado. Hoje, depois de mais de 10 anos da legislação, lembro que nossa luta é anterior a mesma; a lei é fruto da nossa luta; estamos hoje com 17 anos de estrada, depois de 4 processos para concessão serem arquivados, agora em dezembro foi autorizada pelo Ministério das Comunicações a concessão para a Rádio Comunitária Novos Rumos [...]. Uma das primeiras rádios, depois de 10 anos, está sendo uma das últimas a receber reconhecimento e ser regulamentada. Ainda com processo tramitando na Casa Civil e depois no Congresso Nacional, o mais importante foi dado que é o reconhecimento pelo Ministério das Comunicações (Tião Santos, coordenador do Viva Rio).

A falta de compromisso e a política de apadrinhamento¹⁴ vêm contribuindo para que haja um processo obscuro, sem transparência nos trâmites para

¹⁴ O pesquisador Cristiano Aguiar Lopes, mestre em Comunicação pela Universidade de Brasília, especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental pela Escola Nacional de Administração Pública e consultor legislativo da Câmara dos Deputados para as áreas de ciência e tecnologia, comunicação social, telecomunicações e informática, realizou um trabalho de pesquisa que constatou que rádios que encaminharam processo para concessão de serviço de radiodifusão comunitária junto ao Ministério das Comunicações que tinham um padrinho político tinham 4,41% mais chance de conseguir aprovação para funcionarem que as rádios que não tinham padrinhos políticos. Fonte: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=330IPB004> Publicado em 23/05/2009 Acesso: 19 de dezembro de 2008.

regularização das rádios comunitárias. O coletivo que lutou para que houvesse uma legislação para rádios comunitárias sabia que não teria total domínio do que propunham como disse Tião Santos:

Nós criamos uma coisa nova. Quando Santos Dumont inventou o avião, ele não pensou que pudesse servir para guerra como serviu. Nós criamos, incentivamos esse movimento de rádios comunitárias coletivamente, mas sabendo que não seríamos donos dele.

No Brasil não há um modelo definido de rádio comunitária, até mesmo porque cada território periférico tem suas singularidades. Podemos dizer que as rádios comunitárias têm experimentado novas linguagens, formatos e tipos de gestão. Mas não há um processo consolidado. Temos uma legislação para rádio comunitária vigorando desde 1998, que, no entanto, não supre as necessidades dos grupos que as criam. Uma lei que, na verdade, inibe a manutenção das rádios. Veja o Art. 01, § 1º, que limita a potência de transmissão máxima a 25 watts de ERP, podendo alcançar até 1.000 metros de raio. Qual rádio comunitária tem obedecido tal padrão? Tais questões contribuem para que a Lei seja desobedecida e para indagações sobre quais rádios são comunitárias de fato no Rio de Janeiro e no Brasil. Assim, o discurso, “esta é comunitária e essa não é”, não cabe, pois o que temos é um processo de construção do que vem a ser uma rádio comunitária de fato, no dia a dia.

Qual é a rádio autorizada que não tem patrocínio? Que não faz anúncios? Em entrevista com membros de rádios comunitárias constatamos que os anúncios comerciais são uma realidade na maioria das rádios comunitárias e que são eles que garantem o sustento das rádios.

A Lei é clara no sentido de que a rádio comunitária não pode ter fim lucrativo; não pode nunca objetivar o lucro. Só pode receber patrocínio na forma de incentivo cultural, no caso de apoio cultural, onde a Lei abre a exceção. Fora isso é realmente vedado a ela a participação em lucros, de captação de recursos junto à iniciativa privada. (Joycemar Tejo – advogado).

As mensagens transmitidas de apoio cultural são de logomarca, frases que caracterizam a empresa e sua imagem junto à sociedade, vinhetas que citam telefones e/ou endereço da mesma. Quais empresas dentro de áreas periféricas que estão dispostas a usar este tipo de recurso? Quais empresas participam de apoio

cultural em rádios comunitárias? Muitas rádios comunitárias fazem anúncios e por serem em sua maioria dos próprios comerciantes locais são num valor bem acessível. A arrecadação de verbas provenientes de anúncios não dá lucro, reverte para manutenção da rádio. Este ponto da Lei para patrocínio cultural é mais uma forma de não deixar que as rádios comunitárias consigam se auto-gerir.

Legislação brasileira que rege rádios comunitárias já foi feita para não permitir a manutenção das rádios comunitárias. A legislação não dá abertura para várias coisas, uma delas é a sua auto-sustentabilidade. Nós, em função da parceria que fizemos com a igreja local, além de toda estrutura local, nós dirigentes colocamos dinheiro dos nossos bolsos durante muito tempo, nós conseguimos instituir um grupo de amigos que é na verdade uma forma das pessoas contribuírem, como pessoas físicas, para a manutenção da rádio. Construímos um carnê e as pessoas doavam R\$ 5,00 por mês - algumas pessoas doavam mais outras menos. Conseguimos manter no voluntariado, sustentar os funcionários e também a estrutura que necessita uma rádio, luz e todo restante que se precisava naquele espaço. A legislação não permite comercial e sim o que chamam de apoio cultural. Que é algo muito subjetivo, a linha que divide o que é comercial e apoio cultural é muito pequena. Depende da interpretação daqueles que produzem e daqueles que controlam a estrutura de rádio. O poder em nosso país se dá pela estrutura governamental, normalmente a colocação que eles dão para o que é comercial e o que é apoio cultural, normalmente não propicia a estrutura de rádio comunitária (Sandro Hilário – sociólogo).

Rádio comunitária é a programação plural e gestão coletiva, não visando lucros, no entanto, para se manter no ar é preciso de verbas que possibilitem a rádio gerir suas necessidades.

Quando eu falo entidades sem fins lucrativos, não é que a rádio não possa ter patrocínio, pelo contrário ela precisa disso para sobreviver é nisso que você paga conta de luz, de telefone, contrata funcionários, faz a manutenção e mais que isso, você permite que o comerciante da comunidade tenha acesso de vincular os seus produtos e serviços numa rádio, pois o custo permite. Ao contrário do que seria para uma rádio Globo por exemplo. Um comercial na rádio Globo de 30 segundos custa R\$ 900,00. A pessoa paga numa rádio comunitária, R\$ 2,00 ou R\$ 3,00 para vincular um comercial na rádio, tem vezes que nem paga nada. Com isso ajuda a comunidade a se desenvolver. Quando há uma concorrência saudável, quem ganha é a comunidade. É comum você ver uma rádio anunciando uma promoção de padaria de pão a R\$ 0,15 e a outra padaria coloca a R\$ 0,10. A comunidade que ganha com isso, pois vai pagar mais barato (Tião Santos – coordenador do Viva Rio).

Segundo Tião Santos, em conversa com o Presidente da ABERT, em 2003, ele alertou que o movimento não foi ouvido na época dos debates para a criação da Lei, o que gerou a situação caótica nos dias de hoje. Em São Paulo há rádios comunitárias com cinco mil watts de potência disputando em pé de igualdade com as rádios comerciais.

Algumas representações de rádios comunitárias acreditam que pode haver melhorias se houver mudanças na Lei e se houver mais agilidade e transparência na

regularização das rádios comunitárias. Há rádios com três meses de pedido sendo autorizadas e rádios com 10 anos, com o pedido ainda em andamento.

A Rádio Comunitária Novos Rumos, reconhecida como uma das primeiras rádios comunitárias do Brasil, e que serviu de modelo para o processo de legalização, recebeu autorização somente este ano.

A rádio comunitária tem servido ao Estado nos programas de saúde e prevenção, como no caso da AIDS, da dengue, do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e tantos outros. No processo de colaboração para que a comunidade seja informada. Ou seja, o governo faz seminários, entrega materiais, capacita os colaboradores das rádios, que por outro viés são tratados como criminosos pelo próprio Estado.

A relevância da rádio comunitária para a comunicação popular é clara, pois a idéia de veículo de comunicação que só informa não é real, há uma preocupação com o que a rádio transmite. O produtor e o receptor da informação devem estar articulados.

As pessoas já não conseguem viver sem instrumentos avançados de comunicação. Assim, na contemporaneidade a construção da subjetividade está atrelada com a relação do domínio das tecnologias. O que dizer das crianças com cinco anos ou menos levando um celular pro colégio? Há até celulares com *design* próprio para essa clientela. Tais tecnologias estão interferindo intimamente na formação da subjetividade.

O homem estabelece um vínculo com a máquina de forma que esta é como parte dele. E as interferências na vida particular, no trabalho e no lazer são visíveis. Objetos de trabalho e de comunicação como os *notebooks* e os *smartphones* levam o homem a trabalhar em todos os cantos da casa, e em outros espaços, inclusive os de lazer, ou seja, o tempo todo. Pensar isso unido a tecnologia de banda larga móvel é pensar no homem antenado¹⁵ em tudo.

Informações da Organização Mundial do Comércio (OMC) dão conta de que o faturamento das indústrias criativas no mercado internacional duplicou nos primeiros três anos do século XXI. Segundo os cálculos dos especialistas da Organização das

¹⁵ Termo usado pelos jovens para dizer que a pessoa está atenta e participativa em tudo que acontece o tempo todo.

Nações Unidas (ONU), a economia criativa, que envolve setores tão díspares como o teatro, o artesanato, a televisão, o cinema, a publicidade e desenvolvimento de programas de computador, entre muitos outros, é responsável, hoje, por 7% das riquezas produzidas no mundo (o produto Interno Bruto, ou PIB) e, como cresce rapidamente, logo chegará aos 10% (Wikipédia, a enciclopédia livre, 2007).

Esta estatística esconde disparidades terríveis que não podem ser ignoradas. Em meio a tantas mudanças econômicas e tecnológicas, que abrem perspectivas para a criação e a inovação, faz-se necessário observar o falso aumento do PIB no que se refere à diversidade de programas alternativos.

Outro fator importante é que a cultura midiática quando enfoca as comunidades populares/periferias sempre enfatiza alguns aspectos como negativos. A indústria cinematográfica e televisiva utiliza filmes e mini-séries (*Cidade de Deus* e *Antônia*) para mostrar a favela imunda, cheia de marginais e de pessoas sem caráter. Mostra um território com pouca infra-estrutura, marcado pela criminalidade. Poucas vezes, a grande mídia mostra outra realidade, outro lugar, outro território que não o de jovens com fuzis nas mãos, baianas da Mangueira ou o DJ Malboro conquistando a Europa. Não estamos negando a importância do berço do Samba e do *Funk* que expõe através da música e dança o lado violento, mas também, criativo da favela. Porém, limitar-se a isto é banalizar todo potencial das periferias urbanas.

Há um modismo em trabalhar romances televisivos com a violência nas favelas¹⁶. Não bastasse o clima peculiar que vivenciamos nos bairros do Rio de Janeiro, somos lembrados de forma extravagante a todo o momento da violência que já virou característica da cidade. Afinal, tragédia se vende. Bom exemplo foi o “11 de setembro”, atentado que parou não só o EUA, mas milhões de pessoas no mundo que estavam próximas de uma televisão.

Os meios de comunicação têm enorme poder de influência sobre as opiniões, valores e hábitos de consumo. As rádios comerciais também influenciam de maneira significativa. Bom exemplo disto é o típico jabá¹⁷ oferecido pelas gravadoras para tocar seus produtos.

A necessidade de um meio de comunicação social e educativo, uma comunicação realmente popular, feita pela e para a comunidade, relacionando

¹⁶ Exemplo disto foi a novela *Vidas Opostas*, canal 13, 2007, que retratou a violência do Rio de Janeiro misturando ficção e realidade. Outro exemplo foi a novela *Duas Caras*, canal 04, 2008, onde havia a favela da Portelinha, que mostrou a ocupação do espaço, passou pelo desenvolvimento da localidade e ainda abordou questões como guerra de bandos rivais e atuação dos “milicianos”.

¹⁷ Gíria usada para designar suborno. O jabá musical ocorre quando uma gravadora fornece algum benefício à rádio para que esta promova os seus artistas.

temas de interesse público, questões políticas, artistas locais e que seja meio de organização social.

Vemos surgir em todos os cantos movimentos de resistência, resistência que se choca com a obra aligeirada industrial.

O surgimento de um movimento de resistência com um caráter político e decisivo para a história começa na Europa com o surgimento de rádios livres, rádios piratas, rádios periféricas que foram três frentes diversas de corrosão do monopólio estatal de telecomunicação, vigente na Inglaterra, na Itália e na França, até meados do século XX (DA CUNHA, 2005, p. 02).

Este movimento visou romper com a barreira imposta pelo monopólio estatal das telecomunicações. Segundo Franco Berardi (articulador da Rádio Alice) o papel de seu grupo não era simplesmente liderar e organizar o movimento político, mas o de fazer circular informação e comunicação (COSTA, 2004).

No começo, através das rádios livres, as pessoas saíam da condição de ouvinte e passavam a sujeito ativo na programação, utilizando deste meio de comunicação para expressar suas opiniões, seus prazeres, as músicas que gostavam, sem precisarem de autorização para isso. Acreditavam que as faixas de onda são de propriedade coletiva, logo todos poderiam utilizá-las. A Rádio Alice caracteriza bem o movimento,

Alice se caracteriza pela recusa de assumir uma postura política-partidária definida nos termos convencionais e por trazer à discussão pública temas considerados malditos como o corpo, o desejo, o prazer e a preguiça (DA CUNHA, 2005, p. 03).

No Brasil temos o exemplo em Belo Horizonte nos anos 70, o aglomerado da Serra vê surgir a Rádio Favela, como narra Helvécio Ratton¹⁸,

O Mizael, um dos fundadores da rádio me contou uma coisa muito interessante. Nos anos 70 se instalou lá no morro uma rádio FM (...). A rádio se instalou no alto do morro porque era topograficamente um lugar bom para transmitir suas ondas e ele dizia que quando o locutor dizia bom dia, ele sentia que dizia bom dia pro pessoal do asfalto, mas não para favela. Eu acho inclusive que foi essa situação que deu a eles uma grande vontade de criar um meio deles (RATTON, 2006).

Podemos perceber nesta entrevista concedida ao Portal do Voluntário, que não havia identificação dos moradores com a rádio implantada no alto do morro. Assim, com organização e vontade, a Rádio Favela foi se constituindo. Hoje, além de estar nas ondas sonoras, está na internet. No mesmo relato Tião Santos diz que a Rádio Favela foi feita de forma que pudesse unir e propagar a cultura do morro, mas que também dialogasse com a cultura do asfalto.

¹⁸ Diretor do filme *Uma Onda no Ar* que narra à história da Rádio Favela.

A rádio comunitária tem o poder de superar o caráter mercadológico da mídia e oferecer programas que auxiliem no processo formativo do sujeito crítico, uma vez que sua programação não está sujeita a simples venda de comerciais e sim ao compromisso com as necessidades da comunidade.

Um dos pontos cruciais para que as rádios comunitárias não fiquem limitadas aos 25 watts ERP, conforme a Lei 9612/98 estipula, é poder ser transmitida, também, via *internet*, dando oportunidade de inúmeras pessoas terem acesso às programações.

Rádio é um dos meios de comunicação mais rápidos para atingir as camadas periféricas da sociedade. Donas de casa, pedreiros, vigilantes, contínuos, empregadas domésticas ou secretárias do lar, estudantes e tantos outros ouvem rádio, seja no ônibus, atravessando as ruas ou em qualquer canto. A utilização de aparelhos portáteis e com baixo custo de aquisição fortalece a idéia de que é um veículo de comunicação que atinge todas as camadas.

Acreditamos que o investimento em programações culturais/educativas e, principalmente, as que tenham vínculo com a comunidade (expressando suas necessidades) pode provocar o surgimento de espaços formativos e resistentes não só à impregnação mercadológica da cultura midiática, mas acima disso que possa abrir um leque de opções de outro jeito de se fazer comunicação no rádio. Assim, a comunicação popular realizada também por rádios comunitárias vem contribuindo para abertura dos meios de comunicação no Estado do Rio de Janeiro, expressando a necessidade de que mais rádios tenham suas autorizações liberadas e possam promover outros formatos de se fazer rádio.

Todas as rádios comunitárias são escolas na sua essência, porque o pessoal aprende a produzir e deixar de ser mero receptor. Isso é interessante numa rádio comunitária, não só porque as pessoas falam dos problemas locais, etc. As pessoas que passaram a vida toda ouvindo rádio e vendo TV produzida longe, chegando tudo pronto naquela caixinha que é só ligar o botão, passam a produzir a própria mídia. Essas pessoas mudam de posição, passam a ser produtores, passam a produzir e isso é algo que influencia até o psicológico e a questão política nas pessoas. Para as pessoas fazerem isso têm que ser de forma organizada, então, todas as rádios comunitárias provocam isso, são dispositivos. É uma tecnologia social que provoca esse tipo de confusão na comunidade, causa um distúrbio que evidencia a necessidade de comunicação. Você vê surgindo comunicadores, gente que nunca pensou fazer aquilo, de repente, espontaneamente com seu estilo faz aquilo acontecer (Wallace Hermann Jr. – produtor de rádio).

Mesmo as emissoras de grande porte estão se adaptando a outra forma de comunicar, se aproximando mais do linguajar do público e promovendo mais interação.

O movimento de rádios comunitárias teve uma grande conquista ao conseguir uma legislação específica para o serviço de radiodifusão comunitária, no entanto, esta não atendeu amplamente as propostas do movimento e com isso abriu margens para que vários pontos da Lei não fossem respeitados. As contribuições que as rádios comunitárias têm dado para a democratização da comunicação no Brasil mostram o grande potencial que as periferias têm e o quanto elas podem ser produtivas no que tange a comunicação social.

2.3 Radiodifusão: educação e singularidades

No segundo ponto de reflexão, aceitamos o convite de Deleuze e Guattari para pensar os processos educativos como um dos mecanismos que fazem parte das instâncias individual, coletiva e institucional na produção de subjetividade. Algumas indagações relacionadas à rádio comunitária e educação serão abordadas no texto, tais como: Qual a relação da comunicação e educação? Como rádio e educação emprestam, associam, aglomeram dimensões de diferentes espécies na produção e singularização da subjetividade?

Segundo Libâneo (2008), o termo educação tem vários significados, sendo necessário recorrer à sua origem etimológica, as definições clássicas e a crítica desses sentidos, tendo como base o contexto histórico-social. Alguns autores trabalham com a origem da palavra, como enfatiza Libâneo,

Talvez seja útil partirmos do sentido etimológico. Alguns autores que se ocupam em esclarecer o conceito apontam a origem latina de dois termos: *educare* (alimentar, cuidar, criar, referido tanto às plantas, aos animais, como às crianças); *educere* (tirar para fora de, conduzir para, modificar um estado) (2008, p.72).

Há um misto de cuidados e uma prática que leva a adaptação do comportamento para meios sociais distintos. A educação está inserida em vários contextos sociais, como: família, trabalho, locais de cultos religiosos, fábrica, escola e outros. O ato de educar está entrelaçado com os apegos (regras, tradições, religiosidade etc.), que os adultos desejam que as gerações futuras preservem.

Seria ingenuidade pensar educação como exclusivamente um meio de adaptação, pois a educação nunca é a mesma em todos os lugares e ao mesmo tempo, no entanto, cabe ressaltar que a educação está intimamente ligada à ordem política e econômica do poder vigente.

A prática de ensino na educação formal tem provocado o alunado a refletir para mudanças ou para adaptação aos valores sociais reconhecidos? A escola necessita constituir suas relações com diversos espaços institucionalizados ou não, promovendo agenciamentos de diferentes ordens, dando oportunidade a multiplicidade de conhecimentos e vivências.

A comunicação na contemporaneidade é um processo que envolve dois ou mais sujeitos, intermediados por tecnologias que podem atuar no campo da produção cultural, na transmissão de informação e outros. Pensar educação e comunicação de forma integrada pode cooperar para que o professor e o educando possam, numa forma dialógica, se apropriar das TICs com criatividade, gerando novos produtos midiáticos.

Esta é a perspectiva de um novo campo de saber e de intervenção, que vem se desenvolvendo desde os anos de 1970 no mundo inteiro: a *educação para as mídias*, cujos objetivos dizem respeito à formação do usuário ativo e criativo de todas as tecnologias de informação e comunicação (BELLONI, 2001, p.12).

Belloni (1995) alega que a educação para mídias é condição *sine qua non* de educação para cidadania. Pois contribui para democratização das oportunidades educacionais e para a redução das disparidades sociais. Também salienta a importância da formação do docente estar em sintonia com os anseios e modos das novas gerações.

A nova geração nasce sendo filmada, fotografada, com seus perfis propagados, transportada virtualmente para os quatro cantos do mundo. Cabe a escola se adaptar para atender a geração multimídia, não só na questão de (re) pensar e (re) significar sua vida, proporcionando um aparato tecnológico que atenda as demandas do mundo novo, mas também cabe as instituições formadoras de docentes proporcionar uma formação que abranja comunicação-educação.

Algumas escolas estão implantando projetos que possam preparar o alunado para as TICs, aguçando a criatividade e o desejo de experimentação em seus alunos. Faz-se necessário, projetos que contemplem a formação do professor, seja

na formação inicial, seja na formação contínua, para que possam garantir grades curriculares que abranjam comunicação-educação dentro das escolas.

A complexidade do tema educação-comunicação permite-nos refletir sobre a importância em buscar princípios teóricos que considerem pesquisas neste campo de conhecimento. Nessa perspectiva, buscamos problematizar o tema comunicação-educação também no serviço de radiodifusão comunitária como um dos espaços em que pode ser aliado para que os educandos possam por em prática técnicas e conhecimentos numa outra perspectiva de se fazer comunicação popular.

Paulo Freire (1989), ao propor a teoria da comunicação dialógica e libertadora versus a “educação bancária”, já antevia o conhecimento e a construção do conhecimento na relação entre o homem, mundo e meio social através da comunicação realizada de forma dialógica e não massificadora, transmitida, doada e imposta. O pensamento de Paulo Freire sobre a construção do conhecimento através da comunicação dialógica só é possível numa esfera onde o sujeito não só participe, mas que haja reciprocidade.

Em nossas entrevistas percebemos que não é comum haver **programas educativos**¹⁹ nas rádios comunitárias, ou seja, não há laço protocolar com instituições escolares para realizar este tipo de programação, porém, muitas atividades têm caráter educativo e alguns membros da comunidade escolar (alunos, pais, educadores, funcionários e colaboradores), passam a contribuir como no caso da Rádio Escola Sudoeste em Pedra de Guaratiba,

Não era a escola “x” que estava fazendo as programações, mas os alunos. [...] A rádio estava aberta à escola, aos idosos, que sempre estavam ali fazendo alguma coisa, aos pescadores da colônia que também faziam programas. [...] Quanto aos jovens, faziam programas que tocavam músicas de jovens e passavam recados de jovem para jovem. Tinha debates onde a gente conseguia levar umas pessoas para falar alguma coisa, geralmente professores. Tudo isso acontecia, era educativo, não porque formalmente fosse educativo, mas porque era divertido. Se fosse formalmente educativo talvez não desse certo. A escola é um negócio muito chato. Se a criança ouve falar disso já não vai querer participar. Então eles iam lá brincar de rádio e com isso a gente acabava promovendo debates sobre sexualidade, sobre um monte de coisas com os próprios professores. Promovendo encontros dos pescadores com os jovens para contar suas histórias, histórias da Pedra. Também falavam bobagem, tocavam *Funk*, tudo sem censura. Para ser educativo não precisa ser formal ou pré-estabelecido (Wallace Herman Jr. – produtor de rádio).

A história da educação formal é permeada pela reprodução. Fazem com que as crianças cresçam no universo escolar como meros reprodutores das normas do

¹⁹ Grifo para sinalizar as programações educativas que são organizadas de forma didática e com todo um planejamento para prática do ensino-aprendizagem.

sistema. No entanto, esse espaço de conhecimento pode vir a ser, em contrapartida ao aparelho ideológico, um comum ao mesmo tempo imanente e a construir. Sendo instrumento do processo de singularização da subjetividade, promovendo o pensamento crítico que ofereça caminhos alternativos

As mudanças de ordem político-social advêm de agenciamentos coletivos de enunciação, que produzem as subjetividades. Essa produção de subjetividade, como salientam Guattari e Rolnik (1989), não é centrada em agentes individuais ou coletivos, ocorre num processo descentrado. As instituições educacionais podem e devem fazer parcerias com os diversos segmentos da sociedade colaborando para a criação de ambientes que promovam a heterogênesse. Não é uma questão de modelos ou formas corretas, mas de misturas econômica, social, ecológica, de afetos, desejos, representações etc.

A rádio comunitária por ser local de convívio social e de experimentação pode trabalhar junto à escola a possibilidade de (re) apropriação e (re) singularização da utilização da mídia. Porém, a participação das escolas nas rádios comunitárias ocorre, em geral, quando educadores são convidados a participar de programas temáticos. Podemos citar: debates sobre AIDS, questões ambientais, literatura e outros.

Iniciativas como a da Rádio Comunitária Kaxinawá (Duque de Caxias), que funciona dentro da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, busca convidar os graduandos a produzir materiais para serem reproduzidos pela rádio, há liberdade para se realizar **programas educativos**, culturais, musicais, informativos e de entretenimento. A rádio está inserida no espaço de formação de professores e propõe um laboratório de rádio.

As iniciativas dos professores da FEBF que trabalham comunicação-educação de ampliar mecanismos que possam colaborar na formação dos docentes nas questões relacionada às Tecnologias de Informação e Comunicação não se limitaram somente a rádio, hoje contam com um Canal Interativo (web.rádio.tv), como veremos mais adiante.

Ousar quebrar a estética padronizada da mídia de massa não é tarefa simples, mas vem ocorrendo de forma contínua e em vários locais, num cunho coletivo, pois o indivíduo é resultado do processo de subjetivação que vivencia cotidianamente, não tendo um único registro, modelo ou identidade.

O que falar com crianças e jovens quando o assunto é meio de comunicação alternativo e os novos territórios de redes? A contemporaneidade está sendo marcada pelo *boom* tecnológico e pode ser acoplada à formação permanente dos educadores e logo para sua prática de ensino, abrindo propostas de interatividade com o alunado, de criação de mídia, de alternativas de linguagem.

O trabalho das rádios comunitárias vem funcionando como suporte para que distintos projetos educativos não formais, porém, não menos importantes que os da instituição escolar. Esse trabalho realizado pelas rádios comunitárias coopera para o experimento de diversas criações e apresenta-se como linhas de fuga para contrapor a estética comercial; experimentando novos meios de tecer teias de conhecimento. Guattari nos aponta como tais rupturas podem criar subjetividade coletiva,

Tais pontos de ruptura, tais focos de singularização, não podem ser assumidos através de simples procedimentos consensuais e democráticos, Trata-se, em suma, de uma transferência de singularidades do artista criador de espaço para a subjetividade coletiva (GUATTARI, 1992, p. 178).

Através do processo de criação e da aprendizagem de técnicas específicas na produção dos vários recursos audiovisuais a garotada poderá estar criando o seu meio de comunicação e informação. Narrando de diversas formas o modo de ver e lidar com o mundo (dogmas, valores, cultura, arte, política, economia, crenças, desejos, etc.).

A rádio é um dos meios de comunicação que pode atravessar a escola e ser atravessada por ela, numa forma de afetar e ser afetado. Tais colaborações podem caminhar para construção de redes alternativas de comunicação, usando múltiplas linguagens.

A empreitada de somar comunicação e educação não tem sido tarefa simples. Durante o período da pesquisa acompanhamos diversos seminários, fóruns e outros eventos que incluíam grupos de trabalhos e/ou debates sobre mídia-educação. Nos encontros promovidos pela Comunicação o compromisso está ligado à democratização dos meios de comunicação. Já nos promovidos pela Educação, o compromisso é com a utilização das mídias no processo de ensino-aprendizagem.

Há um debate instigante em torno de como os educadores utilizam materiais como: filmes, música, séries para TV e outros. O educador usa os recursos

audiovisuais para ocupar os educandos, mas sem nenhum comprometimento com o conteúdo promovido? Materiais de mídia podem e devem ser aproveitados como ferramenta de trabalho no campo educacional. O próprio MEC (Ministério da Educação) disponibiliza material midiático-educativo. A utilização da *internet*, filmes, documentários, música, rádio e outros, pode promover subsídio qualitativo no desenvolvimento das disciplinas e dos saberes construídos no espaço de educação formal. Os educadores que estão no mercado de trabalho estão preparados e abertos para novas formas de agenciamento?

Volto a citar o Canal Interativo Kaxinawá (web.rádio.tv). O que havia começado com um laboratório de rádio se transformou num espaço com várias linhas. Hoje ele aloca graduandos, mestrandos, docentes e a comunidade externa em vários projetos (Rádio Comunitária Kaxinawá, programa Quinta Dimensão, projetos de telejornal e outros). Os alunos que iniciaram neste projeto como voluntários aproveitaram os equipamentos disponíveis e colocaram seus conhecimentos a disposição de todo o grupo, facilitando a integração e troca de experiências. O grande momento deste projeto foi quando os alunos e membros da comunidade externa entenderam que poderiam estar colaborando para o projeto e ao mesmo tempo utilizando os equipamentos para iniciativas pessoais. Isto é uma forma de resistência. Ao invés de ficar reclamando que não possuem computador, mesa de som etc. eles se apropriaram dos equipamentos que também são deles, uma vez que fazem parte dos materiais de uma instituição do Estado e que se mantém também pelo dinheiro público.

Muitos dos equipamentos foram adquiridos através da propagação e da visibilidade do trabalho realizado, através de recursos financeiros vindos da FAPERJ e CNPq. Hoje o projeto dispõe de bolsistas, diretamente ligados ao Canal Interativo Kaxinawá têm projetos para criar um estúdio musical (em andamento), ilha de edição (já em funcionamento), material audiovisual para ser distribuído nas escolas da rede pública (em andamento) e outros. No Canal Interativo Kaxinawá projetos e ações não seguem hierarquia ou linhas de subordinação. Há abertura para ramificações, proliferação e (re) criação e criação.

Tal experimento abre diálogo com os críticos que pensam a utilização das TICs no campo da educação como perda de foco frente às questões do caráter social da escola. É preciso parar com o discurso de que a máquina está dominando a humanidade, a persistência em estabelecer pontos negativos não faz avançar o

debate. Não há como retroceder no avanço mega maquinário. É preciso que se desenvolvam pesquisas que possam ajudar na compreensão e utilização dessas tecnologias.

O acesso a estes recursos midiáticos e a aprendizagem das técnicas para sua utilização, faz surgir um espaço híbrido. Este híbrido atua no processo de subjetividade promovendo aberturas para novas visões de mundo, novos projetos de vida.

A rádio é mais que um espaço de distribuição de arte sonora, de informação, é um espaço de convívio. Rádios comunitárias não costumam fazer pesquisa de opinião, restrições ao acesso, programações uniformes. Assim como o serviço de radiodifusão comunitária deve pensar em novas formas para poder se alocar na tecnologia digital e se mover para outros territórios (pelo ciberespaço), o mesmo deve acontecer com a escola. É preciso abrir caminhos e utilizar novas ferramentas para que comunicação e educação atravessem a cultura, proporcionando mudanças de ordem política, social e cultural, (re) significando a produção de bens materiais e imateriais.

2.4 Novos rumos para a comunicação popular

“Rádio é como uma boa cachaça” é com estas palavras que Tião Santos (coordenador do Viva Rio e da Rede Brasil de Comunicação) expressa sua relação de paixão com a rádio. Seu primeiro contato com rádio foi gerenciando a Rádio Carioca das Edições Paulinas, onde trabalhou por 10 anos. Lá aprendeu a fazer produção, rádio-jornalismo, locução e outras coisas. E foi com esse trabalho que percebeu que faltava no Brasil, uma rádio que estivesse mais próxima das comunidades. Através desta paixão, esse personagem amplia os seus horizontes na área da comunicação através do rádio e contribui no movimento que deu um novo rumo na luta pela democratização do rádio com a criação do ARLIVRE (1994), ABRAÇO (1996) e outras.

A linguagem usada pelas grandes emissoras de rádio e TV ainda é um tanto distante da linguagem usada dentro das comunidades e o movimento de rádios livres queria encurtar essas distâncias. Fazer uma comunicação que não fosse

somente do asfalto para o morro, mas também do morro para o morro e para o asfalto. Uma rádio que tivesse novos formatos, novos conteúdos, algo diferente do que era oferecido pelas organizações que estavam monopolizando a comunicação. Foi nesse clima que Tião Santos junto com um coletivo cria a pioneira Rádio Comunitária Novos Rumos em Queimados.

Queimados ainda era distrito de Nova Iguaçu e estava passando por um processo de emancipação. Não havia um jornal ou uma revista de Queimados, isso num momento em que a população queria e precisava debater sobre o tema. Em conversa com alguns membros do Partido dos Trabalhadores, Tião propõe a criação de uma rádio democrática, onde a comunidade participasse da criação e manutenção da rádio. Isso gerou um pouco de desacordo, um “racha”. Alguns membros do Partido dos Trabalhadores queriam que fosse uma rádio do Partido, um meio revolucionário de comunicação para o movimento, mas apesar das desavenças em dezembro de 1990 a Rádio Comunitária Novos Rumos começou a funcionar no porão da casa de Tião Santos com um grupo menor de pessoas. O surgimento da Rádio veio como um meio de comunicação essencial naquele momento histórico-político de Queimados.

A idéia principal sempre foi deixar a Rádio nas mãos da comunidade, mas começou com um número pequeno de pessoas ligadas ao Partido dos Trabalhadores. Pelo pequeno número de pessoas operando a Rádio, o seu funcionamento se restringia aos finais de semana. Até que apareceu um radialista da Rádio Solimões (Nova Iguaçu) pedindo para fazer um programa na madrugada. O programa fez um grande sucesso e as pessoas começaram a ir na casa de Tião para poder participar da rádio, oferecer música, mandar recados etc. Logo as lideranças da cidade também começaram a procurar a rádio para fazer debates sobre a emancipação de Queimados. Mais tarde a Rádio sairia do porão da casa de Tião para a sede da Associação de Moradores e em seguida foi criada uma associação chamada Rádio Clube de Queimados, a entidade que geria a Rádio Comunitária Novos Rumos. Depois de realizada uma plenária onde concorreram 9 chapas de entidades representativas para direção da rádio, ela foi para o centro do município de Queimados, começando uma nova etapa.

A quem diga que Queimados teve dois processos que mudaram sua história, um foi o processo de emancipação que transformou o distrito em município e o outro foi à criação da Rádio Comunitária Novos Rumos que mudou a história das rádios. A rádio virou centro, espaço de encontro da cidade, um negócio sensacional, indescritível. Nós sabíamos que era uma coisa que tinha uma vida curta porque toda

repressão viria em cima da gente dado ao sucesso. Virou matéria de revista, de jornal, virou uma novidade não só em Queimados, mas no Estado do Rio de Janeiro, virou notícia no Brasil. Virou modelo de rádio para América Latina (Tião Santos – Coordenador de comunicação do Viva Rio).

Mas a história da Rádio Comunitária Novos Rumos não foi só de flores. O fechamento pela Polícia Federal mostrou que utilizar o rádio como meio de comunicação social sem autorização do governo significava estar cometendo um crime. E com isso eles perderam todos os equipamentos e ainda tiveram coordenadores respondendo a processo criminal.

O fechamento da rádio promoveu uma luta que mais tarde abriu brechas para a criação da Lei 9612/98 da radiodifusão comunitária, como veremos no próximo capítulo.

2.5 Um panorama de rádio

Breve narração da paisagem da primeira rádio pesquisada onde um fato relevante é a história da entidade ser preservada e contada com muito entusiasmo, de geração para geração. O primeiro local de pesquisa foi a Rádio Comunitária Panorama, situada no alto do Cantagalo, dentro de uma estrutura gigantesca. O espaço foi construído para ser um hotel luxuoso no coração da Zona Sul e foi embargado no governo Brizola, transformado no Ciep João Goulart. O prédio é imenso, com alguns andares desativados. A parte de baixo do prédio está localizada numa rua residencial de Ipanema e termina no alto do morro, em meio à barranceira e construções inacabadas. No mesmo prédio funcionam projetos sociais, do governo e de ONGs, como o “Dançando para não dançar”, Afro Reggae, um pólo do Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE), Criança Esperança e outros.

A Rádio Comunitária Panorama fica numa estrutura sem muitos recursos físicos, num contraste visível com a instalação do projeto Criança Esperança. Enquanto o projeto está instalado com uma estrutura excelente, salas pintadas e arejadas, equipamentos novos, já a Rádio Comunitária Panorama tem suas instalações humildes, mas com um Panorama para a orla do Rio de Janeiro que é um verdadeiro presente e justifica o nome da Rádio. Possui um telefone, um MD e

aparelho de DVD emprestado, uma mesa de som queimada, um computador antigo que precisa de reparos e por isso não é utilizado, mesa para debate com dois microfones. E se encontra sem isolamento acústico. Junto a Rádio, há uma saleta que será inaugurada para que um advogado preste serviço a comunidade. Para Rita Pinto (estudante de jornalismo, produtora de rádio e filha do fundador da Rádio, João Pinto), há uma soma dessa ação: “é uma parceria e que vai fortalecer futuramente a Rádio em alguma necessidade”.

A Rádio está em funcionamento desde 1997, ficou meses funcionando e em outros não, chegou a ficar fechada durante 1 ano devido falta de recursos. Nelson Pinto (produtor de rádio e também filho de João Pinto) nos contou que a Rádio nunca sofreu nenhuma interdição policial quanto ao seu funcionamento. João Pinto, na época presidente da Associação de Moradores do Cantagalo, foi quem colocou a rádio para funcionar. Figura conhecida pelos moradores da favela, devido ao seu empenho nas questões políticas relacionadas à melhoria da localidade, João continua sendo o presidente da Rádio. Mas não tem participado ativamente das programações devido à falta de tempo e por problemas de saúde. Seus filhos também fazem programas e administram a Rádio, muitas vezes tiram do seu próprio bolso dinheiro para comprar equipamentos para que a Rádio possa continuar funcionando. É uma rádio familiar, onde a família administra e cuida dos interesses da rádio, mas conta com a participação da comunidade.

A Rádio, segundo Rita, funciona através de uma ajuda de custo cobrada aos programadores, cerca de R\$ 30,00 por mês, aos que podem pagar. Alguns destes programadores doaram equipamentos e ajudam na manutenção dos mesmos.

Apesar de seu pai ser um líder comunitário, que quase foi cooptado pelo PDT, ela diz que a Rádio não tem nenhuma ligação com políticos, mas que gostaria que seu pai tivesse entrado para o partido. Apesar de não pertencer a nenhum partido político Rita desabafa: “Tenho certeza que se meu pai tivesse se filiado nós estaríamos numa vida melhor. Não que fossemos sair da favela, mas poderíamos fazer mais por ela”. Ela ainda revela que gostaria muito que seu pai tivesse entrado para a política, e que ela estaria atuando neste campo. Rita trabalha com movimentos sociais (Comissão da Comunidade), é uma líder nata na comunidade. Por onde Rita caminha todos param e falam com ela, mandam recados para anunciar na Rádio, falam de projetos, relatam atividades etc., entre vielas, becos, escadarias, rampas, entre som alto, pessoas gritando, cantando, fazendo unhas no

meio do caminho, entre vapozeiros²⁰ e artistas, entre funkeiros até as beatas era uma “festa do oi”. Rita não dá três passos sem ser parada por alguém.

A Rádio funciona 24 horas, sendo que muitos programas do final de semana são gravados. Depois que a mesa de som queimou, eles não puderam colocar os ouvintes que ligam para a Rádio no ar. O ponto alto da Rádio é ser musical, dando espaço aos artistas independentes, sua função social vai, além disso, a rádio tem programas sobre saúde, os direitos da mulher, avisos a comunidade, programas jurídicos e outros.

Essa comunidade permeada de histórias interessantes tem personagens singulares como o pintor de paisagens do Rio de Janeiro que tem a casa bem no alto do morro, a evangélica que faz trabalho social junto a presídios femininos. Esta falou muito de Dandara – mulher de Zumbi. Falava com tanto fervor sobre a cultura negra que se não fosse seu vestuário sério e que lhe cobria todas as partes do corpo, diria que era uma mãe de santo, profunda conhecedora das religiões de matrizes africanas. Uma senhora branca, de olhos claros, muito orgulhosos em falar do seu trabalho junto às presas. Não querendo estigmatizar, relato o fato porque vejo nesta postura um desapego àquilo que poderíamos chamar de norma. Também conhecemos uma professora de música que tem um coral com mais de 100 crianças da comunidade.

A quadra da Escola de Samba “Alegria da Zona Sul” vive cheia de pessoas fazendo dança de salão. Muitos são adolescentes que encontram ali um espaço de convívio para fazer atividade e convívio social.

Rita diz que o bacana da favela é essa pluralidade de gente e isso se reflete na rádio, não se preocupa com a estética nas ondas sonoras; “Se alguém quer mandar um recado para outra pessoa e está aqui na Rádio eu vou e coloco para falar ao vivo. Não importa se errar ou se falar enrolado”. Práticas como essa demonstram que a necessidade de comunicação é muito maior do que os padrões estéticos exigidos pelas grandes emissoras.

A documentação para a legalização da Rádio Comunitária Panorama está em trâmite e, segundo os seus colaboradores, a Rádio não é fechada devido manter um compromisso e uma abertura com a comunidade. O próprio nome da Rádio, Panorama, foi uma escolha dos ouvintes, mas um grande incentivo para o nome

²⁰ Na gíria da favela, são os pequenos distribuidores de entorpecentes, vendem em pequena quantidade.

ocorreu por conta de uma janela que fica no espaço da Rádio onde há uma vista panorâmica da orla de Ipanema.

2.6 Rádio comunitária: local de aprendizado

As rádios comunitárias podem ser percebidas como rádio escola porque sua essência é oferecer suporte para que seus colaboradores não se limitem ao canal de recepção, mas que possam também produzir os próprios materiais que serão veiculados a cada programa. Conheceremos um pouco de uma rádio comunitária que se intitula como rádio escola, mas que não deixa de ser uma rádio comunitária, com suas singularidades e compromissos sociais.

A Rádio Escola Sudoeste 94 FM em Pedra de Guaratiba (1994 a 1999) nasce da luta ecológica. Nas palavras de Wallace Hermann Jr. – produtor de rádio, educador e terapeuta foram os problemas de poluição da Baía de Sepetiba que motivaram vários movimentos de Pedra de Sepetiba e Sepetiba, (SOS Baía de Sepetiba) na construção da rádio. Eles trabalham com questões ambientais: desde a poluição ambiental de metais pesados causados pela Empresa Ingá até a pesca predatória na Baía de Sepetiba.

Não havia verba para a criação da rádio, foi preciso um corpo a corpo com a comunidade para que pudessem comprar um transmissor e colocar a Rádio Escola Sudoeste no ar. Mas porque rádio escola?

Era uma rádio escola, porque a gente aprendeu fazendo. Com a chegada da Comunidade Solidária puxamos para a zona oeste um curso de capacitação em rádio para habilitar a juventude da comunidade local para fazer rádio. Então era rádio escola mesmo, até para não inibir as pessoas, porque ninguém tinha feito rádio, muitos ali nem sabiam como a onda chegava ao rádio, naquela caixinha que ele tinha dentro de casa. Então começaram a ver o que era uma rádio por dentro. A família começou a ouvir seus familiares falarem no microfone, isso causa um reboiço. Ao mesmo tempo em que quebra aquela magia abre um monte de possibilidades (Wallace Hermann – produtor de rádio).

Com a criação da Rádio Escola Sudoeste os movimentos se integraram numa única entidade chamada Fórum SOS Baía de Sepetiba, constituído como pessoa jurídica que começou a entrar com várias ações na justiça dando visibilidade na mídia e chamando atenção para as questões ambientais daquela área.

Diversos segmentos da comunidade participavam da rádio, desde escolas até pastorais da igreja. Os próprios alunos de escolas públicas da região trabalhavam na criação de programas, não que estes programas fossem moldados num caráter institucional, mas a vinda dos estudantes devido a parceria com as escolas motivava mais alunos a participarem da rádio e fazerem programas educativos, com temas relacionados a ecologia e saúde.

A experiência da Rádio Escola Sudoeste 94 FM, mostra que mesmo uma rádio sendo criada fundamentalmente sobre alicerces de preservação ambiental não a impediu de ser um canal abrangente, de responder as necessidades da comunidade e também ser um canal de entretenimento e convívio social. Não é um papel que irá qualificar uma rádio como legal, tampouco a criação de uma organização representativa que vai dizer se uma rádio é livre, “pirata”, comunitária etc., mas sim seu compromisso e ação político-social que irá qualificá-la para funcionar. Há muitas rádios comunitárias organizadas, com sua concessão pendurada na parede, mas que estão centralizadas nas mãos de uma só pessoa. Algumas vezes nas mãos de um político da localidade, como em casos na Baixada Fluminense, onde o funcionamento e interesses de algumas rádios comunitárias funcionam conforme os mandos e desmandos de um centralizador.

2.7 Os pilares para a sustentação de uma rádio comunitária

Uma rádio comunitária pode nascer do desejo de uma só pessoa ou de um grupo com idéias semelhantes. Pode ter temas com um norte mais definido (música, experimentação, caráter político, voz da comunidade, religiosidade, questões ambientais, luta de gênero etc.), mesmo com marcos que demonstram suas singularidades a rádio tem que cumprir seu papel social de comunicar.

Vimos e veremos diversas particularidades de rádios comunitárias no decorrer do trabalho e percebemos que atrelado a essas particularidades está a participação de diversos grupos para a criação e manutenção das mesmas. Religiosos, estudantes de comunicação, artistas, comerciantes, bandas de música, escolas, associações de moradores, ONGs e outros segmentos que exercem alguma função

na localidade tendem a trabalhar em conjunto para que a rádio exista e para continuar existindo.

Iremos falar da Rádio Comunitária FM 2000, situada em Duque de Caxias, mas antes é preciso traçar uma linha com a história da extinta Rádio Pilar que foi antecessora da Rádio Comunitária FM 2000. Sandro Hilário – sociólogo nos contou que a Rádio Pilar nasceu do desejo da Diocese de ter um veículo de comunicação que ultrapassasse as estruturas paroquiais. Apesar da Rádio ter sido realizada com um núcleo de jovens religiosos, com a liderança de dois padres (um brasileiro e outro italiano) que moravam em Duque de Caxias, ela não foi formalizada na legislação vigente. Era uma rádio sem inscrição junto ao Ministério das Comunicações, sem concessão para funcionar.

Com recursos financeiros vindos do exterior (Alemanha), foi possível criar a estrutura para o funcionamento da Rádio, que tinha finalidade de ser comunitária. Até mesmo porque era inviável ser uma rádio religiosa uma vez que rádios religiosas são rádios comerciais e não havia nenhum projeto de designação de um canal de natureza comercial para a região da Baixada Fluminense.

A Rádio Pilar movida pelo desejo de fazer comunicação comunitária acabou não se atendo a administração legal junto ao Ministério das Comunicações o que desencadeou seu fechamento pela Polícia Federal acarretando em processo contra 2 jovens leigos que estavam à frente do projeto.

A sala onde funcionava a rádio foi lacrada e ficou meses fechada. Com o tempo o equipamento estava se deteriorando. A Ação Comunitária de Comunicação e Cidadania criada com parceria com jovens e pessoas ligadas a Rádio Pilar recolheu os equipamentos da extinta Rádio e deu-lhes novo rumo com a criação da Rádio Comunitária FM 2000.

Mesmo não tendo concessão a Rádio Comunitária FM 2000 funcionou durante 4 anos ininterruptos sem ser fechada. Em 1999 iniciam a fase de legalização, dando entrada com inscrição junto ao Ministério das Comunicações. Este processo fica adormecido durante o período de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, só sendo implementado dentro do Ministério no primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, com Miro Texeira como Ministro das Comunicações. Nesta mesma época foi criado um conselho com diversos representantes de entidades ligadas a comunicação popular para debater as formas de tramitação e acompanhar os quase 20 mil processos que estavam no

Ministério das Comunicações e nas Delegacias Regionais de Telecomunicações por todo Brasil.

Sabendo dos trâmites do processo junto ao Ministério das Comunicações, eles tinham a opção de funcionar sem a concessão ou parar suas atividades. E uma das preocupações foi com o espaço físico, pela questão de recursos financeiros e para se resguardar quanto a um novo fechamento da rádio.

Desde que a gente teve a idéia de reabrir a rádio tínhamos clareza que ela deveria propor-se comunitária ou ela não se sustentaria. A gente conseguiria ter um contato direto com a comunidade, não só no sentido de extrair dela apoio e estrutura, mas acima de tudo dar a ela a oportunidade de estar junto, de estar construindo o processo. A partir disso, algumas experiências iniciais de alocação física da rádio foram mal sucedidas. Porque a manutenção do espaço junto ao Ministério é também a garantia que a gente vai ter informações sobre o processo. Ter um endereço fixo para nós era fundamental. Num primeiro momento se pensou em alugar uma casa, em ter um espaço em determinado lugar. O custo disso começou a pesar sem que a rádio pudesse estar amplamente exposta sob pena de ser fechada pela polícia federal. Era uma dicotomia, a gente tinha que abrir para a comunidade, nos fazer conhecer e ao mesmo tempo se abrisse muito tinha o perigo da polícia fechar. Era uma preocupação que se tinha de que a rádio aberta poderia garantir sustentabilidade e fechada teria dificuldade de se sustentar. Mas por outro lado ela teria um endereço fixo para aguardar as decisões do Ministério. (Sandro Hilário – sociólogo).

Sabendo que os trâmites são demorados, sem prazos definidos e que a rádio corria o risco de ser fechada, como ocorreu com a Rádio Pilar, a opção foi se unir com a comunidade religiosa. Desta vez com parceira da Paróquia Nossa Senhora de Fátima no Parque Lafayette, ligada a Diocese de Duque de Caxias, onde foi cedido o espaço físico em troca da Rádio Comunitária FM 2000 lhes ceder espaço dentro de sua programação. A parceira gerou bons frutos, uma vez que estavam na estrutura paroquial e seria mais fácil trazer a comunidade, por estarem mais protegidos das incursões policiais.

Quem conhece o meio religioso sabe que a igreja católica tem um poder ainda muito forte nesse país. Sendo assim, ter a parceria da igreja para nós era mais fácil porque somos oriundos dela, teríamos um contato mais direto e teríamos a possibilidade de ter uma barreira se viesse a polícia federal. Onde a gente poderia dizer: “você vão entrar no espaço que é da igreja?” O espaço que a polícia entrou para fechar a Rádio Pilar era um espaço neutro, não era o espaço da igreja. O espaço da Rádio Pilar era num terreno, da igreja, mas não era eclesial. Então foi fácil para a polícia entrar. Nessa nova fase com a Associação Comunitária de Comunicação e Cidadania e com outro espaço, um espaço dentro da estrutura da própria igreja, um espaço amplo a polícia poderia ter acesso, mas com dificuldade (Sandro Hilário – sociólogo).

Mesmo estando num espaço físico católico a Rádio FM 2000 trabalha com a idéia de que o serviço de radiodifusão comunitária está ligado àqueles que o

gerenciam. Assim, fizeram parceria com uma igreja messiânica, com instituição kardecista e outras.

Fizemos um primeiro contato com o líder, o pastor messiânico, no sentido de quebrar essa resistência local independente de estarmos dentro do espaço da igreja católica. Num momento posterior, nós conseguimos contato com outra instituição que era kardecista que também queria ter uma aproximação com a gente e nós os trouxemos para participar. Colocamos *spots*, mensagens ligadas à instituição. Gerenciamos o projeto que delimitou a aproximação com outras instituições de denominações distintas, para fazer parte do projeto. Mas sem dúvida parceira de verdade, até mesmo porque estava dando a estrutura maior para nossa ação, era a igreja católica. A partir desta parceria nós sonhamos com outros vãos, fizemos parceria pública com os Correios. Eles veiculavam informações institucionais junto à Rádio. Tivemos contato com o comércio local, contato com outros grupos culturais locais. A Lira de Ouro, que hoje é uma instituição forte aqui em Duque de Caxias tinha uma relação direta. Fizemos atividades com os artistas locais. Tinha uma espécie de auditório aberto e nós fizemos shows ali ao vivo, transmitidos pela Rádio. Foi uma experiência muito legal e muito difícil de fazer. Mas era um jeito de promover os artistas locais. Em termo de transmissão nós conseguimos abrir o leque a partir dessa parceria e fizemos outro projeto alimentador da própria estrutura que era o Curso de Formação de Comunicadores (Sandro Hilário – sociólogo).

A Rádio Comunitária FM 2000 fez trabalhos de formação de comunicadores com três turmas, cada uma curso durou em média 6 meses. Este trabalho foi desenvolvido prioritariamente com jovens, oferecendo uma formação que já está rendendo bons frutos. Com a legalização (2008) chegaram três locutores contratados, remanescentes do curso de formação de comunicadores e que estão fazendo Faculdade de Comunicação e uma pretensão de colocar a Rádio Comunitária FM 2000 diretamente no ciberespaço. Hoje ela funciona na internet em caráter experimental, mas a previsão é que em 2009 esteja com um site próprio.

2.8 Tribos mutáveis: da onda radiofônica ao universo do ciberespaço

A Rádio Comunitária Kaxinawá começou como um projeto para laboratório de rádio, dentro na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, associada a entidades da comunidade de Vila S. Luís; um veículo de comunicação que pudesse unir educação, arte, informação, entretenimento, e os interesses comunitários com a participação da Associação de Moradores de Vila S. Luís.

A Rádio foi criada como uma ONG, a Associação Comunitária de Educação, Comunicação e Cidadania, um espaço comum à faculdade, a Associação de Moradores, líderes religiosos e outros membros da comunidade.

A Rádio Comunitária Kaxinawá, FM 100,1 atualmente trabalha com projetos também no ciberespaço. Fruto da consolidação da Rádio, em 2007 começou o Canal Interativo Kaxinawá, que se apropria de ferramentas gratuitas da *internet* para oferecer um canal web rádio e TV. O trabalho começou com a transmissão pela Rádio Comunitária do Programa Quinta Dimensão (um programa sobre ciência, cultura e tecnologia) de entrevistas com pesquisadores, pro-cientistas da UERJ. Os programas eram transmitidos ao vivo no auditório aberto da faculdade, com participação da comunidade interna e externa. Mesmo sendo um sucesso, os voluntários envolvidos queriam mais, e logo, passamos a transmitir ao vivo, também, no ciberespaço. Tal medida auxiliou para que pudéssemos aumentar a interatividade com os ouvintes, habitantes do ciberespaço e outros.

Com a utilização de ferramentas como: *chat*, *MSN*, *e-mail* e *SMS* a interatividade com o nosso público aumentou. Hoje o projeto conta com o apoio da CAPES e da FAPERJ, contribuindo assim para melhor qualidade do trabalho. As pessoas envolvidas com o projeto, agora podem contar com equipamentos que dão suporte as necessidades para a transmissão. O investimento na qualificação dos voluntários envolvidos é uma realidade com cursos e materiais. A criação da TV *on line* Kaxinawá já está motivando o alunado a produzir diversos materiais audiovisuais, desde programas pedagógicos até telejornais.

Visando ultrapassar a capacitação dos graduandos para as TICs, houve uma preocupação com o suporte teórico para o questionamento das mídias, percepção de linguagens etc. Oferecendo aos graduandos uma formação para este novo tempo de tecnologias inteligentes como aliadas ao processo de ensino-aprendizagem.

O Canal Interativo Kaxinawá é uma metamorfose da Rádio. Vem buscando adaptar-se e criar outros agenciamentos para produção e distribuição de materiais midiáticos, contribuindo também na formação crítica e construtiva do alunado da UERJ/FEBF, assim como, para a comunidade externa nas questões referentes à produção e divulgação de material audiovisual. O trabalho visa trazer para Universidade a importância de pensar e fazer produções audiovisuais que contribuam para uma (re) significação dos meios de comunicação nesse momento histórico de boom tecnológico.

Se no início a Rádio como neste espaço de convívio social tinha um potencial de organização social-popular, como foram as Rádios Livres na Europa, hoje, o direcionamento vai além. Busca-se criar novos meios de divulgação das

experiências radiofônicas, assim como associá-las a outras tecnologias do ciberespaço.

27 de janeiro de 2001, no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, Wallace me liga, no celular, da Rádio Bicuda FM, uma comunitária da Vila da Penha, Rio. “Não quer dar uma entrevista sobre o que você está vendo aí?”. Peço que me retorne nuns vinte minutos, para me dar tempo de respirar e pensar o que devo dizer. Não sou repórter. O programa no ar, direto. Dou a entrevista e me toco com a potência que temos nas mãos como meios de contra-comunicação, ou contra-informação. Celulares e rádios comunitárias. Com estes meios, qualquer cidadão, de qualquer tendência, formação, extrato de classe, pode ocupar este espaço do “formador de opinião”, que está concentrado em muito poucas vozes (e interesses) com abrangência nacional (ou global) (COSTA e HERMMAN, 2003).

Mauro Costa, nos mostra nessa fala (2001) das possibilidades que um celular e uma rádio podem ter no contexto de uma informação que não a da grande mídia. Hoje com os celulares inteligentes a possibilidade de criação e divulgação é ainda maior. São vozes que se propagam nos espaços das rádios comunitárias e no ciberespaço. Tecnologias e conhecimentos estão sendo utilizados para formar redes colaborativas no campo comunicação-educação e também em outras instâncias.

3 DO PROCESSO ILEGAL À LEGALIDADE CONSTITUIDA

O direito inteiro sofre uma mutação e se torna direito subjetivo, conjuntivo, "tópico": é que o aparelho de Estado se encontra diante de uma nova tarefa, que consiste menos em sobrecodificar fluxos já codificados que em organizar conjunções de fluxos descodificados como tais. O regime de signos mudou, portanto: sob todos esses aspectos, a operação do "significante" imperial dá lugar a processos de subjetivação; a servidão maquínica tende a ser substituída por um regime de sujeição social (Deleuze e Guattari).

3.1 O que é de Direito?

Ao trabalharmos com a concepção do que é legal, precisamos primeiro aportar o que é de direito, do direito constitucional. No que a gente entende, ainda que por intuição, o Direito é um conjunto de regras que regem o comportamento da sociedade. Já o direito constitucional vem a ser uma particularização, um campo que se preocupa em estudar a Constituição. O Estado é pautado em cima de uma Constituição que rege as demais instâncias que o compõe. No entanto, há um crescente debate na área jurídica a respeito do Direito paralelo, não oficial, chamado de Direito alternativo. Seria um novo Direito?

O direito de comunicar é próprio da natureza humana, sendo o ser humano um comunicante natural. É notório que o direito de comunicar pertence aos indivíduos e as comunidades em que estão inseridos e para tanto se faz necessário garantir a distribuição abrangente das ferramentas necessárias para haver comunicação democrática.

Para debater o que é legal e ilegal no serviço de radiodifusão comunitária, vamos recorrer ao pensamento do Direito Alternativo, à Constituição Brasileira de 1988 (implicações no campo da Comunicação Social) e à Lei 9612/98 (referente ao serviço de radiodifusão comunitária), permeados pela nova dinâmica das TICs na contemporaneidade.

Pensar rádio comunitária no Brasil é complicado, uma vez que, a Lei 9612/98 veio somar com outras leis, emendas e artigos que regem a Comunicação Social em nosso país. A primeira é a Lei criada para atender a radiodifusão e o serviço de telecomunicações (Lei 4117/62). Nesta época, televisão colorida era algo raro nas

casas dos brasileiros e a concepção de uma rádio livre nem existia. Desde então os governos que sucederam ao de João Goulart (que promulgou a primeira Lei) vem alterando a mesma com emendas. No mesmo ano (1962) cria-se a ABERT (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão). O Governo Militar instituiu o Artigo 70 que (1967), criminaliza as pessoas que fazem transmissões de rádio sem autorização do Estado. Com a Constituição de 1988, em seu Artigo 223 fica expresso que a Comunicação Social deve existir em três esferas: pública, privada e estatal. No entanto, a maioria dos canais de televisão e rádio está nas mãos do setor privado. A Lei 9472/97 além de enfatizar o poder regulador do Estado cria a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) para exercer o papel de regulação do Estado para as ondas eletromagnéticas.

Numa pequena análise de alguns artigos do Capítulo V (relativo à Comunicação Social) da Constituição Brasileira de 1988, que rege a questão da Comunicação Social, está expresso que toda atividade intelectual, científica, artística e de comunicação é livre independente de censura ou licença e que a manifestação do pensamento, a criação e a informação não sofrerão restrições, como podemos observar,

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística (Constituição Federal – 1988).

Houve uma preocupação de garantir o direito de expressão e comunicação. Isso foi um grande avanço, tendo em vista, que os anos de silêncio impostos pela Ditadura Militar bloquearam a comunicação em nosso país. Continuando no Art.220, o § 5º aponta para a necessidade de “controle”, para que não haja por parte de um indivíduo ou grupo a exclusividade de gerir os meios de comunicação social. “§ 5º Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.”

No Artigo 221 estão estabelecidos os princípios que emissoras de rádio e televisão devem atender na comunicação social, são eles:

- I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;
- II - promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;
- III - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;
- IV - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família (Constituição Federal, 1988).

Tais objetivos demonstram a necessidade de se fazer uma mídia que possa realçar as singularidades e trabalhar no processo de subjetividade coletiva, mas o que temos visto, ao longo dos anos, na indústria midiática, são programas que atuam no processo de subjetividade de forma homogênea, com nenhuma finalidade educativa, artística ou cultural, não respeitando a pluralidade cultural ou a promoção da cultura nacional e regional.

- Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.
- § 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, §§ 2.º e 4.º, a contar do recebimento da mensagem.
- § 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.
- § 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.
- § 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.
- § 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão (Constituição Federal, 1988).

Não podemos negar que as grandes emissoras estão remodelando sua forma de informar e comunicar, abrindo espaço para que o receptor não fique passivo. Atualmente há oportunidade, ainda que limitada, para que o receptor seja também um potencial emissor. Apesar das mudanças, ainda vigora principalmente a verticalização das informações.

A Legislação para o serviço de radiodifusão comunitária contribuiu para o reconhecimento das mesmas perante a sociedade. No entanto, o debate em torno das rádios comunitárias continua forte e ao mesmo tempo confuso devido às brechas legislativas, políticas e da própria burocracia junto ao MinC para conceder a autorização as rádios. A Lei 9612/08 instituiu vastas exigências para os que desejam a outorga da autorização tais como:

- Art. 9º Para outorga da autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, as entidades interessadas deverão dirigir petição ao Poder Concedente, indicando a área onde pretendem prestar o serviço.
- § 1º Analisada a pretensão quanto a sua viabilidade técnica, o Poder Concedente publicará comunicado de habilitação e promoverá sua mais ampla divulgação para que as entidades interessadas se inscrevam.

§ 2º As entidades deverão apresentar, no prazo fixado para habilitação, os seguintes documentos: I - estatuto da entidade, devidamente registrado;

II - ata da constituição da entidade e eleição dos seus dirigentes, devidamente registrada;

III - prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

IV - comprovação de maioria dos diretores;

V - declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o serviço;

VI - manifestação em apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a prestação do serviço, e firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou sede nessa área.

§ 3º Se apenas uma entidade se habilitar para a prestação do Serviço e estando regular a documentação apresentada, o Poder Concedente outorgará a autorização à referida entidade.

§ 4º Havendo mais de uma entidade habilitada para a prestação do Serviço, o Poder Concedente promoverá o entendimento entre elas, objetivando que se associem.

§ 5º Não alcançando êxito a iniciativa prevista no parágrafo anterior, o Poder Concedente procederá à escolha da entidade levando em consideração o critério da representatividade, evidenciada por meio de manifestações de apoio encaminhadas por membros da comunidade a ser atendida e/ou por associações que a representem.

§ 6º Havendo igual representatividade entre as entidades, proceder-se-á à escolha por sorteio.

Mesmo fazendo todo esse processo a demora em liberar a outorga da autorização para funcionamento é enorme. As pessoas que estão com suas rádios em funcionamento, na maioria das vezes, não param suas atividades para esperar um documento que as libere para fazer o que já estavam fazendo.

Para os grupos que não conseguiram ultrapassar os critérios confusos decretados para conseguir a autorização junto ao MinC e para aqueles que não querem ou não aceitam a Legislação para o serviço de radiodifusão comunitária, a desobediência tem sido a forma de resistir e quando isso acontece, a réplica é a repressão policial sobre os componentes dessas rádios, como podemos ver na fala de Sandro Hilário,

A Rádio Pilar foi a primeira rádio no município de Duque de Caxias a ter esta perspectiva de ser uma rádio para fins comunitários. Essa rádio funcionou durante alguns anos e foi fechada pela polícia federal em função de não ter a sua legalidade constituída junto ao Ministério das Comunicações. Foi um problema muito sério porque um dos leigos, jovens que pertenciam a esse projeto, foi preso pela polícia federal, teve que responder processo por conta de estar à frente deste projeto de rádio e a partir daí este projeto foi engavetado.

A Constituição Federal, diz que todo cidadão tem o direito de se expressar livremente e através de qualquer meio de comunicação. O Estado impõe limites para que a sociedade faça rádio e televisão, assim, o próprio Estado passa a violar este direito constitucional.

Se formos seguir à risca a Constituição, uma rádio criada por uma só pessoa seria legal, legítima, afinal é um direito. Mas nos esbarramos com o Estado e seu “braço longo”, que dita quem pode e quem não pode comunicar no Brasil. Dentro desta lógica do legal e do ilegal o que vemos o lobby das corporações de comunicação desmoralizando as rádios comunitárias junto à população.

O instrumento legal e as normas técnicas vigentes não proporcionam um canal de comunicação alternativo. As rádios que estão funcionando legalizadas não estão totalmente dentro do que estipula a Lei, muitas vivem da venda de anúncios e com o alcance maior do que estipula a Lei 9612/98.

O que ocorre no Brasil em relação às rádios comunitárias é que há uma política clara de protecionismo das grandes emissoras. Faz-se necessário questionamento sobre uma adaptação democrática dos sistemas políticos e jurídicos sobre os meios de comunicação de forma a contemplar as mídias alternativas que estão se propagando no século XXI, talvez através do Direito alternativo, termo que veremos mais adiante.

Estamos vivendo a “Era digital”, onde televisão e rádio aberta estão convergindo para tecnologia digital. Junto a elas surgem questões que nossas antigas leis não sabem responder. Para a professora Nélia Del Bianco da Faculdade de Comunicação Social da Universidade de Brasília (UnB), há novas questões que a lei atual não consegue responder.

Com a tecnologia digital aplicada ao rádio, por exemplo, é possível dividir uma mesma frequência em três canais, e a legislação não informa como o radiodifusor deve proceder nesse caso. Ele pede uma concessão para cada uma dessas bandas ou tem direito a explorá-las sem necessitar de outras autorizações? Hoje não temos respostas legais para isso (2008)²¹.

Desde o governo Fernando Henrique tenta-se criar uma nova lei que atenda os meios de comunicação de massa eletrônicos. No governo PT foi criado um grupo para debater a nova lei e o movimento de radiodifusores reivindica uma nova legislação para atender a convergência, porém, o debate não tem saído do zero. Não há consenso, provavelmente porque mexer nesta legislação interfere em jogos

²¹“Lei de radiodifusão está ultrapassada”. Por Caroline Olinda. Fonte: http://www.abert.org.br/D_mostra_clipping.cfm?noticia=113823 Acesso: 12 de março de 2009. Publicado: 20 de janeiro de 2008.

de poder de grandes empresários. O mais cabível era que tivéssemos uma lei geral que atendesse a Comunicação Social.

A comunicação é direito de todos e os meios alternativos de comunicação são instrumentos de inserção social, uma vez que aludem à idéia de compartilhamento e troca de informações, experiências etc., Toda pessoa tem direito de receber, mas também de transmitir informações, expressões artísticas, enfim comunicar conforme seu ponto de vista. Porém este direito não é respeitado diante da comunicação tradicional e o modelo no qual se estrutura nos dias de hoje. Vemos que a democracia em nossa sociedade não está consolidada.

O Direito oficial, regrado pelo dever-ser, deixa lacunas, mostrando a ineficácia em algumas situações, como no caso da reprodução e distribuição de materiais artísticos, nas questões relacionadas a ocupação de terras etc. Por outro lado há um movimento que pensa e procura preencher essas lacunas. Segundo Yla Vasconcelos (2006), em seu texto “Direito Alternativo”²², o Movimento do Direito Alternativo (MDA) nasce de várias vertentes de pensamentos e de práticas de resistência no campo do Direito nos anos 60, na Itália. É um movimento teórico-prático cultivado por juristas progressistas, que acautelam a função política do Direito nas relações sociais, coligando uma interdependência entre as relações jurídicas e as relações econômicas. Este pensamento gira em torno de pensar transformação político-social através do Direito, deriva da inconformidade e resistência à ciência tecnicista do Direito onde se alega que em nome da justiça tem que ser realizada uma escolha filosófica, política e ética que se afasta de forma anacrônica da realidade histórica.

Ao pensarmos em Direito alternativo no Brasil vemos que temos um campo fértil para debates, uma vez que somos um país em desenvolvimento e ainda temos larga banda de injustiça social e uma democracia em processo de construção. Marco Peixoto (2002), em “Direito: Um querer necessário e potencialmente insurgente?”²³, descreve que no mundo moderno há uma crise do Direito dogmático, a paralisação e ineficácia transforma em irrealdade a pretensão do monopólio das normas estatais pelo Estado. Isso pode ser percebido quando vemos

²² Fonte: http://pensarnovodireito.blogspot.com/2006/12/direito-alternativo_06.html Acesso: 11 de março de 2009. Publicado: 06 de dezembro de 2006.

²³ Fonte: <http://jusvi.com/artigos/123> Acesso: 11 de março de 2009. Publicado em 30 de dezembro de 2002.

parte da população marginalizada, sem algum acesso ao Direito e que procuram suprir seus conflitos criando um Direito para além do Estado, um Direito alternativo.

Faz-se necessária abertura dos meios de comunicação, de forma que atendam as multiplicidades e singularidades, construindo de fato uma democracia no campo da comunicação. No entanto, enquanto esta ficar monopolizada nas mãos de poucos, o direito a comunicação continuará longe de ser alcançado. O Congresso Brasileiro mostra em seu histórico que é composto por representantes das grandes emissoras, logo, fica difícil aprovar algo que seja contra os interesses dessas representações.

3.2 Livre, pirata e comunitária: o direito de comunicar

Mesmo nossa sociedade vivenciando um sistema democrático, sabemos que ela difere de outras sociedades também democráticas. Sendo a democracia um movimento que é meio e fim ao mesmo tempo, fazem-se necessários procedimentos democráticos que visem assegurar as decisões públicas. No entanto, o que percebemos é que os movimentos democratizantes relacionados à comunicação estão longe de atender às necessidades que a sociedade contemporânea demanda. Uma sociedade pode democratizar-se mais, atendendo aos processos metamórficos por que passa. É neste plano de novas ações democráticas que comunguem com novos direitos para os cidadãos que buscaremos entender o movimento pela democratização do rádio.

Não buscamos refletir o conceito restrito de rádio livre, pirata e comunitária, mas sim como estas se localizam na esfera de resistência aos modelos conservadores de comunicação e seu valor na construção da subjetividade coletiva, até porque durante a pesquisa ficou notório que os próprios personagens envolvidos com comunicação alternativa percebem de forma diferenciada estes conceitos de rádio.

Todos que estão inseridos na luta pela democratização da comunicação, estão envolvidos de alguma forma no movimento de ações com perspectivas de transformações sociais. Comunicação é poder, logo, este poder ainda está restrito a grupos econômicos e políticos que dominam os veículos de comunicação, mas a

resistência aos modelos de comunicação impostos por estes grupos vem sofrendo processos metamórficos. A luta e a experimentação de modelos alternativos de comunicação, que fujam da ditadura estética usada por grandes emissoras de televisão e rádio refletem na programação destas emissoras, fazendo com que adotem novos modelos de interação e interatividade com o público.

Rádio livre foi desde o princípio representação de resistência ao projeto neoliberal que dita a comunicação, a cultura e a política. O pensamento sobre rádio livre começou na Itália. Pensadores e ativistas como Félix Guattari e Franco Berardi refletiram rádio como uma forma de busca da autonomia. O cenário na Itália quando a Rádio Alice (Bolonha – final da década de 70) foi lançada era de grandes entraves políticos, manifestações explodindo em vários locais e a Rádio Alice dava abertura para que qualquer um que quisesse colaborar entrasse no programa. A Rádio Alice era liberdade de expressão de forma dinâmica, onde as faixas de onda eram consideradas propriedade coletiva. Guattari e Berardi observavam a Rádio Alice como veículo de comunicação, arte e político no movimento e do movimento.

Berardi, no texto *Tecnomadismo y pensamiento rizomático*,²⁴ (critica firmemente o panfleto intitulado *The Holy Fools* (Os santos tolos), de Richard Barbrook, devido à ridicularização que o autor faz ao pensamento rizomático, em particular aos precursores deste pensamento (Deleuze e Guattari). Berardi retoma pensamentos relevantes que nos fazem compreender a importância da Rádio Alice e lembra as previsões de Guattari quanto às perspectivas para uma civilização pós-midiática.

En los años sesenta, Guattari se sintió profundamente preocupado por el modo como las radios libres abrían la posibilidad de una autoorganización política, social y cultural. Esta experiencia de las radios libres (en particular de Radio Alice, que desde el principio expresa la conciencia que ella tenía del potencial innovador de un medio rizomático en su interacción continua con sus auditores) era portadora de un principio de autoorganización tecno-comunicacional que anticipaba la explosión de la era de la red telemática. Más tarde, influenciado por la experiencia del minitel, el primer ejemplo de una red telemática europea, y que se desarrollaba en Francia a comienzos de los años ochenta, Guattari empieza a hablar del horizonte de una civilización pos-mediática, en la cual el flujo de la información no estaría ya controlado por un cuerpo gobernante que transmitiera la información hacia abajo, a un público pasivo, sino que constituiría una red densa de intercambios rizomáticos que circularían de manera horizontal (ANO p.02).

Guattari percebia, já naquela época, o rádio como um fluxo de comunicação, onde deveria ser privilegiada a troca de informações e onde a comunicação não deveria ser controlada por um órgão.

²⁴ V. <http://biblioweb.sindominio.net/telematica/tecnomadismo.html>

A Rádio Alice foi à primeira experiência de desterritorialização no sistema de tecnologias da comunicação, um verdadeiro ataque ao sistema centralizado de comunicação e por isso foi tão perseguida, sendo fechada e seus organizadores foram condenados. Aqui no Brasil, a perseguição aos que ansiavam pelo direito a voz também teve consequências, como veremos no decorrer deste texto.

Nos anos 80 no Brasil, a rádio livre acontecia por iniciativa individual. Era uma luta travada por jovens pelo direito a voz. O grande problema era que quase ninguém ouvia rádios livres, pois elas não estavam instaladas em locais fixos, a troca de locais também era uma estratégia para não sofrer com as incursões da polícia. Uma das questões que também dificultavam o compromisso com os ouvintes era que um dia elas funcionavam e no outro não. Não havia um compromisso de estar no ar com uma programação contínua por falta de material humano, de recursos etc.

Nossa rádio já tem uns 10 pra 12 anos. Só que ela ficou muito tempo parada por falta de verba pra poder dar seguimento, porque manutenção sempre tem que ter. Tinha pessoas, os projetos dentro da comunidade e na época se juntaram para dar uma força pra rádio, depois todo mundo foi se afastando. O que contribuiu para rádio ficar muito tempo parada. Ficava 3 meses funcionando e depois parava, ficava 4 meses, depois parava. Ficou até 1 ano sem funcionar, então no total de funcionamento nós temos 10 anos e meio (Nelson Pinto – produtor de rádio).

No eixo Rio de Janeiro – São Paulo o processo pegou corpo e as rádios livres passaram a ser uma ameaça para o Estado, e logo, a repressão começou a perseguir as rádios. Quando descobertas, eram lacradas, seus equipamentos apreendidos e seus dirigentes eram processados criminalmente, acusados de desobediência ao código civil brasileiro. O século é outro, mas as medidas autoritárias continuam as mesmas visando silenciar os que prezam o direito a voz, os que tentam construir um discurso social onde o direito a comunicação não fique atrelado à estrutura do poder constituído através de leis caducas.

Grande parte das rádios livres ficava nas mãos de poucos. Era uma ferramenta importante que poderia contribuir nas questões comunitárias de uma localidade e nas questões políticas para uma comunicação popular e para liberdade de expressão.

Sempre falo que nós tivemos um grande momento na comunicação popular através das rádios de poste, rádios de alto-falante, rádios cipó, conhecidas por esse nome no norte e nordeste e as rádios livres que vieram depois disso. Com este processo nós tivemos notificações que mesmo na época da ditadura militar tivemos experiências de rádios livres, pessoas fazendo de forma a contrapor a censura que havia na época. A rádio comunitária é fruto da evolução da comunicação popular (Tião Santos – coordenador do Viva Rio).

Podemos perceber na fala de Tião que o movimento de rádios comunitárias tem raízes fincadas num histórico de luta de rádios com pouca estrutura, mas sempre ligado a liberdade de comunicar, de luta pelo direito a voz.

Se a política estatal instituiu como ilegal toda rádio que está fora do controle do governo e taxa as mesmas de piratas, outra parte desta demanda fica nas entrelinhas não contadas pela história de cada rádio. Atrás deste (pré) conceito de pirata há uma luta pela livre circulação de cultura, comunicação e informação de grupos periféricos.

O histórico do termo de “rádios piratas” vem do final da década de 50, quando as emissoras britânicas transmitiam suas programações de barcos, fora dos limites territoriais, não tendo documentação que autorizasse este tipo de transmissão.

O termo “rádio pirata” era bem aceito aqui no Brasil pelo movimento das rádios livres, mesmo as rádios que não tinham fins lucrativos eram chamadas de piratas. No entanto, com o tempo o termo foi tomando forma pejorativa, a grande mídia começou a massacrar as rádios que não tinham autorização como piratas, ilegais; sendo assim, o movimento começou a reivindicar um nome que diferenciasse as transmissões ilegais sem fins lucrativos, das transmissões ilegais comerciais.

A expressão: “Piratas são eles, nós não estamos atrás do ouro” foi lançada no Brasil pelo livro *Rádios Livres, a reforma agrária no ar*, de Arlindo Machado, Caio Magri e Marcelo Masagão em meados dos anos 80. Nele os autores que vivenciaram experiências com rádios (Xilik) e Tv's (TV Cubo) livres, contam a história do movimento europeu e brasileiro (ANDRIOTTI, 2004, p. 13).

O movimento de rádios livres utilizou o termo “rádio pirata”, para designar as rádios comerciais que não estavam com a outorga da autorização. Ainda hoje, os personagens do serviço de radiodifusão comunitária que estão inseridos na luta política em prol das rádios comunitárias usam o termo “rádio pirata” para falar de rádios comerciais que estão com o prazo de concessão vencido e para rádios que se intitulam comunitárias, mas que estão nas mãos de políticos ou de igrejas.

Com a criação da Associação das Rádios Livres (Ar Livre), as rádios acreditaram que a repressão não continuaria tão violenta, porém mesmo no período transitório que instituiu o serviço de radiodifusão comunitária elas ocorreram como ocorrem até hoje. Linhas de fuga aconteceram diante da repressão. Podemos citar o exemplo da Rádio Livre Estação da Luz, que funcionava em 1986, em Salvador,

A Estação Luz, FM, 5 watts de potência, instalada na sede do Diretório Central dos Estudantes, na Universidade Federal da Bahia, ameaçada de repressão, teve seus dirigentes submetidos a processo criminal, sob acusação de desobediência civil, mas a interveniência do reitor Germano Tabacoff para saída política, na forma de legalização desta como educativa, permitiu que ela continuasse no ar por longo tempo. Os estudantes, é lógico, recusaram a legalização. Surge, então, ainda nos anos 80, o Coletivo de Rádios Livres da UNE que estimulou a criação das rádios livres nas universidades, transformando-as em expressões de um movimento nacional pela democratização das ondas do rádio (DE OLIVEIRA, 1998, p. 39).

Radialistas, estudantes, profissionais da área de comunicação e outros se uniram no período da Constituição para que a Carta de 88 pudesse ter princípios mais democráticos no que tange a comunicação e a cultura em nosso país. Em 90, houve a criação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. Tudo isso marca a história de luta pela democratização da comunicação em nosso país e vai fazer coro para em 98 ser instituída a Lei N° 9612/98 para radiodifusão comunitária.

O serviço de radiodifusão comunitária tem natureza pública, mas diferente, por exemplo, da rádio MEC que é uma fundação mantida e subordinada ao governo; a rádio comunitária é restrita e tem que ser mantida e gerida pela comunidade. Uma das formas de conseguir verba numa rádio comunitária é através de apoio cultural, que na verdade como pudemos perceber vem através da cobrança por comerciais e de horário de programação.

Trazer recursos para a rádio é complicado, a gente consegue um comercialzinho aqui outro ali, mais é complicado. Os programadores também ajudam de alguma forma, tem o seu horário, o seu patrocínio, traz propaganda para rádio e isso ajuda (Nelson Pinto – produtor de rádio).

Cada rádio tem suas singularidades, mas quando falamos do começo de cada rádio comunitária, de sua história, notamos que o coletivo tem muita influência na criação e manutenção da rádio, na ajuda que vem através de doações de equipamentos e até de dinheiro.

A verba vinha dos patrocínios locais do comércio local e basicamente de doações. Quando criamos o Rádio Clube de Queimados a idéia foi criar o rádio que não pertence a ninguém, que fizesse parte da sociedade. Até hoje a Rádio Aparecida é uma rádio clube, as pessoas contribuem financeiramente para que ela continue no ar. A idéia era que a rádio fosse literalmente da comunidade até nesse aspecto. Ou seja, o sócio da rádio era quem mantinha a rádio no ar. Havia uma quantia por mês que o sócio pagava. Chegamos a ter mais de 800 sócios. Nós criamos num dado momento o sócio-especial, o cara ganhava uma espécie de cartão de crédito – nós tínhamos no comércio inúmeros parceiros – quem era sócio-especial da rádio ganhava um desconto nos estabelecimentos comerciais, de 10, 15 e até 20% nos estabelecimentos da cidade, esse sócio contribuía com R\$ 5,00 e o sócio comum

pagava R\$ 2,00. Daí vinha o nosso recurso (Tião Santos – coordenador do Viva Rio).

Na fala de Tião há preocupação da rádio não ficar nas mãos de alguns membros e do caráter participativo da comunidade. Tal prática deu certo devido aos pequenos comerciantes que investiram nesse aparelho de comunicação favorecendo não só a si mesmos, mas também a comunidade como salienta Tião Santos.

O movimento de rádio livre deu origem à rádio comunitária, só que o segmento viu numa Legislação para rádios comunitária a saída para a legalização das rádios funcionando conforme as normas. Mesmo não atendendo as necessidades do movimento foi uma conquista, tendo em vista que antes eram marginalizadas e hoje minimamente são amparadas por uma lei. Muitas rádios que eram livres, educativas, partidárias, sindicais, musicais, religiosas e outras se utilizaram da legislação e se enquadraram aos requisitos para conseguirem concessão como rádios comunitárias.

Em 1983, no Canadá, foi criada a AMARC (Associação Mundial de Rádios Comunitárias), uma resposta aos debates sobre a nova ordem da informação. Fazia um intercâmbio de informações, textos, boletins etc. com emissoras de todo o mundo. Aqui no Brasil, o movimento não tinha ainda uma distinção do que era o gênero rádio livre e o gênero rádio comunitária.

Rádio livre significa que ela não está intimamente ligada a um compromisso com uma comunidade específica, mas não deixa de ter um cunho social. Sua luta pela liberdade de expressão se configura nos moldes defendidos por Guattari de que não está submetida a nenhum órgão regulador, seu compromisso é com a comunicação livre, independente, com a quebra do monopólio das comunicações para que haja diversificação na comunicação.

A rádio comunitária (rádio sem fins lucrativos, com programações diversas, de compromisso social, que atenda a comunidade etc.), é fruto desta luta. Mas dentro deste marco temos de tudo, inclusive rádios comunitárias que são de fachada. Por isso concluímos que uma rádio para ser comunitária não precisa ter autorização, tampouco atender todos os requisitos estabelecidos pela Lei 9612/98. Ela deve ter compromisso de comunicar e informar com veracidade e oferecer caminhos para a cidadania.

Durante as décadas que se seguiram após as primeiras rádios piratas (Inglaterra – década de 50), várias características foram sendo incorporadas. O termo rádio pirata que primeiro foi atribuído ao fato das transmissões serem feitas de dentro de um barco metamorfoseou-se para designar algo ilegal, roubo, apropriação indevida etc. Erroneamente, ainda há pessoas que chamam uma rádio sem autorização de pirata, mas compartilhamos da idéia de que esse termo deva ser destinado às rádios comerciais que não estão com suas concessões em dia.

O fato é que a legislação para o serviço de radiodifusão comunitária precisa de mudanças na questão do limite de alcance, em relação ao patrocínio e outros, porém um dos pontos de grande relevância são os tramites para legalizar uma rádio.

Grande parte destas rádios dá apoio a políticas públicas, sendo responsáveis por passar informação referente à saúde pública, direito do consumidor dentre outras, sendo muitas vezes o interlocutor do governo em áreas de risco. O mais intrigante é que o governo se utiliza destas rádios e depois as trata na esfera da criminalidade.

O que é o direito de liberdade de expressão? O que é o direito de informar e comunicar? Diante do quadro fechado dos meios de comunicação no Brasil e das políticas, melhor dizer, falta de políticas que proporcionem o funcionamento das rádios comunitárias e outros meios de comunicação, o que resta é uma luta ativa por mídias alternativas independentes, utilizando linhas de fuga, buscando unir, juntar, compartilhar, colaborar, cooperar com outros espaços promovendo parcerias.

3.3 Recriando a legalidade: a necessidade proporciona ruídos na ordem estabelecida pelo Estado

As rádios comunitárias têm tomando corpo ocupando os espaços nas periferias, sendo reconhecida nas comunidades onde estão inseridas. No entanto, após 10 anos da Lei 9612/98, ainda há muito impasses em relação à outorga da autorização, ao limite de alcance, convergência para tecnologia digital e tantos outros, unido a isto, cresce a repressão sobre as rádios sem autorização.

A crescente expansão das rádios comunitárias, não tem sido acompanhada, por uma reflexão mais profunda e sistematizada a respeito da Legislação para o serviço de radiodifusão e a burocracia para a regularização junto ao órgão competente. As incursões realizadas pela Polícia Federal e por agentes da Anatel também são ilegais uma vez que na maioria dos casos recolhem os equipamentos das rádios, quando o Decreto 2615/98 que regulamenta as penalidades para infração da Lei 9612/98 não prescreve apreensão de equipamentos nas intervenções policiais. Não cabe expropriar os bens antes de um processo legal. Rádio comunitária não deve ser vista como uma questão criminosa, pois crime é o que está inscrito em lei e a sociedade condena. Temos um misto de leis, emendas e uma Constituição que defende o direito de livre expressão, assim como temos um campo de debate para se repensar a Lei em vista a convergência e nova demanda da sociedade. Quando os policiais federais invadem as rádios comunitárias, algumas vezes sem mandato judicial e com uma incursão nos mesmos moldes de busca de traficantes de drogas, expõe-se o exagero de força e a má interpretação de uma legislação que já nasceu atrasada. A Lei não está clara e não atende satisfatoriamente aos interesses dos grupos envolvidos, logo é preciso mover o pensamento para outro campo de debate que não seja o da criminalidade.

Dioclésio Luz, integrante da Comissão de Liberdade de Expressão do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, denuncia que no Governo atual houve grande repressão às rádios comunitárias. Segundo ele, “em dois anos, mais de sete mil rádios foram fechadas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e pela Polícia Federal.”²⁵. Ele relata que depois de uma ação truculenta na Rádio Tupi (Teresina – PI), a encarregada pela rádio, Maria da Conceição, veio a falecer por colapso, ao presenciar a ação violenta de policiais federais e dos agentes da Anatel.

Um fato ocorrido após a festa de inauguração da Rádio Comunitária Novos Rumos em sua nova instalação; nos faz questionar a questão da concorrência com rádios comerciais, pois a Rádio estava fazendo muito sucesso e tendo visibilidade junto a população de Queimados.

²⁵In: “Governo pode simplificar concessão de rádio comunitária”. Fonte: <http://www.direito2.com.br/acam/2005/dez/1/governo-pode-simplificar-concessao-de-radio-comunitaria> Acesso: 12 de março de 2009. Publicado: 01 de dezembro de 2001.

Fizemos uma festa para inaugurar esta rádio no dia 15 de maio logo depois da assembléia de divulgação. Nós colocamos mais de duas mil pessoas num clube de cidade com tudo doado pela comunidade, desde a participação a colaboração. A comunidade abraçou a rádio, entendeu que era dela. Uma semana depois eu estava em Friburgo fazendo um trabalho pelo sindicato dos radialistas e recebi um telefonema dizendo que a Federal foi na rádio, voltei correndo para Queimados e o quadro que eu assisti na rádio era o relógio pendurado e mais nada, absolutamente nada. Levaram tudo que nós tínhamos cd, equipamentos e boa parte dos equipamentos eram emprestados. Naquela época em emprestei um 3 em 1, a polícia federal levou tudo. A partir daí nós estendemos que o buraco era muito mais em baixo. Naquela época tínhamos a UDR (União Democrática Ruralista), fazendo grandes campanhas contra a reforma agrária, mas mesmo assim, provavelmente, a comunicação foi quem teve mais *lobby*²⁶ na Constituição de 88 (Tião Santos – coordenador do Viva Rio).

Depois desta incursão da Polícia Federal a direção da Rádio percebeu que não ia ser tarefa fácil esta luta por um meio de comunicação democrático através de uma rádio comunitária. O fechamento da rádio virou notícia nacional, o movimento fez várias manifestações, dentre elas o recolhimento de 10 mil assinaturas a favor da rádio, que foi encaminhado ao então Secretário de Comunicação Noel Roubert (1991). O próprio secretário deu a idéia de um projeto piloto e com isso veio à proposta de uma Legislação para serviço de radiodifusão comunitária e toda uma luta pela regularização de rádios comunitárias no Brasil que dura até os dias de hoje.

Citaremos o exemplo da Rádio Comunitária Bicuda, por também se encaixar neste quadro. A Rádio Comunitária Bicuda, situada na Zona da Leopoldina (Rio de Janeiro), tinha um conjunto de entidades participando dela, associações que nem mesmo eram da comunidade, movimentos sindicais, movimentos de causas ambientais e tantos outros. Sua articulação com esses grupos ultrapassava a questão da comunicação. A Rádio não favorecia somente aos interesses da comunidade. Sua grade de programação era bem mista e sua gestão tinha entidades variadas, desde o sindicato dos professores ao sindicato dos profissionais da saúde, o que definiria seu perfil mais como rádio pública do que rádio comunitária. Seu papel era de relevância local e ao mesmo tempo global, uma vez que o que se debatia ali também dizia respeito à outros locais. Ela teve apoio do governo para realização de vários projetos, inclusive recebendo matérias de saúde para divulgação junto a comunidade e mesmo assim ela foi fechada pela polícia federal.

²⁶ Lobby pode ser definido como toda a ação que, por meios lícitos, inclusive os de comunicação, destina-se a influenciar tomadores de decisão ou formadores de opinião em busca de atender aos interesses de determinado grupo ou causa.
http://www.nosdacomunicacao.com.br/panorama_interna.asp?panorama=93&tipo=R. Acesso 20/11/2008.

A experiência da Bicuda nos mostra que uma rádio comunitária não precisa necessariamente atender apenas a comunidade em que está inserida, até porque os problemas e as soluções podem e devem ser compartilhados. Em fevereiro de 2009, atacaram a Rádio Muda (Campinas –SP), rádio livre que funcionava há mais de 20 anos na Universidade de Campinas. Levaram os equipamentos e lacraram o local de funcionamento da rádio. Como foi citado no decorrer deste trabalho, a Rádio Muda é uma rádio livre, não se encaixando na Legislação para o serviço de radiodifusão comunitário, mas é uma rádio sem fins comerciais, sem pretensão político-partidária, com trabalho junto a comunidade onde está inserida. Assim como a experiência da Rádio Bicuda, a Rádio Muda tinha sua legitimidade constituída pela comunidade em torno que a acolhia, onde os princípios de liberdade de expressão defendidos pela carta de 88 se fazem presentes.

O tabu em relação às rádios chamadas de ilegais também está ligado à falta de conhecimento não só do público em geral, mas de alguns sujeitos sociais que trabalham com rádio, e não conseguem identificar de forma clara as distintas apropriações das ondas eletromagnéticas, sua função e objetivo.

A política preconceituosa que se instalou no Brasil em relação as rádios ilegais, taxa como pirata qualquer rádio que não esteja nas normas da Lei 9612/98. Ao questionarmos nossos entrevistados sobre o termo rádio pirata, eles trazem outro pensamento sobre este conceito.

Uma rádio de baixa potência que usa o nome de comunitária e faz a mesma coisa que uma rádio comercial para mim ela é tão pirata quanto à rádio comercial que não tem nenhuma preocupação com a cidadania. Então é preciso separar uma coisa da outra. Rádio Comunitária não está pronta no Brasil, nós estamos experimentando formatos, linguagens e gestões. Rádio comunitária no Brasil está em processo. É muito recente, embora já tenha algum tempo (quase 20 anos), ainda é muito recente no Brasil. Existe um processo de construção de identidade de rádio comunitária no Brasil. Tem umas bem consolidadas outras em processo. Acho que não dá para dizer essa aqui é comunitária e essa aqui não é. (Tião Santos – coordenador do Viva Rio).

Segundo Tião Santos, o movimento debateu com o então Ministro Sérgio Motta (1995), que não adiantava fazer uma lei que ninguém cumprisse, era preciso que houvesse uma lei que minimamente desse vazão para existência das rádios, do contrário seria uma lei morta.

O delegado da Polícia Federal de São Paulo, Armando Coelho Neto, autor do livro *Rádio Comunitária Não é Crime*, em entrevista²⁷ ao Rets (Revista do Terceiro Setor) atenta que a frequência de rádio é pública, porém o Estado dá a concessão para algumas e depois chama a polícia para fiscalizar. Segundo ele, é preciso flexibilizar o tratamento absurdo dado às rádios comunitárias. O delegado lembra que se gasta fortunas para o fechamento de rádios comunitárias e que o tratamento dados as pessoas que fazem rádio é igual ao de traficantes, em alguns casos chegam a usar helicóptero e armamento pesado como metralhadora. Quando indagado sobre o que é ilegal nas rádios comunitárias ele é enfático em dizer:

Não vejo ilegalidade alguma. A questão é do ponto de vista administrativo. Vejo ilegalidade por parte do poder público, que viola residências, expropria bens adquiridos honestamente e estipula fianças acima das posses. O criminoso é o Estado. Um fator que não é ofensivo e não atinge a sociedade não é ilegal. Já ouvi casos de policial que entra com vários papéis para o programador assinar e no meio há declaração de autorização de entrada da polícia no recinto. Isso é imoral, uma coação.

Quando pensamos na questão do legal e do ilegal para rádios comunitárias esbarramos na importância deste veículo de convívio social, de comunicação e informação. O governo não deixaria tal questão passar despercebida, sabe da acuidade e do reconhecimento das rádios comunitárias dentro das favelas. Por conta disto, toda vez que se tem necessidade de dialogar com as pessoas que residem nestas áreas periféricas o governo faz parcerias com essas rádios.

Como foi citado no começo deste trabalho, campanhas preventivas sobre Aids, dengue, DST, esclarecimentos jurídico e outros acontecem em alguns casos com parceiras das rádios com o governo, há ocorrência, mesmo a rádio não sendo legalizada/autorizada, de haver parcerias com o governo.

Todo material fornecido, assim como a capacitação dos próprios moradores que fazem o papel de propagadores das campanhas de saúde e bem estar social são realizadas muitas vezes junto com os próprios agentes do governo.

Um dos caminhos viáveis para que haja parceria e até manutenção das rádios é a sua legalização. Deve haver parcerias com políticas públicas, dos ministérios, dos programas que visam à inclusão, cidadania de uma forma geral, em relação ao

²⁷ Rádios Comunitárias: Nada de Ilegal.

Fonte: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/04/253625.shtml> Acesso 12 de março de 2009. Publicado em 24 de abril de 2003.

meio ambiente, a gênero e cultura. As rádios devem ser vistas não só como um meio de comunicação comunitária, mas também um local de arte, política, um espaço do comum.

Uma das experiências com intervenção do Ministério da Saúde financiou projetos em rádios populares e comunitárias antes mesmo de haver a legislação para rádios comunitárias. Como podemos perceber na fala de um dos nossos entrevistados.

O Ministério da Saúde já tinha experiência em financiar projetos em rádios alto-falantes no nordeste e em outros lugares. O ministério do meio ambiente já começa a trabalhar também, quer dizer, se a gente começar a fazer que as rádios sejam porta vozes da sociedade civil, que sejam a mídia da sociedade civil e que consigam ter projetos, isso vai qualificá-las. Para ter projetos com ministério passa por avaliação do produto, se não estiver bom você tem que refazer. Essa relação, essa prática é que vai qualificar o trabalho das rádios. Primeiro se elas tiverem legalidade e se elas organizadas investirem em projetos, em serem parceiras de políticas públicas na saúde, no meio ambiente, na questão da saúde. Por exemplo, o PRONACE (Programa Nacional de Crédito Educativo), programa do Governo Federal de justiça e cidadania, segurança pública e cidadania que vai provocar ações coercitivas e repressivas e até com outras ações de cidadania nos lugares mais conflituosos das metrópoles, tipo os complexos de favelas já tem uma parceria com rádios comunitárias através do Viva Rio. Essas parcerias podem ocorrer nos diversos setores. Então elas podem até estar arrumando parcerias também com o terceiro setor e com ONGs (Wallace Hermann Jr. – produtor de rádio).

Em Guaribas (Piauí), lugar mais pobre do Brasil, onde foi lançado o Programa Fome Zero no Governo do presidente Lula, realizaram uma pesquisa na comunidade para saber as necessidades da comunidade e as respostas foram: água, comida, moradia e também uma rádio comunitária. Com o apoio de FURNAS, Tião Santos junto com Frei Beto montaram a rádio, pois tinham outorga da autorização de colaborar para fazer projetos em cada lugar em que fosse implantado o Programa Fome Zero com as rádios comunitárias autorizadas ou autorizar as que já existissem.

A rádio foi montada com aparatos tecnológicos, como um computador ligado a *internet* via satélite; a comunidade participou de forma ativa desde a construção da torre ao estúdio. A BBC de Londres e outras emissoras do mundo noticiaram a rádio comunitária de Guaribas, a rádio virou notícia.

Começou a aparecer na imprensa internacional. Depois dessa divulgação, o responsável por FURNAS que foi o responsável por conseguir o material todo para construção da rádio falou: “Tião, a imprensa do mundo todo está falando da rádio e não aparece uma placa mostrando o apoio de FURNAS.” E eu falei: é mesmo, vamos colocar uma placa de FURNAS (Tião Santos – coordenador do Viva Rio).

A placa de apoio de FURNAS foi colocada, nada mais justo que reconhecer o apoio daqueles que contribuíram com o financiamento dos equipamentos para a construção da rádio. Em meio às notícias divulgadas na imprensa do país, saiu uma nota na Folha de São Paulo dizendo que o Governo estava usando dinheiro público em rádio pirata. Depois da notícia FURNAS pediu que tirassem a placa. Naquela época o Ministro era o Miro Teixeira, e ele disse diante da imprensa que Guaribas tinha essa necessidade. Com isso, FURNAS pediu para que colocassem a placa de apoio novamente. A contradição ocorre no próprio governo, onde os próprios membros não sabem que direção dar quando o assunto é serviço de radiodifusão comunitária.

Em 10 de dezembro de 2008, foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara o projeto de lei que anistia os operadores de rádios comunitárias²⁸ não outorgadas que funcionam em desacordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei 4117/62). Na avaliação do deputado Walter Pinheiro (PT-BA), em seu relatório diz que a Lei 9612/98, foi incapaz de trazer para legalidade todas as emissoras que desejavam prestar serviço de radiodifusão comunitária. Para ele, as rádios comunitárias verdadeiras, mesmo operando sem outorga, não representam ameaça as rádios comerciais, a população ou ao sistema de tráfego aéreo do nosso país.

Esse Projeto de Lei vai seguir para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, e depois vai para Plenário da Câmara, se for aprovado nestas instâncias ficarão extintos os inquéritos, os processos penais instaurados pelo Poder Público contra os operadores de rádios comunitárias que cometeram a infração da Lei 4117/62. Tal medida se faz necessária, pois os operadores de rádio só agem na “ilegalidade” devido a burocracia para conseguir a concessão e a demora do processo junto ao Ministério das Comunicações para conceder as outorgas.

Devido a não se ter uma estimativa mínima do prazo final do processo, muitas rádios continuam realizando seu trabalho mesmo sabendo que a polícia federal pode fechar a rádio, outras preferem aguardar o fim do processo, o que implica estar fechada sem prazo para retomar as atividades. Fica difícil saber quantas fazem isso, uma vez que a maioria já funcionava antes de entrar com o processo. É quase uma regra a forma com que elas são criadas, um grupo se reúne, pede apoio à

²⁸ <http://www2.camara.gov.br/comissoes/cctci/noticias/cctci-aprova-anistia-para-radios-comunitarias-sem>
Publicado 10/12/2008 Acesso: 16 de dezembro de 2008.

comunidade, se instala e depois de um tempo abre processo ou não junto ao Ministério das Comunicações.

4 PENSANDO O FUTURO DO SERVIÇO DE RÁDIOCOMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA

4.1 Novas tecnologias, problemas antigos e constituição do comum

O mundo globalizado tem como uma de suas características o crescimento de novas tecnologias, dentre estas destacamos as tecnologias de informação e comunicação (TICs). Sem elas a economia mundial, assim como, a expansão cultural não teria chegado ao estado de desenvolvimento em que estamos hoje. Os meios de comunicação de massa, assim como a *internet* tem tido papel fundamental neste processo, em que o tempo e o espaço tomaram outra dimensão.

As transformações culturais que estamos vivenciando nas últimas duas décadas implicam numa outra forma de produção, num outro desenho de estruturação dos vínculos sociais. Se hoje a vida não segue o tempo e o espaço regulados pela jornada de trabalho aos moldes fabris, está coordenada e regulada por um fluxo contínuo biopolítico²⁹. Diante deste quadro, o serviço de radiodifusão tem um papel importante para fazer circular informações.

O serviço de radiodifusão comunitária já nasce como linha de fuga, uma vez que nasce da necessidade de se fazer fugir do monopólio dos veículos de comunicação de massa.

As TICs têm facilitado a inserção das rádios dentro do ciberespaço oferecendo mais visibilidade e ferramentas para que rádios não legalizadas funcionem. Pois as que não têm autorização ou que estão aguardando o término do processo junto ao MinC podem continuar seu funcionamento, prestando serviço a comunidade através da *internet*.

A veiculação de uma rádio comunitária na *internet* deveria ser encarada como um meio mais denso, que não se restrinja a localidade, uma forma de instigar os ouvintes locais a usar essa tecnologia e também criar redes com outras rádios, outros grupos, fazendo a rádio virar um ponto de encontro social no ciberespaço, um

²⁹ Segundo Negri (2006), "Biopolítico porque isso implica efetivamente a vida, implica formas de vida, uma que é consequência das outras ligadas umas às outras, porque a estrutura social e política entram como elemento fundamental na vida de cada pessoa, de cada homem. Porque não é mais possível distinguir como se fazia na velha tradição marxista, o valor de uso do valor de troca. Porque estamos totalmente dentro da capitalização e por tanto da exploração da vida."

local de convívio e produção cooperativa que vise à arte, a cultura, a comunicação social, debate e interferência política.

Apesar de muitos autores apontarem que a *internet* não é uma realidade para as pessoas de baixa renda no nosso país, podemos perceber a ascensão do fenômeno *lan house* em periferias como uma forma singular de se apropriar deste aparato tecnológico que estava restrito às pessoas com maior poder aquisitivo. Já temos um número maior de *lan house* do que de livrarias e cinemas. Uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas de 2008 mostrava que havia cerca de 90 mil *lan houses* no país. No Rio de Janeiro há 100 na Favela da Rocinha, 30 na Cidade de Deus e 150 no Complexo de favelas da Maré. Temos no Brasil 2,6 mil livrarias e cerca de 2,3 mil salas de cinema³⁰. Ao que tudo indica a população está ficando cada vez mais conectada.

Não é por acaso que o crescimento da *lan* se propagou com maior intensidade em áreas periféricas. Presenciamos o fenômeno em várias periferias. Um bom exemplo é o do conjunto habitacional de Campo Belo (Nova Iguaçu), onde militantes do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) residem nas “casinhas do governo”³¹. Percebemos que não havia nem padaria próxima das residências, a escola também era bem distante, áreas de lazer nas próprias ruas em meio a esgoto transbordando no asfalto quente. Nestas condições de estrutura precária fomos surpreendidos no momento de trocar contatos, uma garotada (entre 10 e 14 anos de idade), fornecendo seus *e-mails* e *profile* em *sites* de relacionamento. Foi interessante e provocador ver uma *lan house* dentro do conjunto habitacional onde a garotada estava começando a criar *e-mails* e mexer em *sites* de relacionamento como o *Orkut*. Antes a realidade era só de jogos interativos, mas a criação de *profile* em *sites* de relacionamento como o *Orkut*, *Sonico*, *MySpace*, *Hi5*, *Facebook* e *outros* abriram fendas para que a criançada comece a entrar em comunidades interativas e quem sabe passem de meros usuários de *internet* para habitantes do ciberespaço.

No Cantagalo tivemos a oportunidade de ver *lan house* com apenas 3 computadores, num espaço pequeno, construção de madeira (barraco) e com crianças do lado de fora esperando a vez de entrarem. Não podemos descartar que

³⁰ Fonte: <http://www.boadica.com.br/noticia/18742/lan-house-setor-em-constante-ascensao> Acesso 12 de março de 2009. Publicado: 28 de janeiro de 2009.

³¹ Os próprios moradores chamam o conjunto habitacional de “casinha do governo”, falam de forma irônica para configurar as construções que foram feitas as pressas e sem nenhum acabamento.

tal fenômeno ajuda na mudança de pensamento em relação a população mais humilde não ter acesso a *internet*. Mesmo que ainda não sejam habitantes completos do ciberespaço, já utilizam algumas ferramentas da rede. Claro que estão longe da realidade que desejamos. No entanto, iniciativas de projetos modelos com parcerias com *lan houses* já existentes, estão sendo pensadas e implantadas.

Na prática, hoje as *lan houses* cumprem o papel de centros de inclusão digital. Em 2007, o acesso à internet a partir delas ultrapassou o acesso doméstico: 49% contra 40%, segundo o Comitê Gestor da Internet (CGI-br). Ainda segundo o Comitê Gestor, mais de 49% dos 17 mil brasileiros ouvidos no último censo sobre uso da grande rede no país tiveram seu primeiro contato com a internet em centros públicos de acesso como as *lan houses*. Esse número é ainda maior quando se mede o acesso por extratos sociais. As *lan houses* são usadas por 78% dos entrevistados que ganham até R\$ 380. A maioria, em busca de informações e serviços online. E não em jogos, como crê o senso comum (LUCA, 2009³²).

O professor Sérgio Amadeu, ressalta o caráter comercial da *lan house* como um entrave para a inclusão digital. Para áreas onde a predominância da população é das camadas D e E as pessoas tem o mínimo para sua sobrevivência, fica quase impossível pagar R\$ 1,00 ou R\$ 2,00 para acessar a *internet*.³³ As *lan houses* têm como possibilidade a inclusão digital, mas para tanto é preciso uma parceria com os poderes municipal, estadual e federal que somem com essas práticas e criem outras que contemplem a população. A criação de programas de inclusão digital com telecentros e *internet* banda larga gratuita para a população local, assim como, a utilização de *software* livre com cursos e oficinas de informática poderão colaborar para o acesso a essas tecnologias.

No Fórum Livre de Direito Autoral – o domínio do comum³⁴, que ocorreu em dezembro de 2008 na UFRJ, Claudio Prado do Laboratório Brasileiro de Cultura Digital, falou do projeto que o Laboratório irá implantar, o Conexão Digital. Trata-se de transformar *lan houses* em centros com oficinas de capacitação (cursos profissionalizantes), serviços governamentais, conteúdo escolar etc. em áreas periféricas, onde grande parte dos moradores tem baixa renda. As *lan houses* que

³² Cristina de Luca é integrante do Circuito Convergência Digital. Fonte do texto Regulamentação das *lan houses* pode dar novo impulso à inclusão digital. <http://www.cultura.gov.br/site/2009/01/26/regulamentacao-das-lan-houses-pode-dar-novo-impulso-a-inclusao-digital/> Publicado em 29 de janeiro de 2009. Acesso 18 de fevereiro de 2009.

³³ Sérgio Amadeu é sociólogo e doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, autor do livro Exclusão Digital: a miséria na era da informação Fonte: <http://info.abril.com.br/aberto/infonews/052007/15052007-1.shl> Acesso: 13 de março de 2009. Publicado: 15 de maio de 2007.

³⁴ O “Fórum Livre de Direito Autoral – O domínio do comum” foi organizado pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ) e Rede Universidade Nômade, em parceria com o Ministério da Cultura (MinC).

estiverem dentro deste projeto deixarão de ser mero comércio de conexão e serão transformadas em fornecedores de uma gama de serviços digitais nas comunidades. Foram selecionados para esse projeto-modelo (Conexão Digital) dois municípios: Santarém (Pará) e Nova Iguaçu (Rio de Janeiro).

Prado vê nesta iniciativa novos modelos de negócio e uma possível revisão da legislação no que tange ao direito autoral. Alega que o Estado não acompanha o ritmo das inovações tecnológicas. Para ele, modelos centralizados não fazem mais sentido na contemporaneidade. E por isso é preciso iniciativas como a do Laboratório, que incluam de forma significativa os moradores de áreas periféricas no mundo digital. Além do Conexão Digital o Governo também tem outros projetos que visam a inclusão digital, o Infovia-RJ (programa que almeja unir as redes governamental e acadêmica, interligando os municípios do estado em conexão banda larga); Maré Digital (é um projeto que oferece laboratório de informática com conexão em banda larga aos moradores do Complexo da Maré); Educação à Distância (é uma parceria do Governo do Estado, as universidades públicas e prefeituras municipais oferecendo cursos virtuais à distância em diversas áreas, realizado pelo Centro de Educação à Distância do Rio de Janeiro (CEDERJ)); Liberdade Digital (programa que visa dar cursos de informática e oficinas profissionalizantes aos jovens que estão em liberdade condicional e aos que estão cumprindo atividades sócio-educativas). Também há o Fala Cidadão (portal criado para que a população possa acessar diversos serviços de interesse público, dentre eles a Delegacia Virtual e o Procon online. Estes projetos colaboram para que a população tenha interesse e se envolva com as TICs.

O que está em debate nesta última década no que diz respeito à comunicação é como fazer mídia de forma acessível e o potencial que o receptor tem de ser também emissor. Isso tudo passa por uma legislação envelhecida que não acompanhou o avanço tecnológico e tampouco as novas práticas sociais em relação à produção e aquisição de material midiático. A livre circulação de bens culturais deve ser financiada pelo Estado. Não é através de grandes gravadoras e emissoras que haverá circulação dos bens culturais produzidos pela periferia.

Um programa da Rádio Maré, por exemplo, pode circular por toda Europa, Ásia ou outro canto do mundo se for veiculado na *internet*. Rádio comunitária é rádio resistência e a resistência se faz para além das favelas do Rio de Janeiro. Faz-se necessário tirar os limites territoriais do *dial*, romper as fronteiras de um espaço

periférico e ganhar o mundo. Pois como Negri (2006), expressou na conferência “A constituição do comum”³⁵, a comunidade não deve ser baseada, nem firmada no *gemeinschaft tief*, o velho conceito de comunidade profunda. Esta nega a democracia e a possibilidade de utopia. De cada terreno deve emergir sua capacidade prática de ação, mas nada impede que ela seja dividida, compartilhada ou somada com outros. As singularidades existem em relações. Essas relações aumentam a capacidade de mudanças que levam ao trabalho cooperativo.

O que estamos tentando dizer é que nas redes de comunicação da contemporaneidade não importa se a luta é dos Zapatistas, dos quilombolas brasileiros ou dos eleitores de Obama. Em qualquer uma delas o poder de informação e comunicação promovidas pelas TICs resvala em processos de cooperação; firma-se a globalização através das redes de luta.

O que a informação e comunicação do nosso tempo exige? *Links*. É preciso estar antenado, ligado horas no seu próprio espaço, horas em outros espaços. A construção de projetos de forma coletiva tem sido facilitada pelos meios virtuais. A criação de comunidades virtuais, onde grupos de debates são ligados através da interação no ciberespaço produz conhecimento, gerando um clima amistoso entre os participantes, podendo se estender para além da *internet*. Isso nos ajuda a pensar rádio comunitária numa outra perspectiva. Pois a rádio que está no ciberespaço já conseguiu romper a barreira da sua localidade e as próprias barreiras da Lei 9612/98 e conforme sua interatividade, pode ter outras forças agregando e se misturando a ela. Rádio comunitária sendo resistência, não tem por que ficar presa ao *dial*.

O que já está ocorrendo são convergências de tecnologias, mudanças de mídias. Os telefones celulares vão pegar todas as rádios e vai ter rádio na *Web*. Como você vai poder entrar através do celular na *internet*, vai poder entrar em rádios. Nós temos que ter uma preocupação cada vez maior de democratizar a banda larga; para cada vez mais atingir a um número maior de pessoas. Banda larga *Wi Fi*, destas sem cabo que você chega ao lugar e ela já pega a cobertura. Assim, nós teremos milhares de estações podendo ser ouvidas através dos celulares. Esse sistema vai fazer com que as rádios comunitárias, rádios livres, rádios *Web* possam estar trabalhando. Afinal como é que vão proibir de ouvir estas rádios na *Web*? Uma coisa que deve mexer é produzir para fone de ouvido. Pois os celulares serão isso. É provável que vamos trabalhar com uma qualidade de som melhor, poderemos trabalhar com outras dimensões do áudio não usados hoje em dia nos rádios. Outras possibilidades acústicas de rádio. A rádio na *Web* vai fazer com que a rádio comunitária seja ouvida no celular. Isso irá mudar muita coisa (Wallace Hermann Jr. – produtor de rádio).

³⁵ Fonte: <http://br.youtube.com/watch?v=rGrubIVxzOE> Postagem 26, fevereiro de 2006 Acesso: 29, novembro de 2008.

Hoje temos no mercado aparelhos celulares MP11 com tecnologia *quadriband*, *dual chip* simultâneo, com *mídia player* que permite ouvir som através do fone de ouvido e de auto-falante de altíssima qualidade. Acoplado a isso há câmeras digitais que capturam vídeos e fotos, rádio FM, televisão de canal aberto, com o suporte que grava a programação de televisão e rádio, além de gravar as próprias chamadas recebidas e realizadas. Acesso a *internet*, *e-book* que reconhece textos no formato TXT. Some a isso uma expansão de memória que pode atingir mais de 8 GB, mais conexão *Wi-Fi* e tantas outras possibilidades num só aparelho. A era *note book* parece está sendo ultrapassada pela era celular inteligente³⁶, onde é permitido pagar até a conta do táxi através do celular, assim como escolher o melhor caminho para trafegar pelo sistema GPS. Tal avanço tecnológico estaria acabando com a magia do rádio e seu espaço de convívio? Para nosso entrevistado Wallace Hermann Jr. tais avanços tecnológicos atuam como soma de forças.

Acho que não acaba com a magia do rádio, muito menos acaba com algumas dessas linguagens consagradas do rádio, como as de narração de partida de futebol; elas vão continuar existindo somando com outros dados que venham no visor. Talvez a gente possa fazer rádios que toquem música direto no visor do celular. Poderemos ter rádios ligadas a estilo de música, só de Jazz, só de Rock etc. Rádios do mundo inteiro vão pegar no celular. Imagine você vai estar sempre fazendo alguma coisa e ouvindo música, notícias etc., ou seja, a comunicação no rádio nunca vai desaparecer. Rádio é isso, é áudio. Mas acho que vai mudar muito. Isso leva anos, acredito que leve mais de 10 anos para que comecemos a ter acesso, para que ouvintes de rádios comunitárias e outros tenham acesso ao rádio digital, rádio *web* no celular.

Essa entrevista com Wallace foi realizada em março de 2008, no final de dezembro do corrente ano, pesquisávamos os celulares inteligentes que já davam vazão ao sonho de nosso entrevistado. Os mesmos estavam num valor muito alto, mas em fevereiro de 2009 estavam com o preço bem mais acessível. No Brasil esta realidade de celulares inteligentes ainda é restrita pelo valor dos aparelhos, pela tecnologia 3G ainda estar se consolidando etc., mas começa a tomar espaço.

O modelo de rádio digital que está sendo proposto para funcionar no Brasil é algo muito complexo. O Ministro das Comunicações, Hélio Costa, apoiava há mais de três anos a implementação do *In Band on Channel* (IBOC), criada pela empresa

³⁶ Celulares inteligentes são aqueles que conseguem unir funções de telefonia e computação, são chamados de *smartphones*, devem ter o maior número de utilidades num só aparelho, dando dinamismo e comodidade aos seus usuários. Exemplo de alguns dispositivos que podem ser encontrados em celulares inteligentes: funções de *Word*, *Excel*, sistema infravermelho que permite a troca de canais de TV; com kit para diabético, tendo dispositivo que informa taxa de glicose; com *scanner* de impressão digital, que serve de acesso para os dados pessoais do usuário; com sensor de movimento para jogos, eliminando o *joystick*; com sistema que serve como cartão de crédito, etc...

norte-americana *Ibiquity*, que favoreceria principalmente as grandes emissoras, como a Globo. É um sistema de custo elevado e que não daria oportunidade para que as rádios de periferia funcionassem. Talvez nem mesmo as pequenas rádios comerciais consigam se enquadrar no sistema IBOC pela questão do custo de equipamentos. O discurso de Hélio Costa mudou, pois segundo ele os testes realizados na cidade de São Paulo pela Universidade Mackenzie, concluíram em julho de 2008 que o sistema IBOC em ondas médias apresenta problemas de propagação, deixando maiores áreas de sombra do que no modelo analógico³⁷. O discurso do Ministro das Comunicações pode não ser uma estratégia política, mas foi incisivo na questão técnica abrindo o leque para novas opções de sistema de rádio digital.

Diante deste quadro o movimento pela democratização do rádio viu a esperança de abrir espaço para pensar o rádio digital na *internet*, onde a qualidade de som pode ser melhor, incorporando também dados, voz, interação e abrindo espaços para maior número de rádios.

Com a televisão digital está ocorrendo o mesmo problema. O próprio receptor que de início custaria em torno de R\$ 80,00 e que agora se fala em R\$ 600,00, está longe da realidade financeira de milhares de brasileiros. Hoje podemos comprar um rádio no camelô por R\$ 5,00. Com a vinda da rádio digital como ficará esta questão? Para Tião Santos o modelo de rádio digital no Brasil é um modelo em construção,

Acho que dada à questão da própria tipologia, não é só o futuro das rádios comunitárias que está em jogo. As pequenas comerciais também. O pessoal ficou meio assustado, pensando que a rádio comunitária iria parar de existir. Qualquer rádio de médio e pequeno porte no Brasil com a digitalização do rádio como está sendo pensado está fora. Primeiro porque é muito caro, segundo porque você teria que ter uma potência muito maior numa rádio de pequeno e médio porte para alcançar aquilo que alcança hoje. Há nesse aspecto certa aliança, entre aspas, entre os radiodifusores de pequeno porte, médio porte e rádios comunitárias, pois estão no mesmo saco, no mesmo cesto, no mesmo pacote. Não vai ter legislação que exclua as rádios comunitárias. Não creio que iremos ter uma tecnologia que exclua as rádios de médio porte assim como as comunitárias. Somos criativos e a tecnologia que hoje você acha que é um absurdo amanhã será banal. Veja o vídeo cassete, o DVD e tudo que surgiu nos últimos 10 anos. O mercado é muito inteligente, é um lugar que nunca vai deixar de criar algo para deixar de ganhar. O mercado cria coisa para ter mais consumidores. Acredito, que o mercado em hipótese alguma vai criar algo para deixar de ter consumidor. Segundo, nós, de rádios comunitárias, temos criatividade o suficiente para criarmos e sairmos das cinzas, do nada, da repressão, da ditadura para o que somos hoje. Certamente iremos encontrar um caminho tecnológico, que de qualquer forma nos atenda, nos dê suporte, nos permita continuar existindo com qualidade (Tião Santos – coordenador do Viva Rio).

³⁷ Fonte: <http://www.radiotube.org.br/icox.php?mdl=pagina&op=listar&usuario=22>. Postado em 13, janeiro de 2009 Acesso: 14, janeiro de 2009.

Uma das saídas que vem ocorrendo é à entrada do serviço de radiodifusão comunitária no ciberespaço. Cabe ressaltar que o uso desse novo campo de atuação contribui para ampliação do humano e de suas relações sociais. Seria mais um espaço agregador e não uma forma excludente. Talvez, a médio prazo a rádio comunitária se popularize de forma consistente no ciberespaço, não descartando a existência da radiodifusão no sinal aberto em FM.

A internet abre a possibilidade de atingir o mundo todo, coisa que o transmissor de 25 watts proposto na Legislação de Rádio Comunitária nos impede. Mas, acima de tudo, ela nos permite atingir outros espaços. Se nós tivéssemos a possibilidade de ter o acesso, seja no âmbito coletivo, seja no âmbito individual a essas tecnologias, sem duvida nenhuma o ciberespaço poderia ser um meio para rádio comunitária (Sandro Hilário – sociólogo).

A *internet* transformou-se num canal aberto onde há grande intensidade de circulação de informações e sua utilização como um mecanismo de produção e distribuição de material midiático alternativo se faz como contraponto aos modelos das grandes empresas de comunicação. O trabalho de uma rádio comunitária, por exemplo, é uma alternativa concreta de emancipação social e constituição efetiva de democracia. Apesar da rádio comunitária não ter uma preocupação com audiência como os meios de comunicação de massa convencionais, há uma relação mais próxima com as questões sociais. Por isso limitar a rádio comunitária é tolher seu poder de intervenção junto a outros coletivos.

Gomes (2005), em seu artigo “Internet e Participação Política em Sociedades Democráticas”, expõe que os debates sobre as novas mídias e democracia, evidenciam que meios e modos de comunicação são fundamentais para uma democracia de massa e uma vez que há baixo grau de participação civil, há, pouca democracia na comunicação de massa. Também aponta a *internet* como uma possível articuladora para resolver esse *déficit* democrático.

Ao pensarmos uma democracia capaz de satisfazer as necessidades de participação da população nos meios de comunicação, esbarramos com a realidade de que não há interesse em se dar meios ao cidadão comum para participar nos debates públicos. Uma das poucas formas de comunicação social que se configura na esfera local, é a rádio comunitária. O debate sobre esta abertura para a comunicação promovida pelas novas tecnologias expressa a necessidade da sociedade civil proferir suas demandas junto ao poder público. A *internet* como

campo de atuação política é ponto para intervir e propor mudanças de ordem pública,

Não há como negar que o advento da Web da internet, no início dos anos 90, trouxe consigo enormes expectativas no que respeita à renovação das possibilidades de participação democrática (GOMES, 2005, p. 64).

A *internet* é mais que um instrumento para coleta de dados, ou um mero canal de comunicação. A *internet* tem um alto poder deliberativo uma vez que cria redes que agregam, movimentam, compartilham, colaboram.

Fazer da *internet* um local de convívio e de produção cooperativa envolve a possibilidade de utilizar ferramentas como a linguagem HTML, Web 2.0, *Blog*, *Chat*, *Wiki*, hospedagem de *sites*, redirecionadores de URL, *stream* de áudio e vídeo e outros utilitários levando o habitante do ciberespaço a criar e publicar materiais que possam interferir no processo de subjetividade coletiva.

Nos encadeamentos do hipertexto, cada ator inscreve sua identidade na rede à medida que elabora sua presença no trabalho de seleção e de articulação com as áreas de sentidos. O princípio subjacente é o de que qualquer parte de um texto armazenado no formato digital (caracteres por *softwares* específicos) pode ser associada automaticamente a unidades textuais armazenadas do mesmo modo. O clique sobre as palavras sublinhadas instrui o computador a ativar o acesso oculto por trás do *link*, projetando na tela o assunto requerido, quer ele esteja no mesmo documento ou em outras bases de dados. O usuário tem a alternativa de saltar de uma fonte a outra, em um itinerário sem começo nem fim. Os textos deslizam pelo monitor, em ritmo seqüencial, numa colagem de interferências individuais e coletivas (DE MORAES, 2002³⁸).

O interessante da utilização destas ferramentas é que os tutoriais se encontram gratuitamente na própria *internet*, proporcionando facilidade para o domínio e utilização destes mecanismos de produção. Muitos dos trabalhos desenvolvidos na rede, como a criação de *software* livre, são obra de um trabalho voluntário, onde há um prazer intelectual atrelado a um compromisso social que é contrário a ética egoísta de um trabalho privado. O que se tem é uma produção aberta que pode ser retomada por outro, esse outro pode estar em qualquer espaço no mundo. Isso é a cooperação que Negri tanto fala em seus textos, onde uma nova ética se estabelece.

³⁸ Dênis de Moraes é Doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Texto: Ciberespaço e mutações comunicacionais, in: Explorando El Ciberperiodismo Iberoamericano. Fonte: <http://br.geocities.com/mcrost11/oi034.htm> Acesso: 14 de março de 2009.

Não se trata simplesmente nesse caso de aprender a usar máquinas, mas trata-se sobre tudo de fazer passar através dessas máquinas essa construção social. É uma construção horizontal, mas sempre criativa. A interdependência nessas relações é absolutamente fundamental, não há verdade que não seja interdependente, que não seja conectada, que não nasça junto, portanto, o sentido comum nessa massa de ações que cria a consistência; é esse sentido que cria a consistência do trabalho hoje; quando se apresenta esse exemplo hoje, é o exemplo que diz respeito a todo o trabalho, claro, que a informática é uma coisa restrita em si, mas esse modo de trabalhar, não simplesmente porque trabalham nesse tipo de máquina, esse modo de trabalhar se torna cada vez mais necessário para viver e para produzir, ou seja, singularidade e cooperação tornam-se fundamentais na construção, de seja qual for o bem, de qualquer produto que seja (NEGRI, 2006).

Essas palavras de Negri exprimem bem a importância da multidão. Vivemos uns com os outros, a multidão reconhece o outro, reconhece que o outro não existe por si só. Segundo Negri, estamos numa nova realidade que é fantástica por conta do trabalho no campo da informática, do trabalho intelectual aplicado as redes, capaz de relacionar singularidade e cooperação numa forma fundamental de produzir.

Durante vários momentos deste texto “batemos na mesma tecla” de que o serviço de radiodifusão é uma resistência por excelência, e reconhecemos a luta incessante do movimento na construção da comunicação democrático, do direito de comunicar, mas é preciso ter cuidado para não cair naquilo que Negri chama de “tradição da tomada de poder”,

O poder é uma unificação para cima, é sempre restritiva, sempre englobadora, mistificadora e destrutiva das singularidades e das capacidades de determinar a renovação através desta continua construção singular do comum. Portanto, é possível imaginar um processo revolucionário que não seja voltado de maneira paranóica para a tomada do poder, mas que seja organizado de maneira criativa para uma gestão do comum, o exercício do comum (NEGRI, 2006).

O serviço de radiodifusão comunitária é um mecanismo de resistência, mas não está ligado ao posicionamento político da esquerda tradicional. O que se tem que pensar quanto ao futuro do serviço de radiodifusão é como seu devir pode ser voltado para a cooperação de produções nos espaços para além do *dial*, para além do espaço físico, para além das limitações impostas pela Lei 9612/98..

É preciso que o governo deixe as portas sempre abertas e que volte a escutar os movimentos, pois o que vemos hoje é a falta de debate e participação dos grupos

4.2 Ciberespaço e redes de conhecimento

Atualmente muito se debate sobre o acesso às tecnologias de informação e comunicação e sobre a participação da sociedade na construção de outro tipo de espaço público onde se faz uma releitura e uma reconstrução da democracia. Algumas experiências de agenciamentos promovidas pelas TICs dão vazão à ação política consciente do sujeito nos diversos ambientes virtuais, promovendo através de colaboração outra forma de produção de conhecimento, onde o trabalho imaterial, voluntário e ativista tem o poder de mobilizar milhões de pessoas em todo o mundo. A arte da relação social no ciberespaço e a produção colaborativa surgem com parcerias anônimas e são capazes de recriar a habitual definição de participação e envolvimento das antigas comunidades.

A reflexão sobre educação e cibercultura nos leva a considerar as mutações que estão ocorrendo na contemporaneidade em relação ao saber e o contorno de como se constrói o saber. É um misto de renovações dos conhecimentos, informações, de descobertas que não param de surgir. O trabalho neste novo tempo exige que o sujeito tenha cada vez mais conhecimento, que o produza e o propague cada vez mais. O trabalho intelectual desenvolvido no ciberespaço atua na ampliação de outro processo de subjetivação, uma vez que atua com as funções cognitivas do sujeito, como: percepção, memória, amor, invenção, imaginação

A promessa do ciberespaço como uma resposta ao sistema capitalístico, diante dos modelos monopolizados de comunicação não fica só neste eixo. É preciso entender o fluxo de conhecimentos propagado na rede, os territórios se formando e as desterritorializações contínuas.

Levamos anos para entender que a história do Brasil foi contada pelos dominantes (colonizadores) e para ser recontada pelos olhos dos colonizados levou mais bastante tempo. Hoje o que podemos ver é uma abertura para que vários olhares se dirijam a uma dada situação, pensamento etc., não nos surpreende mais ver uma notícia contada de inúmeras maneiras e com concepções distintas

Algumas pessoas passam mais horas na frente de seu computador ou com os *smartphones*, navegando e/ou produzindo pela *internet* do que em qualquer outro local. Sendo assim, é mais fácil interagirem com o mundo, mas isso não implica que deixem de viver socialmente. Mandar uma carta pode ser romântico e encantador, mas nos tempos de hoje pode ser mais rentável, mais emocionante e mais cômodo

mandar um correio virtual. São agilidades do mundo novo que vem unido com uma gama de possibilidades que atendem as metamorfoses de uma sociedade em construção. Diante de outra noção de tempo e espaço não é catastrófico pensar que as pessoas se acomodem a utilizar o ciberespaço como local de convívio social, de trabalho e de entretenimento. Você pode pedir uma pizza, ver seu filme preferido, conversar com seus amigos (não importa em que canto do mundo estejam), programar sua aula, receber a foto do seu sobrinho que acaba de nascer etc., tudo isso num mesmo local e num mesmo tempo. Se antes usavam o tema “Ler é viajar sem sair do lugar”, atualmente podemos dizer que viajar pela *internet* é habitar muitos lugares simultaneamente.

O sujeito que se interessar em criar uma rádio *web* pode usar as ferramentas da *internet* e criar sua rádio passo a passo em 30 minutos no ciberespaço. Assim, há uma fresta para que qualquer pessoa interessada em produzir conteúdo radiofônico use este meio, aumentando a gama de conhecimento, informações, arte no ambiente sonoro.

Muitas ONGs e outras entidades, hoje no Brasil, sejam as de associações culturais, sejam as de minorias étnicas, de gênero e outras, podem ter acesso a publicações oficiais e alternativas, políticas ou não. Porém elas podem criar suas próprias publicações e lançar seus pensamentos, suas produções etc. criando seu próprio meio de divulgar o trabalho e prestar serviço. Prova disso é a crescente onda de *sites* e *blogs* no ciberespaço, onde vemos desde a criação de *blogs* pessoais tipo o da Bruna Surfistinha (prostituta virou escritora graças a seu *blog*) e o movimento Zapatista na rede que conseguiu unir os movimentos de luta da América do Norte, gerando uma rede de trabalho voluntario ativista que é coordenado através da *internet*. Raquel Pacheco, (Bruna Surfistinha) ganhou fama e dinheiro contando suas experiências de trabalho no seu *blog*, já o movimento Zapatista conseguiu fazer alianças com diversos movimentos, desde Chiapas a ONGs mexicanas e internacionais, trazendo parceiros para lutas de proteção do meio ambiente, proteção das mulheres, apoio aos indígenas etc.

É possível através do uso das tecnologias que estão no cotidiano formar redes de comunicação entre comunidades virtuais. Há projetos, como citamos anteriormente, que podem facilitar esta forma híbrida, que surgem auxiliando estas entidades, grupos ou indivíduos ao direito de informação e comunicação. Por outro

lado fica cada vez mais difícil para estas livres-associações, terem suas próprias rádios ou televisões através de outra forma que não seja no ciberespaço.

Os personagens envolvidos com o serviço de radiodifusão devem perceber esses agenciamentos maquínicos como forma híbrida de se trabalhar, propagando suas experiências, parcerias, compartilhando seu compromisso social para além das limitações de *dial*. Quando se realiza redes de parceria há uma contraposição ao poder de propriedade da informação. A produção coletiva em forma de parceira pode ser vista como a ampliação de potencial de ação para dadas atividades.

O valor social destas parcerias realizadas através da *internet*, feita por uma multidão de habitantes do ciberespaço e não por meros usuários, gera valores e produções que são compartilhados de forma comum fazendo contraponto à propriedade das informações, dos saberes, das técnicas etc.; a comunicação através da *internet* integra as redes sociais e os espaço geopolítico em escala mundial, não havendo fronteiras para a troca de saberes.

Uma imensa reconstrução das engrenagens sociais e necessária para fazer face aos destroços do CMI [Capitalismo Mundial Integrado]. Só que essa reconstrução passa menos por reformas de cúpula, leis, decretos, programas burocráticos do que pela promoção de práticas inovadoras, pela disseminação de experiências alternativas, centradas no respeito a singularidade e no trabalho permanente de produção de subjetividade, que vai adquirindo autonomia e ao mesmo tempo se articulando ao resto da sociedade. (GUATTARI, 2001, p.44).

O ciberespaço exprime as formas singulares de luta e tem sido o elemento que favorece a autonomia e articula a sociedade, faz ponte com outras sociedades, com outras culturas, com outras formas de democracia e com outros projetos de vida. O valor das parcerias promovidas no ciberespaço pode constituir um poder nas mãos da multidão, não uma tomada de poder paranóica, não um poder hierárquico, mas sim uma gestão do bem comum.

Se a utilização da internet favorece vários segmentos da sociedade, há um que ainda se mostra rígido em relação à utilização desta tecnologia, a escola. Mesmo existindo o compromisso de se colocar laboratórios de informática nas escolas da rede pública de ensino seu uso eficaz ainda não é uma realidade.

Vemos laboratórios de informática nas escolas da rede pública onde o produto ofertado aos educandos é o manuseio de algumas funções do computador, programas de jogos educativos e ferramentas da *internet*. A capacidade criativa e a ferramenta política de comunicação nunca são explorados. Muitas vezes as aulas de

informática são vistas como um descanso para o docente que leva os educandos para o laboratório de informática deixa-os com um monitor de informática e vai para sala de professores ter seus 40 minutos de descanso.

Mas, voltando ao rádio, uma das diferenças que podemos enfocar em relação à utilização da radiodifusão pela *internet* é que a programação não estaria presa a um horário definido; os armazenamentos de programas *on line* facilitariam na hora de pesquisar um programa específico, dando ao sujeito a possibilidade de ouvir várias vezes um programa de seu interesse, mecanismo que o sistema de rádio tradicional limita. Outro ponto que deve ser pensado é a questão de anúncios na página da rádio gerando renda para mantê-la.

5 CONCLUSÃO

Ao longo deste estudo, discutimos a respeito de questões propostas pelo serviço de radiodifusão comunitária. Da arte a ação política, do livre direito de comunicar ao controle normativo, das singularidades as metamorfoses, a rádio comunitária marca a história de vários espaços periféricos na luta pela democratização dos meios de comunicação. As rádios comunitárias têm apoio das comunidades, pois são muitos os que percebem os benefícios de ter um meio de comunicação onde podem se ouvir, propagar suas artes, debater suas necessidades, algo que não conseguiriam em outros veículos de comunicação.

Confirmamos que o serviço de radiodifusão comunitária é um sistema público de comunicação social sem fins lucrativos e sob controle direto do povo, pois oferece informação, comunicação e cultura como direito e não como negócio. A rádio comunitária além de ser um espaço de arte, de entretenimento, de convívio social é um instrumento de luta política para conquistas de direitos, dando voz aos sujeitos da comunidade. Sua legitimação, mesmo sem concessão outorgada, se dá pelo reconhecimento da comunidade. Os membros das comunidades não são meros receptores, são potenciais de emissão, sendo uma junção, um intercâmbio de singularidades na construção de outros modos de comunicar.

Nossas análises apontaram que mesmo após mais de 10 anos de aprovação da Lei 9612/98 para o serviço de radiodifusão comunitária, ainda há um quantitativo muito grande de rádios sem concessão outorgada. Isso ocorre devido a dois pontos dentro da própria proposta da Legislação e que precisam ser modificados. O primeiro ponto diz respeito às regras impostas (muitos são requisitos a serem preenchidos) para que uma rádio possa pedir concessão junto ao MinC; o segundo é relativo a burocracia durante o processo. A autorização parece ser manobra política pois os critérios para obtenção da concessão são obscuros. Por que algumas rádios recebem outorgas mais rápido do que outras?

Quando indagamos nossos entrevistados sobre o porquê das rádios não autorizadas ou com processo pedindo concessão junto ao MinC continuarem atuando, mesmo com o risco de serem fechadas, seus programadores penalizados

criminalmente e seus equipamentos confiscados, as respostas direcionavam para pontos cruciais como: o benefício para a comunidade em ter um veículo de comunicação e o direito de comunicar. As rádios em geral são montadas (grande parte já existia antes da Legislação para Rádios Comunitárias) como experiência e depois entram com processo junto ao MinC. O benefício e a articulação que o serviço de radiodifusão traz para a comunidade, para a sociedade e para organização popular é visto como importante.

Os dados que apresentamos nos capítulos antecedentes nos levaram a concluir que o Estado deve cobrar do MinC agilidade no processo de concessão para as rádios, sendo necessárias medidas simples como estipular prazos para a liberação de concessão. Se um representante de uma rádio comunitária entra com um pedido junto ao MinC é preciso que seu processo tenha data limite para ser concluído, não podendo ser arrastado durante anos. Toda rádio comunitária que der entrada ao processo para obter concessão deveria ficar licenciada para funcionar até receber a concessão outorgada sem risco de sofrer incursões policiais ou da Anatel e nem responder criminalmente.

Nossos estudos revelaram que o quadro de repressão as rádios comunitárias continua intenso, de forma truculenta e ilegal (quando se invade o ambiente da rádio sem mandato judicial e quando lavra auto de apreensão dos equipamentos). O Estado segue os moldes da ditadura militar impedindo o direito de livre circulação de idéias e livre comunicação. Entre os direitos fundamentais do cidadão está o direito de informar e ser informado e de liberdade de expressão. Exercer esses direitos não é crime. Muito menos deve ser penalizado após ter requerido autorização junto órgão responsável e não ter obtido resposta. O espectro eletromagnético é um bem público. Ao Governo Federal cabe o gerenciamento do mesmo, não cabendo o título de proprietário deste bem comum.

Percebemos que o serviço de radiodifusão comunitária mesmo amparado pela Legislação deve buscar linhas de fuga para que suas idéias e experiências saiam da esfera do local, levando o conhecimento e o experimento na comunicação popular para espaços que giram em torno do local e global.

No mundo onde a máquina informática transformou os dispositivos comunicacionais e informacionais, esta máquina se desenvolve e se propaga numa dinâmica que tende a democratizar a comunicação e fomentar redes colaborativas

em torno de comuns. O trabalho, a vida social, o saber; tem girado em torno das Tecnologias de Informação e Comunicação.

Belloni (2001), diz que cada vez vivemos num ambiente mais técnico e menos natural, tendo menos árvores, animais, riachos e pedras. Segundo ela, estão sendo substituídos por automóveis, fliperamas, telefone e *vídeo games*. Atualmente não são meros automóveis, fliperamas, telefones e *vídeo games*, são máquinas inteligentes capazes de ter precisão e agilizar o tempo do ser humano com um simples comando. Ela fala da deusa máquina que reina como se fosse o novo ídolo. Mas não caminhamos para contemplação da deusa máquina, caminhamos para que a máquina seja “natural” ao homem, não uma relação de um diante do outro, mas uma relação onde o orgânico e o mecânico estarão unidos promovendo uma metamorfose na vida social. Ora já não temos pernas mecânicas e outras partes do corpo. O Dispositivo Pulsátil de Assistência ao Ventrículo Esquerdo (DPAVE) já é uma realidade em pacientes que não tem condições de receber um transplante de coração. Ciborgue não é mais obra de ficção científica, mas um mecanismo de unir o mecânico ao orgânico para melhorar a qualidade de vida do homem.

Os avanços tecnológicos estão em todas as instâncias da sociedade, proporcionando mudanças, passando pelos centros urbanos e chegando no campo, fazendo com que as crenças dêem espaço para a informação, aumentando a confiança para cura de diversas doenças, buscando resgatar formas vivas que foram extintas há séculos etc.

A informação predomina sobre a crença, mas a religiosidade não se extinguiu do mundo. O que mudou foram as explicações para o mundo que agora vem da ciência. A preservação do meio ambiente é debatida com grande vivacidade, mas o homem continua a degradar o meio ambiente. No entanto, o mundo sabe o que é reciclagem e aponta novos caminhos, por exemplo, de geração de energia alternativa. A relação humana está mediada por máquinas, o que nos resta é o aprimoramento deste novo tipo de vida para que possamos pensar num mundo cibernético e ao mesmo tempo natural.

Guattari (1992) nos alertou que o homem contemporâneo é necessariamente desterritorializado, ou seja, seu comportamento originário não está mais disposto num ponto preciso, numa esfera localizada da terra, mas estão em universos incorporais Assim é preciso pensar o processo de subjetivação como algo nômade,

onde há sempre deslocamento, o lugar fixo é negado. Ao mesmo tempo em que tudo circula, tudo parece estar estático. O autor dá exemplo do turista que está sempre voando nas mesmas cabines de avião, indo para hotéis de vários lugares, mas com a mesma visão de espaço; tudo se tornou equivalente. Guattari explica que é preciso reconstituir uma relação íntima com o cosmo e com a vida. Havendo uma espécie de recomposição da singularidade individual e coletiva. Não se trata de um resgate a territórios etológicos originários, mas sim recriar espaços onde as singularidades individuais e coletivas possam estar em evidencia, onde o coletivo seja menos seriado.

As Tecnologias de Informação e Comunicação através da *internet* tem oferecido em escala global uma “terra do saber” ou ciberespaço, um local que permite e combina vários modelos de comunicação. Segundo Lévy (1999), com a ampliação deste espaço ele se tornará universal e o mundo informacional se tornará menos totalizável.

Portanto o serviço de radiodifusão comunitária vinculado ao ciberespaço, fazendo agenciamentos com outras experiências de apropriação dos meios de comunicação, são expressões de uma necessidade social crescente por ambientes acessíveis ao diálogo, a livre troca de informação e produção cultural.

Para tal, é preciso entender o serviço de radiodifusão como um bem jurídico, devendo ser protegido pelo Estado. Uma vez que a comunicação é o canal para difundir informação e liberdade de expressão (direitos constitucionais), se faz necessário tanto no espaço convencional quanto no ciberespaço a garantia de seu exercício.

REFERENCIAS

ANDRIOTTI, C. D. *O movimento das rádios livres e comunitárias e a democratização dos meios de comunicação no Brasil*. Campinas, 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

ANTOUN, H. O poder da comunicação e o jogo das parcerias na cibercultura. *Revista Fronteiras – estudos midiáticos*, v.2, p. 67-86, jul./dez. 2004.

BRASIL. *Lei N° 9.612, 19 fevereiro de 1998*. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/Leis/Radio_Comunitaria.html>. Acesso em 15 jan. 2007.

BRASIL. *Constituição Federal: Da Comunicação Social*. Brasília, DF: Senado, 1998. Disponível em: http://www.dji.com.br/constituicao_federal/cf220a224.htm>. Acesso em : 13 nov..2008.

BELLONI, M. L. *O que é mídia-educação*. Campinas: Autores Associados, 2001. (Coleção polêmicas do nosso tempo).

COGO, Denise Maria. *No ar... uma rádio comunitária*. São Paulo: Paulinas, 1998. (Coleção: Comunicação e Estudos)

COSTA, Mauro Sá Rego. *Franco Berardi, Bifo. Teoria do Rádio. Mídia e Política*. Rio de Janeiro, 2005. Trabalho apresentado ao NP 06 – Rádio e Mídia Sonora, do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom –XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

COSTA, Mauro Sá Rego. *Franco Berardi, Bifo. Teoria do Rádio. Mídia e Política*. *Revista Polêmica*, Rio de Janeiro, n.15, abr-jun. 2005.

COSTA, Mauro Sá Rego., HERMMAN, Wallace. Rádios livres, rádios comunitárias, outras formas de fazer rádio e política. *Lugar Comum: Estudos de Mídia Cultura e Democracia*. Rio de Janeiro, v.16-17, p.97-107, 2003.

CUNHA, M. R. A era pós-mídia desenhada nas rádios livres: o pensamento de Félix Guattari. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 2005. Rio de Janeiro, 2005. p. 1-15.

DA SILVA, M. T. Gestão e mediações nas rádios comunitárias: um diagnóstico do Estado de Santa Catarina. In: INTERCOM. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo, v. 30, n.1, Janeiro/junho 2007, p. 151-173.

DEBORD, G. *Sociedade do Espetáculo*. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELEUZE, G., GUATTARI, F. *Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia*, v. 1; Tradução de Aurélio Guerra Neto e Cecília Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. Coleção TRANS.

FIGUEIREDO, G. G. *Rádio arte e a morte da mídia*. Disponível em: <<http://guile1973.multiply.com/journal/item/7/7>>. Acesso em: 11 nov. 2008.

FREIRE. P. *Educação como prática de liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. *Política e Educação: ensaios*. 5.ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2001. Coleção Questões de Nossa Época; v.23.

FREITAS, R., Ferreira, NACIF. R. (Orgs.) *Destinos da Cidade: comunicação, arte e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.

_____. Comunicação, consumo e moda: entre os roteiros das aparências. In: *Revista Comunicação, mídia e consumo*, São Paulo, v.2, n. 4, julho, 2005

FREUD, S. O mal-estar na civilização. Disponível em: <<http://www.ateus.net/artigos/psicologia/omalestarnacivilizacao.php>>. Acesso em: 28 jun. 2007.

GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. Tradução Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOMES, W. Internet e participação política em sociedades democráticas. In: *Revista FOMECOS*, Porto Alegre, n. 27, p.58 – p.77, ago. 2005.

GUATTARI, F. *O Inconsciente Maquínico - Ensaio de Esquizoanálise*. Campinas: Editora Papirus, 1988 (p. 187-191).

GUATTARI, F. *As três ecologias*. Tradução: Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papirus, 1990.

_____. *Caosmose*. Rio de Janeiro: 34, 1992.

GUATTARI, F. e ROLNIK, S. *Micropolítica - Cartografias do desejo*. 2ª Ed. São Paulo: Vozes 1989

HARDT, M. e NEGRI, A. O que é a multidão: questões para Michael Hardt e Antonio Negri. *Novos estudos*, São Paulo, n.75, jul. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n75/a07n75.pdf>>. Acesso: 06 abr. 2008.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multidão: guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

LÉVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIBÂNEO, J. C. *Pedagogia e pedagogos, para quê?* 10.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MALINI, F., O comunismo das redes. In: *Global Brasil, 2007*, Rio de Janeiro, n.8, p. 8-9.

MEIS, L. de, *Ciência, Educação e o Conflito Humano-Tecnológico*. 2ª ed. ver. e ampl. São Paulo: SENAC, 2002.

MORAES, E. F. *Simmel*. São Paulo: Ed. Ática, 1983.

PELBART, P. P. *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003.

RÁDIOS Comunitárias: O Povo no Ar. Disponível em: <<http://webmail.faac.inesp.br/~pcampos/radiocomunitario.htm>>. Acesso: 15 jan. 2007.

RÁDIOS Comunitárias: coronelismo eletrônico de novo tipo. Disponível em: <http://wwwdireitoacomunicacao.org.br/novo>. 26 jun. 2007. Acesso: 01 jul. 2007.

RIESMAN, D. *A multidão solitária*. 2ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.

ROUANET, P.S. *Teoria crítica e psicanálise*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.

SILVA, M. T. Gestão e mediações nas rádios comunitárias: um diagnóstico do Estado de Santa Catarina. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, v.30, n.1, p. 151 – 173, 2007.

WALLERSTEIN, I. Utopística ou As decisões históricas do século vinte e um. Tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne. - Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2003.

APÊNDICES

APENDICE A - Entrevista com Nelson Pinto produtor de rádio comunitária

1. Fale um pouco de você e da história da rádio.
2. Quando a Rádio começou a funcionar teve ajuda de algum político ou dos grupos da comunidade?
3. Os programadores colaboram com verbas e materiais para manutenção da rádio? Esses programadores também são da comunidade ou são pessoas de fora?
4. Nós sabemos que há uma diferença das AM e FM. FM costuma ser mais musical. Como são os programas de vocês? Vocês têm outros serviços, outros programas além dos musicais? Programas direcionados para as necessidades e anseios da comunidade?
5. Você falou muito do CCDC naquele último encontro, o que significa?
6. Nós sabemos que as rádios comunitárias tem dificuldades para poder manter seus equipamentos, pagar as contas para que a rádio funcione com mínimo de estrutura que são necessários. Sabemos que queima mesa de som, essas coisas. Como vocês fazem para que a manutenção da rádio seja feita?
7. Quanto à concessão, como é que você observa a questão das rádios comunitárias no Brasil nesse momento?
8. Você falou sobre a *internet*, como você vê está relação da rádio comunitária poder também estar sendo transmitida na *internet*? Isso se levando em conta que a vinda da rádio digital pode vir a dificultar ainda mais as comunitárias, levando em consideração também que a molecada tem freqüentado muito as

lans houses o que poderia ser um alavanque para a participação maior da comunidade.

9. Durante estes 10 anos vocês sofreram alguma ação mais pesada da polícia?
10. Como é a relação com as pessoas do “movimento”?
11. O programadores tem uma interação com o público? Usam telefone?
Colocam o ouvinte no ar?
12. E a relação com a comunidade? O pessoal tem costume de vir aqui na rádio, anunciar casamento, falecimento, festa e outras coisas?
13. Gostaria que você falasse qual o papel, qual a função da rádio comunitária.
Como você vê a importância dela para a comunidade?
14. Como você analisa a lei para o serviço de radiodifusão comunitária no Brasil, o que você acha disso tudo?

APENDICE B - Entrevista com Wallace Hermman– produtor de rádio comunitária

1. Para começar, se identifica e fala um pouco de você.
2. Em nossas conversas você fala muito na Rádio Escola Sudoeste, porque Rádio Escola?
3. A Rádio Escola Sudoeste chegou a ter parcerias com outras escolas? Escolas Municipais e Estaduais?
4. Os programas realizados por alunos eram educativos ou de outros cunhos, como musical e outros?
5. Gostaria que você falasse um pouco sobre a manutenção da rádio. Nós sabemos que a Legislação para Rádios Comunitárias não contribui em nada para que possamos manter um fundo financeiro para as despesas de uma rádio, que não são poucos, como você vê isso?
6. Articule sua visão sobre rádio livre, rádio comunitária e rádio pirata. Você acredita que as rádios livres e outras aproveitam que existe uma legislação para rádios comunitárias para funcionarem dentro da legalidade?
7. Comente sobre este boom tecnológico que estamos vivenciando. Não só na área de TV digital, mas também tecnologia 3G, dessa coisa de ouvir a rádio pelo telefone e comunicar-se ao mesmo tempo. Gostaria que você comentasse os aspectos que podem sofrer interferência na rádio mediante esta questão. Qual sua expectativa, diante destas tecnologias para a rádio comunitária?

Você entra num *site* relacionado à rádio e tem como você fazer sua rádio na *Web* em 30 minutos. Ou seja, a *internet* está dando ferramentas para que qualquer um produza sua própria rádio. Isso faz com que haja um crescimento de conteúdos, de informações, de novos modelos de programas de rádio. Qualquer um pode colocar sua rádio *on line*. Como você percebe isso e como isso pode afetar o serviço de radiodifusão comunitária?

8. Você acha que isso (vincular a rádio na internet) faz com que acabe a magia da rádio? Que iniba esse espaço de convívio, esse espaço social?
9. Como você percebe o processo de metamorfose que a rádio está vivendo? Você acredita que tem como as rádios comunitárias se adaptarem a esse processo de mudança para uma rádio *on line*? Elas estão preparadas para isso? Tem telefone, *internet*, verba etc.?
10. Como você já mencionou em alguns dos seus trabalhos o Brasil é um país extenso e a comunicação tem suas particularidades nas mais diversas áreas. Como no caso da comunicação das populações ribeirinhas, populações no interior do Amazonas... o veículo de comunicação deles é o rádio. E como você percebe essas mudanças para essa população que muitas vezes só tem o rádio como veículo de comunicação?

APENDICE C - Roteiro de entrevista com Joycemar Tejo - advogado

1. Se identifique e faça comentários gerais sobre a Lei Nº 9612/98. (deliberação, implicações do não cumprimento, lacunas deixadas pela mesma etc.).
2. Tendo em vista que as rádios comunitárias não podem fazer anúncios comerciais com fins lucrativos. Gostaria que você explicasse como elas podem se manter neste contexto É viável ter um fundo financeiro do governo para a manutenção das rádios comunitárias?
3. No governo de FHC, mesmo sabendo que as Rádios Comunitárias não tinham concessão, financiou com verba federal, vários cursos para “capacitação em rádio” dentro das próprias rádios comunitárias. Dona Ruth Cardoso sabia bem disso e sempre desconversava quando a perguntavam sobre o assunto. Já no governo Lula foi um marco na história das Rádios Comunitárias por conta de inúmeros fechamentos destas rádios. Como você avalia este fato? Houve um retrocesso?
4. Os militantes de rádios comunitários vêem que a Lei veio para reduzir realmente de forma que barrasse a existência das rádios. Afinal nós sabíamos que até então existiam rádios livres, até intitulada de piratas. E dentro deste contexto, muitos ativistas não concordam com essa legislação que está vigorando. Eles alegam que houve excesso de modificação. Gostaria que você falasse como são esses tramites. Chegam projetos e como é que isso acontece, qual o percurso?
5. Os representantes fazem um projeto, entregam o projeto e todo mundo sabe que não foi esse o projeto que eles entregaram. Por que essas mudanças? Como ocorrem essas mudanças?

6. Sabemos que rádios comunitárias para se manterem no ar, para fazerem manutenção precisam de verbas. Se o governo não permite que elas nem façam anúncios o que elas vão fazer para se manterem?
7. Mudando um pouco o tema, saindo um pouco desta parte. Nós sabemos que há uma Lei para rádios comunitárias, no entanto, tem rádios que nem querem ser comunitárias. Querem ser livres, elas não querem concessão, nunca levaram documentos e nunca irão levar. Pensando pelo lado jurídico da coisa. É cabível que essas rádios continuem funcionando? Tem alguma brecha que as permita continuarem existindo? Tem alguma parte na Constituição que permita a pessoa fazer seu meio de comunicação?
8. Nós temos um exemplo de uma entrevista para a Rádio MEC, de Wallace Hermman (Ex-programador da Rádio Comunitária Bicuda), onde ele falou do trabalho desenvolvido na Rádio sobre saúde, financiado pelo Ministério da Saúde e pelo Programa Nacional de AIDS. O mesmo que dentro suposta legalidade não impediu que a polícia federal fechasse a Rádio recolhendo todos os materiais, inclusive o do programa de saúde desenvolvido na comunidade. (...) É estranho, mas isso não é um fato isolado da Bicuda, já ocorreu em vários lugares com outras rádios comunitárias. Não é estranho o legal e o ilegal caminhando junto? Você tem o apoio, incentivo e em alguns casos projetos inteiro financiados pelo governo, ao mesmo tempo o governo caça essas rádios. Rádios que estão fazendo um trabalho na prevenção da saúde pública, ou seja, prestando serviço de utilidade pública.
9. O fechamento de rádios comunitárias é visível. No governo Lula teve vários atos desta natureza. As rádios continuam sendo perseguidas e seus processos juntos aos órgãos competentes não tem ocorrido com êxito,

chegam a ficar anos esperando a concessão. Muitas delas estão com seus documentos em tramite, só que elas não receberam, ainda. Vão ficar sem funcionar? Ficam impedidas de desenvolverem seu trabalho na comunidade. Tem algum respaldo na Lei para que elas possam funcionar?

10. Saindo um pouco dos direitos autorais. Em relação às rádios comunitárias que servem de grande meio de divulgação da arte da garotada, como no caso do Hip Hop; ela dá abertura grande para a garotada mostrar seu trabalho e sabemos que a grande mídia não ajuda na divulgação deste tipo de trabalho. Como você encara esta iniciativa? Você acha que nessa perspectiva a rádio poderia estar tendo fins lucrativos em cima dos caras que estão utilizando os programas para apresentar sua arte como no caso do Hip Hop?
11. Qualquer cobrança de para os programadores está vetada. Mas sabemos que as rádios fazem isso. É a forma que elas se mantêm abertas. Cobranças por anúncios estariam infringindo a Legislação para rádios comunitárias?

APENDICE D - Roteiro de entrevista para Tião Santos – coordenado de comunicação do Viva Rio

1. Fale um pouco de você e como entrou nessa história de Rádio Comunitária?
2. Você falou da Rádio Comunitária Novos Rumos e sabemos que aqui no Rio ela é consagrada como a pioneira. Mas sabemos que a Novos Rumos teve grandes impasses, inclusive com a polícia por conta de não ter concessão. Hoje em dia sabemos que está mais tranqüilo. Gostaria que você falasse de alguma experiência com a polícia atuando para fechar a rádio.
3. Você falou que ela estava situada numa área periférica e depois foi para o centro da cidade de Queimados. Vemos uma política local se tornar global. Ela parte para o centro e conseguem dar vazão as necessidades das comunidades. Você sentiu diferenças nesta mudança? Por exemplo, quando ela estava na periferia a comunidade era mais participativa, vocês se sentiam mais protegidos? Ou você acha que foi mais louvável ela ter ido para o centro, atingir maiores espaços, mais público? Você acha que ela conseguiu reconhecimento por atingir espaços mais abertos?
4. No começo, naquele tempo, vocês tinham programas educativos? Chegaram a fazer parcerias com alguma escola? Se houve como foi esse processo de aproximação com o campo educacional?
5. É muito interessante a sua fala sobre a questão de varias pessoas queriam fazer programas, participar. Pois sabemos que a maioria das rádios tem dificuldade de arrumar programadores que fiquem por um bom tempo no ar, isso muitas vezes se dá pela rádio não conseguir custear as programações e

também por conta dos programadores não terem tempo hábil para trabalhar e fazer programa. Ao que você atribui o sucesso da Rádio Comunitária Novos Rumos?

6. Você em entrevista ao site Consciência Net (2004), falou os critérios utilizados para a Rádio ser comunitária: existir sem fins lucrativos; veicular programação plural e ter gestão coletiva. Para você a finalidade da rádio não pode ser o lucro, mas a construção da cidadania. O que você acha destes critérios? Você agora acabou de falar de 15 funcionários, de um faturamento de 15 mil Reais. Como vocês conseguiram manter-se, de onde vinha esse dinheiro?
7. Gostaria que você comentasse sobre rádios livres, rádios “piratas” e outras no contexto atual.
8. Sabemos que tem muitas rádios comunitárias que não são comunitárias na prática, são outra coisa, mas não comunitárias como exige a lei, como você percebe esta situação?
9. Você acredita que a legislação acabou dando brecha para que qualquer rádio de baixa potência se intitule comunitária?
10. Vejo o legal agindo com o “ilegal”, as muitas contradições em relação a isso, o governo pede apoio para as rádios num dia e persegue no outro. Gostaria que você comentasse um pouco mais, falasse da rádio de Guaribas.
11. Quais suas perspectivas para o futuro do serviço da radiodifusão comunitária? Acredita numa ocupação do ciberespaço por essas rádios?

APENDICE E - Roteiro para entrevistas com Sandro Hilário – sociólogo

1. Como começou sua história com rádios comunitárias?
2. Você falou que a Rádio Pilar surge em comunhão com a Diocese e porque não uma rádio religiosa e sim uma comunitária?
3. Gostaria que você falasse porque na hora que vocês decidiram pela legalidade, por legalizar, vocês optaram pela via da rádio comunitária? Vocês tinham ligação com a Diocese de Duque de Caxias, talvez fosse mais fácil fazer uma rádio religiosa até mesmo porque ela começa abraçada com comunidade religiosa. Por que vocês optaram por fazer uma rádio comunitária?
4. Antes da Rádio ser fechada vocês sofreram algum problema com a polícia?
5. Como vocês lidavam com a questão de ter uma rádio “ilegal”, buscaram pela legalidade?
6. Eu gostaria que você contasse mais sobre os trâmites. Já comentamos que a Rádio Comunitária Novos Rumos foi uma das pioneiras no Rio de Janeiro e também sofreu represaria e demorou muito para conseguir uma autorização. E sabemos que muitas rádios que entregaram papelada depois dela conseguiram a concessão primeiro. Não tinham o histórico da Rádio Novos Rumos e conseguiram concessão de forma mais rápida. Gostaria que você comentasse um pouca mais sobre isso.
7. Estar no espaço da igreja seria uma cautela, mas ao mesmo tempo inibiria o restante da comunidade que não é religiosa. Você percebe que estar no

espaço religioso pode ser uma medida castradora com os outros participantes da comunidade?

8. Você disse que os programadores eram contratados. De onde vem esta verba? E como você observa a questão das rádios comunitárias só poderem fazer anúncios culturais, mesmo sabendo que a venda de comerciais poderia ajudar na manutenção da rádio.
9. Gostaria que você falasse sobre as suas expectativas para o futuro das rádios comunitárias levando em consideração que estamos em momento de boom tecnológico.
10. Diante destas questões, o ciberespaço seria a alternativa para a rádio comunitária se inserir?
11. Vocês pensam colocar a rádio no ciberespaço?